

Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas



Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em
Estudos Africanos

**A Gestão do Espaço e da Propriedade Tradicional
no Arquipélago dos Bijagós**

Orientador: Professor Doutor Álvaro Nóbrega

Mestrando: João Paulo Carvalho e Branco Madeira

Lisboa
2009





Agradecimentos

As minhas primeiras palavras de agradecimento vão para as instituições que apoiaram a elaboração desta tese de mestrado: ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP/UTL), e à Fundação AMI que me proporcionou trabalhar na Guiné-Bissau no âmbito de duas missões de educação para o desenvolvimento, uma em 2005 e outra em 2009.

Desejo expressar os meus mais sinceros agradecimentos ao Professor Doutor Álvaro Nóbrega. Sem o seu apoio, disponibilidade, orientação e principalmente pelas condições que me proporcionou, este trabalho jamais seria possível. Desejo manifestar o meu reconhecimento ao Professor Doutor Pedro Borges Graça, que me apontou perspectivas e desafios interessantes e independentes.

Uma palavra de agradecimento também aos amigos e colegas pela compreensão, apoio e estímulo. À família, em especial, a minha gratidão. Espero poder recompensar a todos pelo tempo e apoio que me disponibilizaram.

Por último, um agradecimento especial à Dra. Maria Leonarda, pela preciosa ajuda na revisão final da tese.



ÍNDICE

Lista de siglas e acrónimos	3
1. Apresentação do tema	6
1.1. Razões da escolha do tema	9
1.2. Os objectivos da pesquisa	10
1.3. Opções metodológicas	11
I. Arquipélago dos Bijagós: Breve diagnóstico ecológico	14
II. Bijagós: Grupo étnico	23
1. Notas históricas acerca dos bijagós	24
2. Os bijagós no presente	28
III. O espaço e a propriedade tradicional nos bijagós	36
1. O espaço no sistema político bijagó	37
1.1. O espaço no mato – An’oka	39
1.2. O espaço na tabanca – Neguen	41
1.3. O espaço na cidade	43
2. Organização social e administração territorial	47
3. A propriedade tradicional dos bijagós	52
IV. Os bijagós e a utilização dos recursos naturais	57
1. Utilização e conservação dos recursos naturais	58
1.1. A actividade agrícola	61
1.2. A actividade piscatória	63
V. Vulnerabilidades no Arquipélago dos Bijagós	66
1. Principais vulnerabilidades	67
1.1. A utilização descontrolada dos recursos naturais	70
1.2. Pesca artesanal versus industrial	72
1.3. Globalização dos mercados	76
1.4. Turismo	76
1.5. Narcotráfico	77
VI. Papel e organização das Áreas Protegidas: O contributo das Organizações Não-Governamentais	78
1. O papel, organização e funcionamento das Áreas Protegidas	79
1.1. Valores reconhecidos para a aproximação da paisagem protegida	83
1.2. Integrar práticas e conhecimentos locais/tradicionais e nacionais/modernos	85
2. O papel das Organizações Não-Governamentais que actuam no âmbito da monitorização dos recursos naturais no Arquipélago dos Bijagós	87
Conclusão	93
Bibliografia	97
Anexos	107



Lista de siglas e acrónimos

CBD - Convenção sobre a Biodiversidade Biológica

CI – Conservation International

CITES - Convention on Trade in Endangered Species of Wild Flora and Fauna

IBA – Important Bird Áreas

ICN – Instituto da Conservação da Natureza

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

UNEP – United Nations Environment Programme

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WWF – World Wildlife Fund

Governo da República da Guiné-Bissau

DGA – Direcção Geral do Ambiente

DGFC – Direcção Geral de Florestas e Caça

IBAP - Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

MAFCP – Ministério da Agricultura, Floresta, Caça e Pecuária

MDR – Ministério do Desenvolvimento Rural

Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: http://www.odyssei.com/images/maps/big/guinea_bissau.jpg



1. Apresentação do tema

Vinte locais podem ser vistos na Guiné-Bissau, seis monumentos naturais, cinco reservas florestais, duas reservas faunísticas, cinco parques nacionais, uma reserva integral e a zona de conservação do Vale do Corubal (zona de exploração controlada).

A Reserva da Biosfera, que o Arquipélago dos Bijagós engloba, foi instituída e classificada Património Mundial, acordada sob a égide da UNESCO em 1996. As propostas preliminares tinham em vista, por um lado, o desenvolvimento dos sectores da pesca e do turismo, e por outro, a criação de reservas integrais, reservas florestais, núcleos de preservação e classificação de locais. Este arquipélago goza de uma grande produtividade e isto explica-se principalmente pela sua localização no ponto de confluência de duas principais correntes marinhas costeiras e dos estuários do Rio Geba e do Rio Grande de Buba. Este arquipélago é, muitas vezes, considerado pelos biólogos marinhos como um dos principais viveiros da costa oeste africana pelas numerosas espécies haliêuticas comerciais. O arquipélago é igualmente um local de migração importante de inúmeras aves.

O Arquipélago dos Bijagós ocupa uma superfície total de 10.000 km², dos quais 1.600 Km² de zonas interditas (bancos de areia ou pantanais). Apenas 10% são consideradas como *terras emergentes* e habitadas por cerca de 27 mil pessoas. Este arquipélago compreende 88 ilhas, das quais somente 42 possuem uma superfície importante. No total, 21 ilhas são habitadas em permanência e outras 21 são cultivadas de forma sazonal.

Os bijagós não são verdadeiramente originários destas ilhas, que lhes serviram de refúgio antes da conquista de Malinké, no século XIII, cuja reputação se estende, ainda hoje, pelas costas dos vizinhos Gâmbia, Senegal e Guiné-Bissau. Terão chegado a estas ilhas depois de terem sido derrotados por outros povos do continente e construído as suas aldeias no centro das ilhas, em plena floresta, para melhor se defenderem.

A história do Arquipélago dos Bijagós e dos seus habitantes é reveladora de um passado turbulento, feito de lutas, de alianças e de estratégias para salvaguardar a independência do território. A tomada de consciência da história permite melhor compreender a singularidade desta população insular. As informações sobre os bijagós não são muito claras, e por vezes mesmo contraditórias. A análise retrata as orientações variáveis em função das épocas, sendo organizadas em torno do modelo diacrónico ou modelo histórico.

A maior parte da população do arquipélago pertence à etnia bijagó. Contudo, existem outros grupos étnicos guineenses que coabitam com os bijagós neste meio insular. Por outro lado, os estrangeiros vindos da sub-região estão igualmente presentes no território em conjunto com os Nhomincas do Senegal, os guineenses de Conakri e os habitantes da Serra Leoa.

O bijagó autóctone é tradicionalmente ligado às actividades agrícolas, pois a economia do arquipélago repousa essencialmente na agricultura. Quanto à pesca, essa constitui uma actividade complementar



e de subsistência. As mulheres dedicam-se igualmente à apanha do marisco e bivalves, principal fonte de proteína animal da população bijagó.

O presente trabalho de investigação baseia-se na observação participante e não participante acerca dos temas relacionados com a gestão do espaço e da propriedade tradicional no Arquipélago dos Bijagós. Nele, iremos discutir acerca do modo como este espaço é caracterizado, como se processa a definição dos espaços sagrados e a sua importância para o meio ambiente. Iremos também analisar o trabalho do Governo e das Organizações Não-Governamentais nacionais e internacionais na monitorização e preservação das áreas protegidas. É necessário saber como é feita a gestão participativa na preservação do meio ambiente, quais são as principais vulnerabilidades que o arquipélago enfrenta e quais as formas de resolução desses conflitos. Será que os objectivos destas organizações no que diz respeito à sustentabilidade e preservação do meio ambiente têm sido alcançados?; será que estas organizações têm contribuído para a preservação do saber tradicional?. Podemos ainda perguntar: Será que a gestão participativa se adequa à gestão do espaço tradicional e do meio ambiente?. Estes são alguns dos temas de pesquisa que iremos desenvolver ao longo deste trabalho.

O espaço tradicional entre os bijagós consiste no estabelecimento de uma organização territorial definida com a atribuição de tarefas específicas para cada grupo de indivíduos em função da idade e sexo. Este poder é exercido pelos anciãos(as), cuja função é salvaguardar a tradição, garantir a ordem e organizar socialmente a comunidade. Relativamente à gestão do espaço e salvaguarda do meio ambiente, o arquipélago constitui desde 1996, uma Reserva da Biosfera, tendo surgido da necessidade de salvaguardar a vida sobre a terra na sua mais ampla biodiversidade. Com esta finalidade, o governo da Guiné-Bissau criou dois grandes Parques Nacionais Marinhos (Parque Nacional de João Vieira Poilão (PNMJVP) e Parque Nacional de Orango (PNO) e uma Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Formosa, Nago e Tchedia (Urok). Iremos ver adiante como se processa a gestão participativa das Áreas Protegidas em cada uma destas zonas.

As comunidades têm tomado decisões com a finalidade de proteger certas áreas e características naturais, e o desempenho das comunidades tem sido essencial para as manter. Os resultados têm-se revelado muito importantes tanto para a conservação da natureza, como para a manutenção dos aspectos sociais, culturais e económicos das comunidades. É igualmente importante ter em conta que os conceitos, tais como natureza e actividades económicas, diferem de cultura para cultura, e outros conceitos tais como biodiversidade e conservação nem sequer existem em determinadas culturas. Entre os bijagós, contudo, a natureza não se considera separada da vida social e das crenças místico-religiosas.

A insularidade, o isolamento e o afastamento relativamente ao continente constituem os principais constrangimentos para o desenvolvimento do Arquipélago dos Bijagós, mas, por outro lado, são vantajosas para a conservação da biodiversidade no meio insular. As características físicas do



Arquipélago tornam os Bijagós inacessíveis pela existência de lodaçais e de canais pouco profundos que tornam a navegação difícil.

O Arquipélago dos Bijagós destaca-se por nele se encontrarem espécies marinhas únicas no planeta, pela sua enorme riqueza faunística, recursos naturais e grande diversidade vegetal. As populações locais possuem um grande conhecimento tradicional sobre a gestão e utilização de espaços e recursos naturais.

A partir dos anos 90, o desenvolvimento do turismo tornou-se o seu grande trunfo. Com as suas ilhas e inumeráveis ilhotas, o Arquipélago dos Bijagós é o primeiro grande destino turístico da Guiné-Bissau. Contudo, as paisagens harmoniosas e selvagens do arquipélago têm atraído promotores turísticos, raramente preocupados em respeitar o meio ambiente ou a sociedade tradicional. Tendo em conta o potencial da região, o arquipélago dos bijagós tem suscitado numerosos interesses, muitos dos quais são incompatíveis com a garantia de um desenvolvimento duradouro.

O turismo é uma das actividades modernas, que mais entra em conflito com a conservação e as práticas tradicionais de gestão de recursos naturais. A forte vocação turística do arquipélago conduz à implementação de infra-estruturas em locais considerados sagrados pela população local ou vulneráveis ecológicamente. A instalação de acampamentos de pesca, sobretudo em Bubaque e Rubane, encorajou a prática de pesca desportiva, submetida a condições estritas. Contudo, não existe qualquer tipo de controlo, afectando, deste modo, os recursos marinhos.

A exploração dos recursos na zona francamente marítima é feita por um pequeno número de unidades de pesca, fixadas ou não no território, na maior parte das vezes, estrangeiras. Raramente as unidades não fixadas possuem autorização para pescar.

O acesso aos recursos naturais renováveis nas áreas costeiras e marinhas protegidas globalmente, depende do complexo dos factores sociológicos e históricos, que podem pertencer a uma parte da tribo, a um segmento de uma linhagem ou uma entidade externa. O acesso aos recursos depende da administração destas áreas ou de administrações públicas. O regulamento de acesso à área ou período de tempo é directamente exercido pela administração da área protegida (PNBA), ou delegado a autoridades tradicionais (RBABB), ou dependendo de um sistema de fusão entre o Estado e a Comunidade (RBDS). Para que a regulação do acesso aos recursos se torne efectiva, é necessário, para o processo de decisão, que seja legitimada pelas autoridades tradicionais ou pela gestão participativa ou conjunta, dependendo dos standards institucionais coerentes e legalmente compatíveis.

Cada área protegida corresponde a um sistema específico, e a muitos sistemas legais que, aplicados a diferentes zonas, podem coexistir dentro de uma mesma área. O estatuto de uma área costeira e marítima conduz a uma dinâmica territorial, que se traduz em variadas formas, com referência ao seu contexto histórico, social, económico, demográfico e legal, tal como um processo ordenado e um



reforço das formas de legitimação tradicionais do território. O acesso aos recursos naturais depende dos administradores destas áreas protegidas ou da administração pública.

No Arquipélago dos Bijagós, pode destacar-se a acção das ONGs locais como a *Tiniguena, Acção para o Desenvolvimento, Ton'joron, Nantinyan, ADIM, Tankakan, ADEMA, Biligert, Fashpebi, Totokan e Tepenny*, e das ONGs internacionais como a *UICN, a FIBA, a NOE Conservation, a Mava, CBD Habitat e a Swissaid e Îles de Paix* que, em parceria com as entidades governamentais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), o Gabinete de Planificação Costeira, entre outros, têm apostado na implementação de projectos de desenvolvimento comunitário, com incidência na conservação do meio, valorizando igualmente a investigação científica e a educação. Com estas acções procura dar-se continuidade à gestão de recursos e à preservação da biodiversidade, que tem sido, de forma tradicional, desenvolvido pelas comunidades locais, com envolvimento directo e recorrendo a metodologias participativas. A população local possui um sistema complexo da gestão dos recursos naturais, que pode constituir uma maior valia no desenvolvimento da Reserva da Biosfera. Contudo, a comunicação entre os conselhos locais dos chefes tradicionais e do resto da sociedade (os sectores do estado, operadores económicos, etc.), está ainda limitado tanto por razões culturais como linguísticas.

1.1. Razões da escolha do tema

A motivação para a realização de um trabalho sobre a gestão do espaço e da propriedade tradicional no Arquipélago dos Bijagós surgiu da experiência que tive oportunidade de integrar no âmbito de duas missões de educação para o desenvolvimento pela Fundação AMI entre Abril e Outubro de 2005 e Janeiro de 2009 até à presente data. A missão da Fundação AMI em 2005 na sub-região de Bolama consistiu na realização de assistência médica e de enfermagem no Hospital de Bolama, nos oito postos periféricos da Região Sanitária de Bolama-Bijagós, além de um conjunto de actividades de formação dos técnicos de saúde locais e de educação para a saúde. A missão visou também a educação cívica e o desenvolvimento das populações, além de actividades de reforço do associativismo local e das infra-estruturas de educação. Em 2009, a missão tem por objectivo global contribuir para o bem-estar social e melhoria das condições de saúde da população da Região Sanitária de Bolama (RSB) e, como objectivo específico, contribuir para a capacitação para a intervenção comunitária, assim como, promover a melhoria dos conhecimentos e práticas na área da saúde.

Foi durante estas duas missões, que fui despertado para o tema da gestão da propriedade tradicional dos bijagós. Em primeiro lugar, porque esta assume uma importância fundamental para conseguirmos compreender este povo, e assim podermos desenvolver uma acção junto do mesmo. Em segundo, porque me interessei pela forma peculiar como este povo se relaciona com o meio ambiente, em especial com a preservação da fauna marinha. Por último, fui atraído pela sua história, herança cultural e também pela forma peculiar de organização social, política e a administrativa.



1.2. Os objectivos da pesquisa

Neste trabalho, procurarei aprofundar os aspectos relacionados com o espaço e a propriedade tradicional e as diferentes concepções modernas sobre a gestão desse mesmo espaço. Para isso, debruçar-me-ei sobre as formas de acesso, os modos de utilização e de gestão da terra, bem como sobre alguns aspectos particulares na sua interrelação com a preservação do meio ambiente.

O ponto de partida para este estudo refere-se ao conjunto de questões que se colocam sobre estes assuntos. Procurarei, antes de mais, conhecer a estrutura e a organização social do povo bijagó, a sua relação com o habitat, a gestão dos recursos naturais, e a forma como se processa a co-gestão dos mesmos no arquipélago. Para isto, colocarei algumas interrogações para a pesquisa:

- Será que a gestão de terras se articula em torno das aldeias ou grupo de aldeias e de que forma é gerida a divisão dos espaços, como são feitas as decisões e qual a importância das mesmas para a coesão da aldeia?
- Quais as principais vulnerabilidades que o arquipélago actualmente enfrenta?;
- Qual o papel das Áreas Protegidas, como é feita a gestão participativa na preservação do ambiente e na monitorização dos recursos naturais?;
- Será que os objectivos das Organizações Não-Governamentais locais e internacionais no que diz respeito à sustentabilidade e preservação do meio ambiente têm sido alcançados?.

Cada temática preocupa-se em colocar em relevo a relação entre o homem e o ambiente, mostrando, em particular, como a cultura bijagó influencia o estado da natureza e vice-versa, e o conhecimento tradicional sobre a gestão e utilização de espaços e recursos naturais.

Destacarei os diferentes tipos de pesca praticada, dado que a pesca é uma actividade essencial e que, desde sempre, ocupou um lugar importante em toda a costa ocidental africana.

Referirei o conceito de *empowerment* (capacitação) das populações e comunidades locais no sentido de participarem na organização das áreas protegidas. É fundamental envolver as comunidades em processos de negociação e instituições organizacionais, negociar a co-administração com as comunidades locais e outros parceiros, integrar as práticas e os conhecimentos locais/tradicionais e nacionais/modernos, no sentido de aumentar o conhecimento e capacidades técnicas, a aprendizagem mútua e troca de experiências, para melhor proteger o seu habitat.



1.3. Opções metodológicas

Para atingir os objectivos deste estudo, recorrerei a uma abordagem interdisciplinar, utilizando diferentes técnicas de pesquisa próprias da área de Estudos Africanos, nomeadamente a pesquisa bibliográfica, documental em centros de documentação e bibliotecas especializadas, a observação participante e não participante e a entrevista semi-estruturada.

A pesquisa, quer a bibliográfica, quer a documental são essenciais para nos identificarmos com o tema escolhido, uma vez que auxiliam no melhor conhecimento do problema de pesquisa. É através das leituras exploratórias que conseguimos tornar o tema claro, exequível e pertinente. É fundamental, nesta fase, não perder o sentido na definição do problema, na determinação dos objectivos, na construção de hipóteses, na fundamentação justificativa da escolha do tema e na elaboração da presente tese de mestrado. Foi realizado um trabalho de análise e de pesquisa bibliográfica que permitiu o enquadramento teórico da problemática em questão. O levantamento bibliográfico foi realizado na Biblioteca Nacional, na Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP/UTL), na Biblioteca do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), no Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), no Centro de Informação e Documentação e Informação Amílcar Cabral (CIDAC) e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). Foram também pesquisados vários documentos nos diferentes sítios da internet, cuja lista se encontra em anexos.

No entanto, a metodologia a ter em conta nesta investigação será a da observação participante e não participante, tendo em conta as suas limitações. Conheci a realidade bijagó através do trabalho de missão na qual trabalhei durante vários meses. Tomei contacto com este povo, primeiro, através de testemunhos e experiências de colegas que se encontravam a terminar a sua missão e, mais tarde, com colegas e colaboradores da AMI. Tive ainda a oportunidade de trabalhar directamente com este povo em várias localidades. Estando num contexto de uma missão de educação para o desenvolvimento, foi possível obter informação que, de outra forma, seria difícil de alcançar. Porém, tive sempre presente que os dados obtidos em missão não poderiam ser confundidos com o presente trabalho de investigação, nomeadamente os da confidencialidade de dados fornecidos por testemunhos em contexto de missão. Pelo sigilo profissional e pela organização pela qual trabalhei, não pude muitas vezes mencionar elementos que observei.

A entrada/penetração a este grupo étnico, foi feita de forma lenta e progressiva, através do respeito e confiança mútua. Tive a possibilidade, fora do horário de trabalho, de conviver com os locais, assistindo, com a devida autorização, a algumas cerimónias que caracterizam esta cultura. Segundo Jorgensen, a observação participante é definida como “*o método pelo qual os investigadores agrupam os detentores de uma cultura de modo que os relacionamentos, acontecimentos, padrões e contextos socio-culturais nos quais as pessoas vivem e trabalham possam ser estudados*”¹. Assim, “A

¹ Danny L. Jorgensen, *Participant Observation*, Sage, London, 1989, p. 23.

*observação participante deve entender-se como um processo, em dois planos. Primeiro, em que o investigador tem de se ir tornando um participante e de ir ganhando acesso às pessoas e ao terreno. Segundo, a observação também segue o processo de se tornar cada vez mais concreta e concentrada nos aspectos essenciais para a problemática da investigação*². Esta etapa de pesquisa pode ser dividida em três fases fundamentais: “a entrada no grupo ou comunidade, a permanência nesta e, finalmente a saída da mesma”³. Trata-se pois de uma metodologia privilegiada, que se enquadra no âmbito da Ciências Sociais, uma perspectiva em que “o investigador que estuda a realidade social deve efectuar uma constante crítica ideológica do seu procedimento e da sua própria situação em relação ao objecto, embora reconhecendo a natureza relativa e parcial de um tal procedimento”⁴.

Uma das principais justificações para este método de recolha de dados é o de que existem, todos os dias, processos que não podem ser estudados em profundidade, a não ser que o investigador se encontre muito próximo dos indivíduos envolvidos e desde que os membros da comunidade não saibam que estão a ser objecto de estudo, para que o seu comportamento não seja alterado, se bem que a própria presença do investigador já o afecte de certo modo. A chave para a observação feita com qualquer participação é aquela em que os dados obtidos pela observação dos fenómenos a serem estudados são realçados, através da introspecção, pelo investigador. O balanço destes dados pode, por isso, produzir uma riqueza de detalhes que outros métodos não conseguem alcançar. A introspecção, contudo, é criticada como não científica, e a participação no campo sob estudo assegura que o investigador é um interveniente variável na investigação⁵.

Utilizei também informadores qualificados de modo a aceder ao grupo e à comunidade local: um professor na ilha das Galinhas, um agente de saúde de base (ASB) que actuava nas três áreas de Bolama (S. João, Ilha de Bolama e Ilha das Galinhas), um professor natural da Ilha de Orango e outro da ilha de Bubaque e ainda, um outro da ilha de Soga, um funcionário do Centro de Formação Pesqueira, uma enfermeira do Hospital de Bolama. Todos eles, gozando de muito apreço por parte da comunidade, constituíram um elo privilegiado na obtenção de informação essencial para a investigação a que me proponho. Segundo Patricia L. Munhall:

“Informants, actors, or insiders are members of the cultural group. They are knowledgeable about topics and understand how things work in the culture. Informants must be willing to share knowledge with ethnographers by time and opportunity to be interviewed and observed. Key and other informants are crucial to the task of the ethnographer. Informants are chosen to share information about the research topic and the cultural group. Key informants are chosen

² Uwe Flick, *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Monitor, Lisboa, 2005, p. 142.

³ Carlos Diogo Moreira, *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*, ISCSP/UTL, Lisboa, 1994, p. 134.

⁴ Philippe Braillard, *Teoria das Relações Internacionais*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1990, p. 101.

⁵ Cfr. Robert L. Miller e John D. Brewer, *The A-Z of Social Research: A Dictionary of Key Social Science Research Concepts*, London, Sage, p. 222.

*after time is spent in the field during preliminary data collection. Each informant may or may not be able to explain subtleties of the culture. Different individuals serve different functions*⁶.

Uma das técnicas que utilizei foi, portanto, a entrevista semi-estruturada em que “o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério”⁷. Tive a oportunidade de entrevistar o Governador da Região, Bráz de Pina; o Chefe de Programa da UICN, Nélson Dias; o Director do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), Dr. Justino Biai e o Director da Soronda - Revista de Estudos Guineenses, Raul Mendes Fernandes. Procurei também depois da entrevista “...registar as observações sobre o comportamento verbal e não verbal dos entrevistados, bem como sobre o ambiente em que a mesma decorreu”⁸.

Na minha estadia no campo muni-me de um diário de campo, onde fui registando as impressões no terreno. Como refere Maria Celeste Rogado Quintino, “o diário de campo constitui um instrumento essencial na ligação entre a mesa de trabalho e o terreno. É um documento de registo diário das actividades desenvolvidas: conversas casuais e informais; observação dos acontecimentos, entrevistas...”⁹. Neste diário registei uma grande quantidade de detalhes físicos e sociais de cada episódio observado. A maior parte das anotações foram feitas à posteriori, sobretudo após uma calma reflexão. Aconteceu também tomar notas nos intervalos das actividades de formação/sensibilização nas escolas e nas tabancas da Região Sanitária de Bolama (RSB). Para tal, adoptei outros instrumentos de registo, com a devida autorização, como por exemplo as gravações em áudio e vídeo. A observação foi reforçada pela realização de fotografias e também através da recolha de material fotográfico, de modo a ilustrar o presente trabalho, tendo sempre em conta as normas de utilização dos respectivos documentos.

A compreensão desta realidade levou-nos a encarar o método, não como “...uma fórmula rígida, uma receita a aplicar cegamente...”¹⁰, mas como uma metodologia que utiliza a abordagem interdisciplinar¹¹ dos Estudos Africanos.

⁶ Patricia L. Munhall, *Nursing Research: A Qualitative Perspective*, John & Bartlett Publishers, Sudbury, 2007, p. 302.

⁷ Rodolphe Ghiglione & Benjamin Matalon, *O Inquirido - Teoria e Prática*, Celta Editores, Lisboa, 2001, p.64.

⁸ Hermano Carmo & Manuela Malheiro Ferreira, *Metodologia de Investigação, Guia para a auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa, 1998, p. 136.

⁹ Maria Celeste Rogado Quintino, *Migrações e Etnicidades em Terrenos Portugueses – Guineenses: Estratégias de Intervenção de uma comunidade*, ISCSP/UTL, Lisboa, 2004, p. 251.

¹⁰ António Marques Bessa, *Quem Governa?*, ISCSP/UTL, Lisboa, 1993, p. 137.

¹¹ Sobre a abordagem interdisciplinar nos Estudos Africanos, vide Pedro Borges Graça, *A Construção da Nação em África*, Almedina, Lisboa, 2005, p. 40 ss.



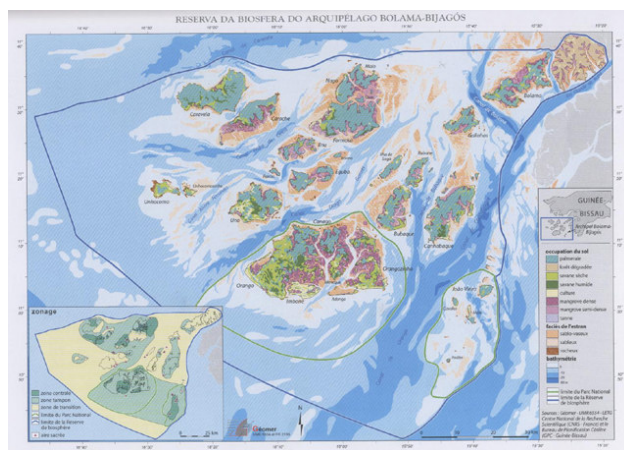
I

**Arquipélago dos Bijagós:
Breve diagnóstico ecológico**

I. Arquipélago dos Bijagós: Breve diagnóstico ecológico

O Arquipélago dos Bijagós, situado na costa africana, ao largo da Guiné-Bissau, cobre uma superfície de cerca de 1625 km² e é composto por 88 ilhas, das quais somente vinte e uma são habitadas¹². Foi classificado em 1996 pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) como Reserva Ecológica da Biosfera.

Quadro n.º 1. Reserva Ecológica do Arquipélago Bolama-Bijagós



Fonte: Guiné-Bissau Acção para o Desenvolvimento¹³

O conjunto das ilhas que formam o arquipélago está dividido em cinco zonas geográficas:

1. Leste: as Ilhas Galinhas, Canhabaque, Soga, Rubane e Bubaque.
2. Sul: Orangozinho, Meneque, Canogo, Orango Grande.
3. Oeste: Uno, Uracane, Eguba, Unhocozinho e Unhocomo.
4. Noroeste: Caravela e Carache.
5. Nordeste: Formosa, Ponta e Maio.

Administrativamente, a região de Bolama-Bijagós encontra-se dividida em quatro sectores, sendo estes: Bolama, Bubaque, Caravela e Uno. Em cada sector encontra-se um administrador de sector e um governador para toda a região.

As populações residentes do arquipélago são, maioritariamente, compostas por bijagós. No entanto, em algumas ilhas habitam também outras etnias, tais como os papéis, os beafadas, os mandingas, os

¹² Vide a este respeito, UNESCO – World Heritage Center, *Réserve de Biosphère de l'Archipel des Bijagos*, in <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5081/> - Consultado em 5 de Novembro de 2008.

¹³ Guiné-Bissau Acção para o Desenvolvimento (AD), *Reserva da Biosfera dos Bijagós*, in <http://www.adbissau.org/guinebissau/areasprotegidaseparques/reservadabiosferadosbijagos/mapabijagos1.jpg> - Consultado em 11 de Novembro de 2008.



manjacos e os nhomincas, entre outras, sendo estes últimos originários do Senegal, de onde partiram há várias gerações, tendo vindo a fixar-se, sobretudo em acampamentos de pesca temporários ou permanentes, nas ilhas de Caravela, Formosa e Bolama.

A população do Arquipélago dos Bijagós é de aproximadamente 27.000 habitantes¹⁴ dispersos por 185 aldeias, repartidas por 21 ilhas habitadas. Cerca de 90% da população do arquipélago pertence à etnia Bijagó.

Este arquipélago é cercado por um planalto continental muito vasto e protegido por numerosos bancos de areia. É submetido às influências de diversas correntes marítimas, ricas em sais minerais. Estas ilhas são muito férteis, embora muitas vezes desprovidas de água. Ao norte, a Ilha de Caravela e a Ilha Carache são baixas e arborizadas. A ilha de Ponta, a ilha de Maio e a ilha Formosa, separadas por mangais, formam na realidade uma só ilha, conhecida localmente pelo nome de Cazegul. Estas ilhas banham a costa sul do canal de Geba.

Ao sul, a Ilha de Orango e Orangozinho são separadas por um mangal. A leste, a ilha de Roxa é ligeiramente elevada e coberta de vegetação. A ilha de Orango e a ilha de Roxa formam o lado ocidental do canal de Orango.

A oeste da ilha de Roxa, a ilha de Bubaque possui uma cidade com o mesmo nome. O arquipélago prolonga-se para sudoeste a uma grande distância, sendo esta zona considerada muito perigosa para a navegação. O limite exterior é constituído por um arco de círculo, que se estende dos escolhos bijagós aos escolhos do sul e aos altos fundos de Saint-Jean, cobertos de nove metros de água aproximadamente. O regime dos ventos, das correntes e dos bancos de areia móveis tornam muito difícil a navegação nestas paragens¹⁵.

O Arquipélago dos Bijagós apresenta duas estações bem diferenciadas: A estação seca (de Novembro a Abril) e a estação das chuvas (de Maio a Outubro). Esta última caracteriza-se por uma pluviosidade abundante e por uma forte nebulosidade, com ventos dominantes de Sul/Sudoeste. As precipitações médias anuais oscilam entre 2000 e 2500 mm. O período das chuvas é marcado pela penetração da frente inter-tropical, vinda do Sul. A temperatura média anual é de 26°C.

A base do litoral da Guiné-Bissau é constituída por depósitos de sedimentos, que datam do período terciário. Estas formações ancestrais só raramente afloram à superfície e são cobertas de sedimentos quaternários, depósitos arenosos mais recentes. Com a elevação do nível do mar e a inundação do antigo delta do Rio Geba, os vales transformaram-se em canais, separando os grupos de ilhas, desenhando a actual fisionomia do arquipélago.

¹⁴ Vide a este respeito, UNESCO, *Biosphere Reserve Information*, in <http://www.unesco.org/mabdb/br/brdir/directory/biores.asp?code=GBS+01&mode=all> – Consultado em 05 de Novembro de 2008.

¹⁵ Cfr. Patrick Erouart, *La Guinée-Bissau aujourd'hui*, Les Editions du Jaguar, Paris, 1998, p. 129.



Os meios insulares constituem ecossistemas de uma grande complexidade e extremamente vulneráveis às intervenções humanas. A costa e a superfície das ilhas desempenham um papel determinante na caracterização do meio natural e na diversidade biológica. A barreira aquática fixa os meios específicos de cada ilha e origina um interesse muito particular para a conservação e para a investigação científica.

Estas características climáticas, geográficas e oceanográficas estão na origem da extrema riqueza e da diversidade de fauna que aí se encontra. O mangal, que cobre um terço da parte emergente deste território, abriga uma actividade biológica intensa, assegurando um papel importante na reprodução e crescimento de moluscos, crustáceos e peixes, mamíferos (hipopótamos marinhos), répteis e aves.

A UNESCO reconheceu o Arquipélago dos Bijagós como uma Reserva da Biosfera em 16 de Abril de 1996¹⁶, a pedido do Governo da Guiné-Bissau, sustentado pela UICN. A importância desta reserva na salvaguardada vida sobre a terra, fez com que a WWF inscrevesse o arquipélago dos Bijagós na lista destas 200 eco-regiões. Esta importância para a conservação da vida permitiu ao Estado criar nesta reserva da biosfera, dois Parques Nacionais Marinhos (Parque Nacional de João Vieira Poilão e Parque Nacional de Orango) e uma Área Marinha Protegida Comunitária das ilhas Formosa, Nago e Tchedia (Urok). Existe uma perspectiva da criação de uma unidade para a conservação de jovens tartarugas marinhas em Unhocomo e Unhocozinho¹⁷.

A Reserva da Biosfera é um instrumento de planeamento que permite, através da articulação entre governos e instituições da sociedade civil, proteger a flora, a fauna, os seus habitats e garantir a conservação de ecossistemas representativos, bem como de recursos genéticos necessários às gerações futuras. Graeme Kelleher e Richard Kenchington (1991) definem deste modo as reservas da biosfera:

“Biosphere reserves are protected areas of representative terrestrial and coastal environments which have been internationally recognized under the UNESCO MAB (Man and the Biosphere) Programme for their value in conservation and in providing the scientific knowledge, skills and human values to support sustainable development. Biosphere reserves are united to form a worldwide network which facilitates sharing of information relevant to the conservation and management of natural and managed ecosystems”¹⁸.

A Reserva constitui, portanto, um instrumento de conservação dos recursos biológicos. Visa encorajar as investigações orientadas para a compreensão da evolução dos processos naturais, para a vigilância contínua das modificações das características ecológicas e para a divulgação de práticas não agressivas de utilização dos recursos naturais. Michel Batisse escreve a este propósito:

¹⁶ Cfr. Tarik Dahou et al, “La Gouvernance des Aires Marines Protégées: leçons ouest-africaines, Vertigo – La revue en sciences de l’environnement”, Vol5, No3, Montréal, Québec, 2004, p. 2.

¹⁷ Vide a este respeito, UNESCO, Réserve de Biosphère de l’Archipel des Bijagos, in <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5081/> - Consultado em 05 de Novembro de 2008.

¹⁸ Graeme Kelleher e Richard Kenchington, *Guidelines for establishing Marine Protected Areas – A Marine Conservation and Development Report*, IUCN, The World Conservation Union, Cambridge, 1991, p. 37.



“Generally speaking, the fragile and highly-coveted coastal regions of the world badly need integrated land and water use planning to reconcile their multiple functions, including that of terrestrial and marine conservation. Properly designed and managed. Coastal Biosphere reserves could constitute a most useful tool for this purpose. Ideally, they would pay equal attention to conservation requirements on the land side and on the marine side, keeping particularly in mind the impact of land-based activities on the marine side. On the land side, consideration should be given not only to the type ecosystems to be included, but also to land-use in coastal plains and to coastal landscapes. On the marine side the precise place of traditional activities, such as various forms of fishing, will have to be appreciated”¹⁹.

Para Said e Ferraz os factores que justificam a criação da Reserva da Biosfera de Bolama-Bijagós podem ser resumidos do seguinte modo:

1. Características geo-ecológicas: O dinamismo dos meios insulares, as suas características e a sua fragilidade contribuem para que os ecossistemas apresentem um interesse particular no que diz respeito à investigação. A complexidade do funcionamento dos sistemas aquáticos e geo-morfológicos é particularmente propício à riqueza e à diversidade dos recursos haliêuticos, criando, deste modo, uma situação única à escala do oeste africano.
2. Diversidade biológica: O Arquipélago dos bijagós é uma etapa de migração para as aves e um local de hibernagem de importância internacional, especialmente para as aves marítimas e terrestres. Para além do mais, o arquipélago constitui a principal área de reprodução de tartarugas marinhas de toda a costa ocidental de África, algumas das quais raras ou ameaçadas de extinção. É igualmente relevante, neste local, a presença de mamíferos, dos quais algumas espécies raras ou ameaçadas como o hipopótamo anfíbio (*hippopo tamus amphibius*), a lontra branca, bem como duas espécies de golfinhos. A presença de zonas arborizadas em bom estado de conservação reforça o interesse por este arquipélago pela sua beleza paradisíaca.
3. Utilização tradicional dos recursos naturais: A comunidade bijagó ciente da sua riqueza e diversidade cultural, viveu desde sempre em harmonia com o seu meio natural gerindo os seus recursos de forma equilibrada. O sistema tradicional de alternância de culturas é fundamental para o sucesso da reserva.
4. Participação Popular: o processo, já muito desenvolvido, de participação da população local e da discussão sobre a proposta de reserva da biosfera, antes da sua oficialização, é de bom augúrio para o sucesso da reserva.

¹⁹ Michel Batisse, “Development and Implementation of the Biosphere Reserve Concept and its Applicability to Coastal Regions”, in AA.VV (ed. Andrew Price e Sarah Humphrey) *Application of the Biosphere Reserve Concept to Coastal Marine Areas: Papers presented at the UNESCO/IUCN San Francisco Workshop of 14-20 August 1989, San Francisco*, IUCN, The World Conservation Union, Cambridge, 1993, p. 10.



5. Actividades e desenvolvimento: A implantação da reserva pode estimular as actividades com vista a melhorar as condições de vida da população e reforçar um desenvolvimento durável. A ajuda pode ser levada a diferentes sectores, como o da pesca artesanal e o turismo ecológico, desde que sejam acompanhados de mecanismos apropriados à protecção do ambiente.
6. Riscos eminentes de desequilíbrio ecológico: Tendo em conta o potencial da região, o Arquipélago dos Bijagós tem suscitado numerosos interesses, dos quais muitos deles são incompatíveis com a garantia de um desenvolvimento duradouro. É fundamental contemplar os interesses, de modo a reduzir ao mínimo os impactos negativos, que possam garantir a conservação e o desenvolvimento. A oficialização da reserva da biosfera do arquipélago equivale ao reconhecimento de uma unidade de conservação dos recursos naturais, confirmando assim o valor da sua utilização tradicional por parte da população bijagó²⁰.

Segundo a CBD (Convenção sobre a Biodiversidade Biológica), os principais objectivos da Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós são:

1. *Conservação da diversidade biológica e dos processos ecológicos essenciais, com a organização tradicional dos espaços e a valorização dos recursos naturais;*
2. *Valorização da cultura bijagó;*
3. *Melhoria das condições de vida da população através do modelo de desenvolvimento baseado na exploração racional e uso sustentável dos recursos naturais;*
4. *Desenvolvimento da informação científica e conhecimento sobre esta região;*
5. *Formulação de propostas alternativas para o desenvolvimento sustentável e implementação de mecanismos eficientes de gestão*²¹.

O arquipélago encontra-se, deste modo, no centro de um sistema complexo, o que explica a sua vulnerabilidade às influências externas como a poluição marinha. As diferentes correntes conduzem a água doce para o Arquipélago, matérias orgânicas e plâncton, elementos que contribuem para uma acentuada produtividade biológica. Isto explica a abundância de peixe, crustáceos e moluscos na região.

²⁰ Cfr. Abílio Rachid Said & Luis Paulo M. Ferraz, *La réserve de la biosphère de l'archipel des Bijagos (Document D'Information)*, Union Mondiale pour la Nature – Institut National d'Etudes et de Recherche, Organisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture, Bissau, 1996, pp. 26-28.

²¹ Convention on Biological Diversity, *Guinea-Bissau – Details*, in <http://www.cbd.int/countries/profile.shtml?country=gw> – Consultado em 04 de Novembro de 2008, trad. minha.



As densidades elevadas de formas larvares, medidas por inúmeras expedições oceanográficas ao longo do arquipélago, testemunham o seu papel fundamental, tanto na zona de reprodução, como de tratamento de muitas espécies de interesse comercial.

É nas águas que banham as ilhas e nos braços de mar, que a vida animal é mais rica. Estas zonas são ocupadas por mangueirais (árvores de manga), que cobrem perto de um terço da superfície das ilhas, formações vegetais que apresentam adaptações originais de vida anfíbia. Dispõem de um sistema de raízes muito denso, que fixa os sedimentos e, deste modo, limita a erosão litoral, oferecendo um abrigo ideal aos microrganismos. As raízes aéreas regularmente submergidas pelas marés, servem de suporte às colónias de ostras selvagens.

Para além disso, o abrigo e suporte dos mangueirais, pela sua produção vegetal, constituem uma fonte de alimento para uma grande variedade de espécies.

A riqueza biológica e as dificuldades de penetração destas zonas litorais explicam a presença de uma comunidade de animais aquáticos, única na costa ocidental de África. Assim, existem hipopótamos que habitualmente vivem na água doce, mas que se adaptaram aqui, ao longo dos milénios, ao delta do mar. Passam o dia ao largo das ilhas ou nos braços do mar, e dirigem-se a terra, no crepúsculo, para se alimentar. O grande delfim é regularmente observado perto das plantações de mangueiras.

O Arquipélago dos Bijagós constitui o meio ideal para as aves aquáticas migratórias deixarem o inverno europeu e passarem para estas áreas, conhecidas como Important Bird Areas (IBA).

“O país dispõe de muitos locais dispersos que acolhem muitos milhares de aves, sobretudo migradoras. Entre estes salientam-se toda a zona costeira da Guiné-Bissau e o Arquipélago dos Bijagós, sendo este último considerado o segundo mais importante da costa Ocidental africana, a seguir ao Banc d’Arguin na Mauritânia, e recebe anualmente mais de 1 000 000 dessas aves”²².

A comunidade de répteis aquáticos caracteriza-se por duas espécies de crocodilos. Existem cinco espécies de tartarugas marinhas que escolhem este arquipélago como um dos seus lugares favoritos para a desova. As praias das ilhas meridionais são as mais utilizadas para este fim, particularmente as da pequena ilha de Poilão, onde perto de 2.000 tartarugas vêm desovar anualmente.

Todas as tartarugas marinhas estão ameaçadas à escala planetária em vários graus. Se a tartaruga verde, neste momento, é relativamente abundante, a tartaruga de Ridley está a tornar-se raríssima²³.

As zonas arenosas são habitadas por moluscos variados, regularmente exploradas pelos habitantes das ilhas. Nos lodaçais milhares de aves vêm alimentar-se na maré baixa. Algumas aves reproduzem-se no arquipélago em pequenas ilhas, longe dos predadores. A riqueza do fitoplancton das águas do

²² Joãozinho Sá, *Migração das Aves Aquáticas na Guiné-Bissau*, Wetlands International e Gabinete de Planificação Costeira, Dakar, 2003, p. 18.

²³ Sobre a ameaça da tartaruga marinha no Arquipélago dos Bijagós, vide Pamela T. Plotkin, *Biology and Conservation of Ridley Sea Turtles*, John Hopkins University Press, Baltimore, 2007, p. 233 e ss.



arquipélago constitui a base de uma cadeia marinha alimentar muito complexa. Verifica-se a presença de uma grande diversidade de espécies, nas quais se destacam o sável, o mero, a corvina, o camarão, a raia e o tubarão.

A sobrevivência das espécies aquáticas depende essencialmente dos seus habitats, neste caso concreto das zonas húmidas, visto que a mudança do meio ambiente e a perda de terras húmidas perturba substancialmente a diversidade biológica dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

As mangueiras plantadas entre a terra e o mar cobrem uma parte significativa de superfície da região. Trata-se de um ecossistema para a renovação dos recursos haliêuticos, verdadeiro laboratório natural e fonte de nutrientes. Os mangueirais desempenham um papel chave na renovação dos recursos marinhos e são de uma importância primordial para a reprodução da fauna aquática. Representam um interesse económico considerável para os países tropicais.

A formação vegetal mais representativa da região é constituída por palmeirais, que se dividem em dois grandes subtipos em função da densidade: as de forte densidade por um lado, e as de média densidade por outro e, finalmente, as de fraca densidade. A exploração tradicional utiliza cerca de 10% do potencial de óleo de palma.

O abate selectivo das palmeiras nas zonas destinadas à cultura do arroz “*pam pam*”, provavelmente explica a enorme expansão das palmeiras naturais, que se adaptam aos longos períodos de seca, e cujas sementes são cada vez mais utilizadas para novas variedades de palmeiras.

Esta região abriga outros tipos de formações vegetais, aparentemente primárias, onde dominam as florestas semi-secas. Estas florestas compõem-se normalmente de um estrato superior descontínuo, constituídas de árvores de grande porte como “pau bico amarelo”, “pau bicho branco”, etc. Existe outra vegetação secundária: lianas, pequenas palmeiras, arbustos, savanas, arrozais que desempenham um papel fundamental na estabilização das zonas arenosas.

Uma das razões porque as ilhas Bijagós se mantiveram bem preservadas, deve-se à fé animista dos seus habitantes, que proíbe actividades económicas e de subsistência em muitas das áreas consideradas sagradas. Assim, a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) enumera algumas das proibições para os locais sagrados. Os mortos não podem ser aí sepultados e é proibida a fixação definitiva. O acesso é unicamente permitido aos indivíduos do clã já iniciados e vinculados ao local sagrado. São ainda proibidas nesse local relações sexuais e derramamento de sangue humano ou animal²⁴. Muitos locais nunca foram habitados, nem os seus recursos utilizados. Alguns locais sagrados são geridos por clãs de famílias, que possuem uma estreita relação com as divindades que governam esses locais. Esses clãs estabelecem linhas de orientação relacionadas com o comportamento que deve ser adoptado em relação a estes lugares sagrados, sendo essas orientações acatadas pelos habitantes de todas as outras ilhas.

²⁴ Cfr. Amy Corbin & Ashley Tindall, *The Bolama-Bijagos Archipelago*, in http://www.sacredland.org/world_sites_pages/Bijagos.html - Consultado em 12 de Novembro de 2008.



No que diz respeito aos recursos haliêuticos, a região dos Bijagós, é uma das mais produtivas da Guiné-Bissau, mas constitui uma actividade de subsistência, orientada para o consumo familiar. Existem no arquipélago normas de gestão da pesca, que se aplicam, antes de mais nada, aos dispositivos tradicionais fixos, como os “cambuas”, e à utilização de anzóis para atrair os peixes de primeira categoria, especialmente as espécies que habitam os fundos rochosos. Os “cambuas”, armadilhas para peixes, são construídas com arbustos ou pedras. São importantes para a captura de espécies alimentares, destinadas sobretudo às cerimónias.



II

Bijagós - Grupo Étnico

1. Notas históricas acerca dos bijagós

Não é conhecida ao certo a origem do nome bijagó. Segundo João Dias Vicente, a designação terá provindo da junção de “Be” e “odjogo” que, na língua local, significa pessoas inteiras, íntegras. Para Fernando Rogado Quintino, “a hipótese mais aceitável é a dele provir do vocábulo *odjogô*, que significa pessoa íntegra – cardinal vinte (que a pessoa inteira inculca) *Be-odjogô* seria, assim, o plural: pessoas íntegras. *Bidjogô* e *bijagó* representam variantes, a primeira forma crioula, e a segunda portuguesa”²⁵. Os bijagós não constituem um povo homogéneo, mas sim um conjunto de grupos sociais, conscientes de uma unidade étnica fundamental, com idiomas e costumes variados, que divergem de ilha para ilha, e até dentro da mesma ilha. Já na opinião de Hair, os habitantes das ilhas Bijagós não tinham qualquer designação até 1594²⁶.

*“Between 1500 and 1669, all our sources named the first mainland people to the south of Rio Jeba as the Beafares: theirs kingdoms were said to extend from the sea eastwards to the lower Coruba River, with footholds across the Rio Jeba to the north, but their main kingdoms, Biguda and Guinala, lay along the Rio Bolola. Of the score of vernacular terms in the early sources, none has yet been definitely identified by us (perhaps because of the very limited modern material available), but the form of many of the terms resembles that of recorded terms in Beafada”*²⁷.

A primeira descrição detalhada dos bijagós aparece no *Tratado Breve dos Rios da Guiné*, escrito em 1594 por André Álvares d’ Almada. Este comerciante cabo-verdiano, natural da Ilha de Santiago, que navegava pelo Rio Senegal em direcção à Serra Leoa, é um observador fiável dos costumes dos países que atravessa.

Almada apresenta uma toponímia detalhada das ilhas do arquipélago, próximo daquela que hoje conhecemos. Assinala que a Ilha das Galinhas, bem como a Ilha de Bolama eram povoadas pelos beafadas. Descreve os bijagós como guerreiros, perpetuamente em luta contra os buramos (brames, papéis e manjacos) e os beafadas, ou ainda entre eles, os de uma ilha contra os de outra.

“Estes negros são mui guerreiros; continuamente andão em guerras, dando assaltos na terra dos Buramos e Beafares, e tem tal costume que no mar encontrando-se de huma ilha com os das outra pelejão, bem póde ser o pai com o filho ... Fazem suas povoações ao longo do mar ou perto delle, e ali estão aposentados com os seus parentes, e estes dão obediência aos mais velhos, e destes lugares sahem a dar os assaltos e fazer guerra aos outros em suas almadias por mar, que são grandes e levão muita gente; e estes negros são tão destros no

²⁵ Fernando Rogado Quintino, *Os Povos da Guiné*, Separata do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Vol. 24, n.º 96, Bissau, 1969, p. 885

²⁶ Cfr. João Dias Vicente, *Guinea-Bissau*, Associazione Rete Guinea Bissau Onlus, Verona, 2004, p. 93.

²⁷ Cfr. Paul Edward Hedley Hair, “Ethnolinguistic Continuity on the Guinea Coast”, *The Journal of African Story*, Vol. 8, n.º 2, Cambridge University Press, Cambridge, 1967, p. 252.



*mar, que ainda que se soçobre e revire a embarcação, andão a nado e a tornão a endireitar e esgotar, e tornão-se a metter dentro*²⁸.

Almada refere ainda que os bijagós só sabem fazer três coisas:

*“Os homens não fazem mais do que tres cousas – guerra, e fazer embarcações, e tirar o vinho das palmeiras. Andão mui disciplinados na arte militar ao seu modo. São grandes rodeleiros; a principal arma que trazem são azagaias, a que elles chamão Canicos, que são de dous palmos, de ferro roliço, e na ponta tem o ferro ao modo de nossas ginetas; as suas adargas, que são de verga forte tecida com rota, de maneira que ficão muito fortes; e suas espadas as quaes são mais tortas que fouces, mas largas. Usão frechas, mas não são hervadas, em em lugar de ferro lhes poem humas espinhas de hum pescado chamado Bagre, que elles tem por peçonhento, e o he*²⁹.

Kañako (uma espécie de arpão) é a arma tradicional dos bijagós e constitui ainda hoje a insígnia dos chefes³⁰. É transportada pelos homens em certas circunstâncias ritualísticas. Os bijagós utilizam igualmente sabres e flechas e protegem-se com um escudo redondo.

Segundo uma outra versão, é em 1457 que Alvise di Cadamosto, um jovem veneziano ao serviço do infante D. Henrique, encosta ao largo dos bijagós³¹. Dele vêm-nos as primeiras descrições do contacto dos europeus com os seus habitantes. Tornada possessão da coroa portuguesa, o arquipélago adoptou, ao longo dos séculos XV e XVI, nomes diferentes, em função dos seus proprietários sucessivos (com a oferta do rei D. João III ao seu irmão, as ilhas passaram-se a chamar “Ilhas do Infante”).

*“Estes bijagós habitão nestas ilhas, chamadas por alguns as ilhas de Boão, e por outros as do Infante; as quaes parece que devião ser antigamente terra firme e toda huma com a dos Buramos e Beafares, e que o mar as cortaria de maneira que ficarão em tantas ilhas como são, e se perderia toda aquella lingoagem que d’antes tinham, e vierão a tomar a que hoje tem*³².

Na opinião de Charles Vogel, os bijagós eram essencialmente guerreiros e destacavam-se das outras tribos pela violência das suas investidas:

²⁸ André Álvares de D’ Almada, *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde: desde o Rio Sanaga até aos Baixos de Sant’Ana*; publ. Diogo Kopke, Typographia Commercial Portuense, Porto, 1841, p.54.

²⁹ Idem, p. 54.

³⁰ Cfr. Benjamim Pinto Bull, *O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Bissau, INEP, 1989, pp. 13-19.

³¹ Cfr. Alexandra Oliveira de Sousa, *Le Maternité Chez les Bijagó de Guinée-Bissau: Une analyse épidémiologique et son contexte ethnologique*, Centre Français sur la population et le développement, Paris, 1995, p. 10.

³² André Álvares de D’ Almada, *op. cit.*, p. 53.



“Les bissagos enfin, la plus belliqueuse et la plus énergique de ces tribus, les îles du même nom (...) Les Bissagos, brigands et pirates sur leurs canots, laissent aux femmes toute la charge des travaux agricoles et des soins domestiques...”³³.

A guerra, em especial contra os vizinhos do continente, os beafadas e os papéis e, mais tarde, contra os navegadores europeus, construiu a realidade bijagó ao longo dos cinco séculos seguintes. Inicialmente tratava-se de uma guerra para a defesa do seu território, porque os bijagós teriam sido empurrados do continente para as ilhas pelos beafadas, que, por sua vez, estavam ameaçados pela expansão do império Malinké no século XII. Mais tarde, com as tentativas dos beafadas para conquistar as ilhas, os bijagós, em resposta, passaram ao ataque, fazendo incursões sobre o continente, pilhando as aldeias e fazendo cativos aos quais apelidavam de “galinhas”:

“La guerre, surtout la guerre contre les voisins du continent, les Beafada et les Pepel, mais aussi les guerres entre des îles de l’archipel et plus tard contre les navires européens, ont fait la renommée des Bijago tout au long des cinq siècles suivants. C’est d’abord une guerre pour la défense de leur territoire, car les Bijago auraient été chassés du continent vers les îles par les Beafada, eux-mêmes menacés par l’expansion de l’empire Malinké au XIIe siècle. Plus tard, les tentatives des mêmes Beafada, pour regagner des îles, nouveau domaine des Bijago, en font les pires ennemis et les Bijago passent à l’attaque-défensive, faisant des incursions sur le continent, pillant des villages et prenant en captivité ceux qu’ils appellent leurs “poules”...“L’île de Galinhas (L’île des Poules, située près du continent t très longtemps disputée entre Bijago, Beafada et Européens) a gagné son nom parce que les Beafada prisonniers des Bijago, y habitaient”³⁴.

Esta disputa pelo território, que se prolonga durante muitos séculos, acrescenta cada vez mais intervenientes: do século XVI ao XVII, os negros que procuram os escravos, e no século XIX os europeus que querem interditar o tráfico. Durante os séculos XVIII e XIX, o arquipélago é incluído na placa transatlântica do tráfico de escravos, que partiu da costa africana. No século XIX começa a guerra entre europeus e entre bijagós e europeus.

Ingleses, franceses e portugueses disputam o território e a gerência dos assuntos insulares. Em 1810, Portugal assina em Berlim um acordo com os britânicos, proibindo o comércio dos escravos na Guiné, mas as ilhas, dado o seu acesso difícil, constituiu um abrigo confortável para o tráfico clandestino, e a administração portuguesa, enfraquecida, não deu ouvidos à indignação dos ingleses,

“Facing the Rio Grande is the archipelago os Bijagos or Bissagos, called Buam by Pereyra, Bigioho by Dapper, and Biogho by Barbot. The later author states that the slaves of this origin, which he calls Bissos, were the most obsequious of all Guinea for that reason greatly esteemed in Mexico and Cartagena, even more than the slaves from Benim and Angola. This

³³ Charles Vogel, *Le Portugal et ses colonies*, Guillaumin, Paris, 1860, p. 528.

³⁴ Alexandra Oliveira de Sousa, *op. cit.*, p. 10.

*reference assures us of the entrance of these slaves in our country, their identification, however, is difficult in view of the corruption of the term. We suppose that the Bijagos or Bisagos entered Nueva España under the name of Biochos, Viohos and Viojos, for with all these spellings they appear in the course of the 17th and 18th centuries which was the period of their introduction, brought successively by the Portuguese, the French and the English who established markets in the archipelago*³⁵.

Ainda a este respeito, Marcelino Marques de Barros, padre nativo da Guiné, apresenta a sua versão:

*“Os bujagos ou sinjás, pouco antes de assim se chamarem, faziam parte de um numerosa cafila de escravos, arrastados ao grande mercado de Guinalá. Um dia, e de improviso, estalou uma sanguinolenta revolta, seguindo-se imediatamente a fuga dos escravos para o archipelago em que nos achámos; e de ilha em ilha foram cedendo o passo aos seus senhores, que os perseguiram sempre até à ilha de Carax ou de Orango, as ultimas e mais afastadas do continente. Ahi, como preferissem morrer gloriosamente ás lanças dos seus perseguidores, do que nas ondas do mar, como miseráveis, revestiram-se da coragem que sempre desperta o desespero, e desde então, tendo a fortuna trocado os papeis dos dois contendores, os bujagós (os mesmos fugitivos) começaram a levar de vencida os biafaadas, a ponto de fabricarem grandes pirogas, com as quaes continuaram na perseguição de seus inimigos até às suas povoações, que passaram a ferro e fogo, forçando os seus habitantes a internarem-se até hoje na solidão das florestas*³⁶.

Vale a pena mencionar a análise de Mendes Moreira sobre os bijagós do ponto de vista étnico:

*“Tal é a tribo bijagó, considerada sob o ponto de vista estruturalmente étnico, uma sociedade que, no ciclo evolutivo da civilização, atravessa ainda a fase do incultura, estacionária quanto ao processo material e espiritual e em que o influxo civilizador encontra fortes barreiras e obstáculos à infiltração (...) Mas, será o bijagó absolutamente refractário à civilização? Vejamos o resultado da nossa acção civilizadora e de nossa actuação administrativa. É de mui recente data a nossa instalação definitiva no arquipélago, se bem que a nossa influência nele se tenha feito sentir muito antes da ocupação efectiva, facto comprovado pelas relações amistosas que sempre existiram entre os bijagós e os primeiros núcleos de colonos que se estabeleceram na ilha de Bolama*³⁷.

Vale a pena observar, que aquilo que alguns escritores modernos atribuíam à crueldade e barbáries dos bijagós, atribui-se agora a semelhanças com outros povos antigos. De facto, segundo esta tendência comparativa, é muito mais fácil explicar a sua origem e alguns traços invulgares do seu

³⁵ Gonzalo Aguirre Beltran, “The Rivers of Guinea”, The Journal of Negro History”, vol. 31, n.º 3. (Jul. 1946), Association for the Study of African-American Life and History, Washington, 1946, pp. 297-298.

³⁶ Marcelino Marques de Barros, “Guiné Portuguesa ou breve notícia sobre alguns dos seus usos, costumes, língua e origem dos seus povos”, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 3.ª Série, n.º 12, Lisboa, 1882, p. 721.

³⁷ José Mendes Moreira, “Breve ensaio etnográfico acerca dos Bijagós”, Bissau, Separata do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, n.º 1, Bissau, 1946, p. 113.



comportamento. No entanto, os autores que tiveram a oportunidade de tratar directamente com os bijagós, afirmam que estes aparentam ser um povo original, inventivo, pacífico e independente, explicando a sua crueldade para com os negociantes estrangeiros, como uma necessidade de se defenderem das invasões externas³⁸.

2. Os bijagós no presente

Posteriormente, inúmeras interferências exteriores vieram modificar este quadro, originando uma maior mobilidade das populações. O processo de designação das autoridades tradicionais manteve-se até aos nossos dias. Estas devem pertencer necessariamente ao clã, que é historicamente proprietário da ilha.

Os diferentes grupos étnicos, como os balantas, papéis, manjacos, mancanhas, brames, fulas, mandingas ou felupes que habitam a Guiné-Bissau, sempre denominaram os bijagós de *unsongron*, que significa indivíduos de grande porte, robustos e valentes. Em comparação com outros grupos étnicos da região, os Bijagós são de pele muito mais escura, sendo um dos grupos mais conservadores do país na preservação da sua cultura. Inicialmente, a etnia bijagó era designada pelo termo de *oujôco*, que significa indivíduo ou pessoa, em oposição aos animais irracionais.

Os bijagós possuem uma organização social complexa, baseada nos quatro clãs matrilineares, possuindo, cada um, poderes e direitos que lhe são próprios. Este sistema de clãs define de forma muito clara a divisão territorial das ilhas do arquipélago. Constata-se uma forte diversidade sociocultural no seio dos bijagós, o que pode ser explicado pelo isolamento relativo entre as ilhas, ou ainda pelas múltiplas origens desta etnia. Segundo a mitologia da maior parte das ilhas, uma primeira mulher deu à luz quatro filhos, os quais fundaram os quatro clãs matrilineares (*Ominca*, *Ogubane*, *Oraga* e *Orácuma*), cada um dos quais possuindo poderes e direitos que lhe são próprios. Assim, os Ogubanes têm uma relação (poder) privilegiada com o mar, o gado e algumas espécies animais selvagens como o hipópotamo, ao passo que os *Omincas* têm poder sobre a chuva, os *Orácumas* sobre a terra e os *Oragas* sobre o céu. Assim, o sistema de clãs apresenta uma divisão territorial bem definida nas ilhas do arquipélago.

A este respeito, Álvaro Nóbrega refere: *“nos Bijagós, todos os clãs são hierarquicamente importantes e podem aceder ao poder. A particularidade reside em que somente a geração “dona do chão” o pode fazer no seu território”*³⁹.

Esta sociedade articula-se também em forma das tabancas (aldeias), unidades políticas e económicas de base, que gozam de uma autonomia de decisão e de uma quase auto-suficiência sócio-religiosa e

³⁸ Cfr. Luigi Scantamburlo, *Etnologia dos Bijagós da Ilha de Bubaque*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1991, pp. 19-20.

³⁹ Álvaro Nóbrega, *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2003, p. 85.



económica. Os clãs estão organizados por sexo e classes de idade, cada um desempenhando um papel e possuindo deveres bem precisos no seio da comunidade. Assim, os “*canhocam*”, dos 12 aos 17 anos, são iniciados nos trabalhos agrícolas e nas regras sociais, a seguir, os “*cabaros*” entre os 18 e os 27 anos, vivem um período de lazer e conquistas amorosas, durante o qual o trabalho é irregular.

A passagem de uma fase para outra é feita por etapas em ritos de iniciação. Os mais jovens devem levar uma contribuição aos mais velhos, oferecendo-lhes produtos como a cana do açúcar, tabaco, arroz, vinho de palma, etc., e é a isto que se chama o “*pagamento dos grandes*”, obrigatório a partir da classe dos “*cabaros*”, e da qual só os “*homens grandes*” são dispensados. O “*fanado*” é a principal cerimónia dos bijagós que marca o reconhecimento pela comunidade, e que permite o acesso aos principais segredos e conhecimentos. É nesse momento que o homem bijagó recebe as cicatrizes ritualísticas que ornamentam o seu tronco. A vida dos bijagós é regida por ritos animistas que variam de uma ilha para a outra. O estrangeiro, uma vez que nunca foi iniciado, está sujeito a um maior número de restrições do que os habitantes, embora se verifique uma certa tolerância em relação ao seu desconhecimento dos costumes, bem como à quebra das suas tradições. Cada aldeia possui o seu *irã* (espírito protector da aldeia). Junto dele encontram-se ofertas variadas, tais como, mel selvagem e vinho de palma, depositadas pelos habitantes.

A cerimónia do fanado deve, em princípio, ter lugar a cada 6 anos, mas actualmente, este espaço de tempo tem vindo a prolongar-se cada vez mais. A “*iniciação*” é muitas vezes organizada ao nível da “*tabanca*”, outras vezes da ilha. Normalmente, a duração da cerimónia é de três meses, mas pode prolongar-se até seis anos, como é o caso da ilha de Canhabaque. Lorenzo Ibrahim Bordonaro esclarece como este processo se desenrola:

“The passage from one formal age-grade to the next is not automatic, and does not necessarily correspond to biological age; it is, rather, subject to a set of ritual payments to the members of the upper age-grades. These payments consist mainly of rice, palm oil, fishes, palm wine, clothes and kana. To share their wealth with the elders is the main duty of young men: in this way they progress in the age-grade system, acquiring new knowledge and obtaining respect from the elders of the village. To honour the elders in order to become an elder, to grow up, this is the ultimate meaning of the social philosophy in the village: when they are older, men will be allowed to marry and to be acknowledged as legal fathers of their children, enjoying social prestige and economic sustain”⁴⁰.

Para R.C.C., o “*pagamento de garandeza permite a transição de uma fase para a outra. Por exemplo, “cadene” terá de pagar à classe que lhe é superior, neste caso a “canhocám”. O pagamento a termina quando é realizado uma nova cerimónia de fanado. Porém, “canhocám” paga a “cabaro”, assim como este paga a “camabi” e por aí adiante. O mesmo afirma que “as cerimónias já não são como dantes.*

⁴⁰ Lorenzo Ibrahim Bordonaro, *Living at the Margins - Youth and Modernity in the Bijagó Islands*, ISCTE, Lisboa, 2006, Dissertação de Doutoramento, pp. 46-47.



No tempo dos meus avós, as cerimónias chegavam a durar dez anos. Já no tempo do meu pai, a cerimónia ía até a um ano. Hoje poderão ir de 15 dias até dois meses⁴¹.

Os bijagós são essencialmente agricultores, trabalham as suas terras no meio da floresta, cultivando óleo de palma, cereais e sobretudo arroz. São pescadores peritos e, durante a maré alta, fecham as enseadas e baías com paliçadas, para impedir a saída do peixe durante a maré baixa. As águas que circundam o arquipélago abundam em tubarões, raias e muitas outras espécies marinhas. As canoas, feitas de troncos de árvore, são usadas para deslocações de umas ilhas para outras e para o comércio. Os bijagós fazem corridas de canoas, e a maior e a mais bonita é motivo de orgulho para o seu possuidor. A proa é decorada com cabeças de totem em madeira (tours e hipopótamos).

Os bijagós fabricam cerâmica sem roda de oleiro. As espirais de barro eram modeladas em potes, alisadas com uma espátula de madeira e cozidas em forno aberto. Eram peritos em fabricar sofisticados objectos de decoração, tambores e ídolos.

A composição social dos bijagós assenta na classificação de indivíduos, de acordo com as respectivas faixas etárias, sendo que cada uma delas deve total obediência às que lhe são superiores. Essa obediência manifesta-se na prestação de favores pequenos e grandes. Pode igualmente mencionar-se uma divisão dos espaços, que corresponde à repartição de tarefas: a aldeia e os seus arredores são essencialmente femininos, ao passo que a floresta é domínio masculino.

Todos os clãs da sociedade bijagó são organizados em classes de idades, cuja composição e responsabilidades podem ser resumidas, como se segue no quadro abaixo:

Idade	Grupos de idade masculinos	Grupos de idade femininos
1	Recém-nascido (B. <i>neéa</i>)	Recém-nascido (B. <i>neéa</i>).
2-6	Crianças pequenas (B. <i>ongbá</i>)	Crianças pequenas (B. <i>ongbá</i>).
7-11	Crianças (B. <i>cadene</i>)	—
12-17	Rapazes adolescentes (B. <i>canhocám</i>)	Raparigas adolescentes (B. <i>capuni</i>).
18-27	Homens jovens (B. <i>cabaro</i> ou <i>caro</i>)	—
28-35	Adultos jovens (B. <i>camabi</i> ou <i>cabido</i>) ...	Mulheres casadas (B. <i>ocanto</i>).
36-55	Adultos (B. <i>caxucá</i>)	—
Após 55...	Homens grandes (anciãos) (B. <i>ocotó</i> ou <i>cabuna</i>).....	Mulheres grandes (<i>anciãs</i>) (B. <i>ocotó</i> ou <i>cabuna</i>).

Fonte: Luigi Scantamburlo, *op. cit.*, p. 58.

⁴¹ Entrevista a R.C.C., natural de Eticoga, Ilha de Orango Grande – 15 de Fevereiro de 2009.



Cada designação da hierarquia de idades tem um significado muito preciso e responsabilidades inerentes⁴². *Cadene* (criança) guarda o gado e ajuda na caça. *Canhocám* (rapaz adolescente) é responsável pela guarda da aldeia, participa nas actividades produtivas e no artesanato. *Cabaro* (homem jovem) diz respeito ao incircunciso, período durante o qual se prepara para a iniciação, cerimónia do “*canhivoque*” ou “*fanado*”, de grande impacto em todo o grupo social. Durante este período goza de grande liberdade, de conquistas amorosas, participa em festas e danças. Tem algum trabalho regular, que abrange actividades agrícolas e produção do óleo de palma e participa em tarefas que exigem boa condição física. *Camabi* (adulto jovem) corresponde ao período após a iniciação (*fanado*). É-lhe exigido um trabalho mais duro, desde a administração dos palmares à exploração de florestas, de modo a garantir os bens necessários para o pagamento aos mais velhos que, em troca, lhe revelam os segredos da vida. *Caxucá* (adulto) refere-se ao estágio do indivíduo que passa de iniciado a iniciador. Tem plenos direitos no conselho de decisão e serve de porta-voz nas resoluções do mesmo. Pode possuir casa e terras e tem direito a casar e a ter filhos. *Ocotó* ou *Cabuna* (homem grande) é o guardião do conhecimento e das regras socioculturais tradicionais, recebendo ofertas dos mais jovens.

Para A.C., natural de Bijante, da ilha de Bubaque refere: “*cada classe tem a sua autonomia e responsabilidades. Os assuntos são resolvidos por um responsável da sua classe. Se houver problemas que ultrapassem o seu “nível” ou capacidade, o “responsável pela classe” terá que comunicar ao seu antecessor para o ajudar. Se este achar que é um problema grave, remete-o para o “Conselho de Anciãos”*⁴³.”

Em relação aos grupos de idade femininos, salienta-se o das raparigas adolescentes (*campuni*) que são as responsáveis pelas cerimónias de *defunto*. Fora da aldeia, as mulheres comem, bebem e dançam juntas e aprendem as técnicas e os segredos de como viver na floresta. *Ocanto* refere-se à mulher casada quando se torna mãe. Contudo, *ocanto* também se refere às *campuni* (adolescentes) quando dão à luz antes das cerimónias do *defunto*. Finalmente, *ocotó* ou *cabuna* (mulheres grandes ou anciãs) é o grupo de idade que abrange as mulheres após a menopausa. Controlam as cerimónias das mulheres e já não temem os espíritos da morte. São as únicas a quem é permitido falar sobre as cerimónias do “*defuntu*”.

Nem sempre os níveis etários correspondem à idade cronológica. Há muitas excepções a esta regra. Luigi Scantamburlo aponta as situações seguintes:

⁴² Vide também as diferentes fases segundo Danielle Gallois-Duquette, *Introdução aos Bijagós da Guiné Bissau*, in AA.VV (Coordenação da Versão Portuguesa: Marques, Rita Sá) *Na Presença dos Espíritos, Arte Africana do Museu Nacional de Etnologia*, Lisboa, 2000, pp. 155-182. A autora salienta que “*as variantes complicam, mais uma vez, o sistema, quer porque a frequência das iniciações varia consoante a ilha, ou porque as subclasses são tomadas em consideração., ou porque a terminologia difere. Além do mais, a pressão governamental tende a encurtar os períodos de iniciação a fim de evitar interrupções na educação e nas actividades relacionadas com a subsistência*”, p. 182.

⁴³ Entrevista a A.C., natural de Bijante, Ilha de Bubaque – 15 de Fevereiro de 2009.



- 1) *Os níveis etários dos homens e das mulheres estão em relação uns com os outros na realização de cerimónias. A tabanca alterna os dois, e uma cerimónia deve esperar pela realização completa das outras, antes de começar de novo.*
- 2) *Uma classe de idade passa à classe seguinte só quando um outro grupo tiver atingido aquele mesmo nível etário.*
- 3) *Alguns pais abastados, que podem fazer despesas, põem mais cedo os filhos nas cerimónias, para serem considerados adultos o mais rápido possível.*
- 4) *Se uma criança entra, por engano, na floresta onde decorrem as cerimónias de iniciação, tem de participar nelas⁴⁴.*

Existem também cerimónias pontuais, organizadas sempre que uma situação particular o exige, como, por exemplo, em caso de conflito, de uma decisão importante, de consulta aos irãs, ou ainda de despedida a uma alma⁴⁵.

As cerimónias fúnebres desempenham igualmente um papel importante na tradição bijagó. Quando alguém morre, o espírito protector da aldeia (*irã*) deve obrigatoriamente ser consultado, a fim de certificar as causas de morte e a história do defunto. Pode então designar-se o local mais adequado para a sepultura (no interior ou no exterior da aldeia). O *régulo* (rei), principal autoridade tradicional da tabanca, é nomeado pelo conselho de anciãos. A sua entronização dá também lugar a cerimónias próprias. Registam-se ainda cerimónias pontuais, organizadas sempre que uma situação particular o exige, por exemplo, em caso de conflito ou de uma decisão importante, consultam-se os “*irãs*”.

O “*bombolom*” (grande tambor tradicional) é o instrumento de comunicação entre as ilhas e aldeias, cujos códigos só são acessíveis aos que já foram iniciados no fanado. A pessoa que toca o tambor é igualmente uma autoridade muito respeitada. A música e a dança fazem parte da quase totalidade das cerimónias. O povo bijagó possui uma sólida tradição da escultura de madeira e de pintura, notável nas paredes das habitações. Os artesãos locais produzem diversos utensílios domésticos, bem como objectos e adereços para as cerimónias.

Os bijagós têm sido considerados por alguns autores como sendo uma sociedade de matriarcado. Entre os mais recentes, Dilma de Melo Silva considera que “*a família bijagó é matrilinear, o indivíduo pertence ao clã materno, ou seja, a uma das gerações Oraga, Orácuma, Ogubane e Ominca. O parentesco é determinado pelos laços uterinos – interferindo inclusivé na definição das chefias, pois estas devem sair das gerações donos-do-chão, que têm o pacto na terra – e seu uso implica uma série de observâncias de práticas ancestrais, que se formalizam em inúmeras cerimónias sacralizadas...a fixação da residência é virilocal, quer dizer, a mulher, quando casa, deixa sua família para ir viver com o marido, na casa que ela mesma constrói*”⁴⁶. A mesma opinião já tinha sido partilhada por Danielle Gallois-Duquette, que chama a atenção para os clãs matrilineares, para o

⁴⁴ Luigi Scantamburlo, *op. cit.*, pp. 57-58.

⁴⁵ Entrevista com R.C., natural da Ilha de Formosa – 25 de Janeiro de 2009.

⁴⁶ Dilma de Melo Silva, *Por entre as Dórcades Encantadas: Os Bijagó da Guiné-Bissau*, Terceira Margem, São Paulo, 2000, p. 68.

papel da sacerdotisa, para o facto de serem as mulheres a escolherem o marido e, ainda, de lhes pertencer a pintura no exterior dos templos e celeiros, tocarem os vários tipos de tambores, que, noutras sociedades de toda a costa da Guiné, constitui uma actividade exclusivamente masculina. Nas suas danças cerimoniais, ostentam um conjunto de equipamento militar: espadas de madeira, lanças, machados e escudos. Tomam parte nas versões femininas dos grandes grupos etários de iniciação, nomeadamente os cabaro e os camabido⁴⁷.

Porém, Peter Karibe Mendy é da opinião que se formulou, erradamente, a ideia de uma sociedade de matriarcado, onde as mulheres gozavam de inúmeros privilégios e liberdades, nomeadamente sexuais. Mas, cita *“uma observação atenta identifica-nos esta sociedade como patriarcal, onde a mulher, apesar de toda a importância social, política e económica, mas principalmente religiosa, se mantém desigual em relação ao homem”*⁴⁸. Também para Maria Celeste Rogado Quintino *“A divisão sexual das tarefas veiculada por d’Almada e, no século XIX, a visibilidade de algumas mulheres bijagós nas suas relações com os portugueses, estruturavam o erro etnográfico do matriarcado como expressão da sua singularidade cultural”*⁴⁹.

No que diz respeito à religião, o povo bijagó tem tradição animista. A maioria da população do arquipélago pratica cultos e ritos herdados dos ancestrais: pedido, pagamentos de promessas, agradecimentos e purificação ou expiação. Estes cultos variam conforme a época, as faixas etárias e a região. Os bijagós acreditam em *Nindo* – o Deus que criou o mundo: céus, terra, mares e tudo o resto.

“A vida começou assim: Deus, o Criador, existiu sempre, e no início da vida, foi criada a primeira ilha – a ilha de Orango – que era o mundo. Mais tarde chegou um homem e sua mulher, de nome Akapakama. Eles tiveram quatro filhas a quem deram os nomes de Orakuma, Ominka, Ogubane e Oraga. A seguir surgiram os animais e plantas. Cada uma das filhas de Akapakama teve por sua vez, vários filhos, os quais recebera por parte do avô direitos especiais. Os de Orakuma receberam a terra e a direcção das cerimónias nela realizadas, bem como o direito de fazer as estatuetas do Irã, tendo sido a primeira executada por Orakuma e feita à imagem de Deus. Este direito seria também dado por Orakuma às suas irmãs. Os de Ominka receberam o mar e passaram a ocupar-se da pesca. Os de Oraga receberam a natureza com as bolanhas e as palmeiras, o que lhes daria riqueza. Os de Ogubane receberam o poder da chuva e do vento podendo desencadeá-los, controlando assim o suceder das épocas da seca e das chuvas. Assim, as quatro irmãs, desempenhavam

⁴⁷ Cfr. Danielle Gallois-Duquette, *op. cit.*, p. 160.

⁴⁸ Peter Karibe Mendy, *Colonialismo Português em África: A Tradição da Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, INEP, Bissau, 1994, p. 83.

⁴⁹ Maria Celeste Rogado Quintino, *Revisão de Agendas Etnográficas. Convéns, varandas, aldeias e cidades*, ISCSP/UTL, Lisboa, 2004, p. 143.



*funções diferentes, mas que se complementavam. É esta a razão que, segundo a lenda, explica o papel muito importante que as mulheres desempenham na sociedade bijagó*⁵⁰.

Cada ilha ou aldeia possui as suas próprias formas de adoração, que estão voltadas para ídolos ou deuses – *irãs* – entidades dotadas de poder para fazer bem ou mal e às quais as preces são dirigidas.

*“Na Guiné, por exemplo, é do conhecimento de todos que o Irã (termo que serve de designação a todo o espírito, bom ou mau, e que se configura materialmente nas tão conhecidas “forquilhas das almas”) exige sacrifícios propiciatórios, que se traduzem na imolação de animais e derrame de bebidas alcoólicas. Assim, se o Irã, exige um boi, uma cabra, um garrafão de aguardente, não há ninguém que ouse contestar-lhe o interesse manifestado, quanto mais ao mesmo recusar satisfação pronta. Na verdade, todo aquele que viole esse direito torna-se passivo de sanções calamitosas, sanções que só de nelas pensar faz temer o supersticioso indígena*⁵¹.

Entre os bijagós, a função do sacerdote é a de mediador nas cerimónias: recebe os pedidos e encaminha-os para os *irãs*. Para além do ser supremo, existem outras forças ligadas à natureza presentes em todas as actividades da vida diária, designadas por:

- 1) *Uniken orebok ocotó, o guardião do espírito da tabanca, da geração dona-do-chão;*
- 2) *Uniken euko, o espírito relacionado com a vida passada guerreira do grupo;*
- 3) *Erandé, ou Eramunde, o espírito relacionado com as forças da natureza, especialmente com a água, árvores, as serpentes; relaciona-se com as actividades de práticas medicinais;*
- 4) *Unikan coratacó, relacionado com os poderes mágicos dos feiticeiros; usado como protecção ao mau-olhado e má sorte;*
- 5) *Unikan Uggonne, o espírito relacionado com as práticas funerárias, especialmente nas cerimónias em que se procura saber as causas da morte das pessoas (em crioulo cham de dijongago)*⁵².

Ao longo do ano, quase um terço do tempo é consagrado a cerimónias, durante as quais os baboleros (*xamãs*) entram em contacto com os espíritos. As áreas lodosas, as florestas, ilhas e mangais têm os seus espíritos próprios. A atitude para com a natureza não é unicamente de ordem prática e alimentar, mas também espiritual. A relação entre o homem e o seu meio ambiente manifesta-se pela existência de lugares sagrados (florestas, cabos, ilhas), que demonstram uma interdependência, onde a natureza e a cultura se alimentam mutuamente.

⁵⁰ Eva Kipp, Guiné-Bissau, *Aspectos da Vida de um Povo*, União Nacional de Artistas e Escritores, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1994, pp. 11-12.

⁵¹ Eduíno Brito, “O direito costumeiro e o conceito especial de personalidade”, Separata do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Vol. 20, n.º 79, Bissau, 1965, p. 226.

⁵² Dilma de Melo Silva, *op. cit.*, p. 85.



Cada ilha é considerada propriedade do clã e do seu *irã* como guardião, não podendo ser realizada qualquer actividade sem a autorização deste, solicitada pelo senhor do “*tchon*”, através de uma cerimónia organizada por ele e pelos seus sacerdotes.

Os bijagós acreditam na reencarnação, sendo possível após a morte de um indivíduo, a sua alma ou espírito voltar à vida. Contudo, esse retorno, não depende do grau de parentesco com a família na qual se vai reintegrar, porque a alma do morto pode ressurgir através de uma criança da mesma ou de outra família, numa outra tabanca (aldeia) ou numa outra ilha.

O *orebok* (princípio vital) é para os bijagós uma relação entre o além e este mundo, e entre uma mãe e os seus filhos. O *orebok* do homem, se este morre sem ter sido iniciado, transforma-se num espírito errante e maléfico, ao contrário do da mulher, que, seja qual for a sua idade ou situação, tornar-se-á um espírito benéfico.

“Il nous faut donc bien admettre que l’arebuko – principe vital – est une relation entre l’au-delà et ce monde, et entre une mère et ses enfants, donc un lien de filiation, qui se superpose sans être identique à celui qui définit l’appartenance clanique. L’ énergie vital est conçue par les Anãki comme une relation spatio-temporelle qu’une mère transmet à ces enfants”⁵³.

Após o falecimento de um indivíduo, aparece sempre alguém que pede aos familiares ou à comunidade, água e demais víveres considerados necessários para a viagem final. Então, toda a comunidade da tabanca se mobiliza, e convida outras tabancas para prestar a última homenagem àquele que parte, numa cerimónia de despedida com a oferta de água a todos os presentes, para que o espírito do defunto parta em paz para o além.

Para os bijagós não existe céu ou inferno, mas um único lugar das almas ou espíritos – *ancarebok* (o lugar dos não vivos) onde todos, os bons e os maus, se vão encontrar. É nesse único lugar que os que praticaram o mal serão punidos, e que sofrerão as consequências dos seus actos. As cerimónias fúnebres dos bijagós não incluem pedidos de perdão para o defunto porque se acredita que quem praticou o mal terá o seu castigo no *ancarebok*. Porém, esta visão não é partilhada entre os bijagós. Por exemplo, M.P., natural da Ilha das Galinhas, considera que “*ancarebok* é o “*outro mundo*”, por oposição a “*ancabane*”, inferno. Os que são feiticeiros são *obane*, enquanto que todos os outros são *orebok*. Existem dois tipos de feitiçaria: aqueles que praticam o mal, nomeadamente os feiticeiros, denominam-se por *obane*, enquanto que os feiticeiros que praticam o bem, podem ser incluídos como “*orebok*”, somente quando estão “mortos” porque o espírito dele é considerado para os bijagós como “*orebok*”⁵⁴.

⁵³ Christine Henry, *op. cit.*, pp. 191-192.

⁵⁴ Entrevista a MP., natural da Ilha das Galinhas – 22 de Fevereiro de 2009.



III.

O espaço e a propriedade tradicional nos bijagós

1. O espaço no sistema político bijagó

Entre os bijagós, o poder político assenta num equilíbrio entre as fracções masculina e feminina, que são representadas como oposições sexuais. É a classe de idades dos anciãos e anciãs que dirige a sociedade bijagó, e a sua designação varia de ilha para ilha. A aliança entre as duas fracções da classe de anciãos/ãs, é representada pelo elo estabelecido entre as duas principais figuras do poder político – o “*oronho*”, chefe de tabanca, e a “*okinka*”, chefe das mulheres⁵⁵. Entre estes dois representantes do poder não existe qualquer predominância real, no entanto, cabe ao “*oronho*” escolher a “*okinka*” no interior do mesmo clã dominante. A estratégia do poder bijagó, exercido pelos anciãos/ãs visa, sobretudo, produzir a divisão sexual dos grupos dominados, ou seja, os mais jovens. A oposição fundamental entre os anciãos e os jovens é recuperada pela ideologia da linhagem de oposição sexual, que funciona como factor de divisão sexual das classes dominadas (*cabaro, canhocám e camabi*)⁵⁶.

O sistema político nos bijagós, funciona, portanto, como acção de unificação das classes dominantes, independentemente do sexo, e como acção das classes dominadas, os jovens, segundo o sexo. Podemos, pois, concluir que a oposição anciãos (ancião e anciã/jovens (rapaz e rapariga) é encoberta pela oposição sexual (homem/mulher)⁵⁷.

A partilha do espaço entre os anciãos e anciãs, faz do mato (*an'oka*) um espaço masculino, e da tabanca (*anden* em bijagó de Canhabaque, e *neguen* de Orango), um espaço feminino. Esta divisão de poderes não significa exclusividade do exercício do poder sobre esses espaços, mas uma predominância de uma das fracções sexuais sobre os seus espaços respectivos de domínio. Estas predominâncias têm uma estreita relação com a divisão sexual do trabalho. As florestas de palmeiras (*an'oka*) são o espaço onde os homens exercem as suas principais actividades produtivas, desde a plantação à colheita. O mar constitui igualmente um espaço de predominância masculina, através do qual se efectua, a comunicação entre as ilhas e o continente, e se realiza a actividade piscatória⁵⁸.

A tabanca (*anden/neguen*) constitui um espaço de predominância feminina, destinado aos trabalhos domésticos, confecção de refeições, pilagem de arroz, actividades de transformação, em especial a de produção de óleo de palma, a quebra de noz de palma, confecção de vestuário, armazenamento de produtos e educação das crianças⁵⁹.

⁵⁵ Cfr. Phipp J. Havik, *Silences and Soundbites: The Gendered Dynamics of Trade and Brokerage in the pre-colonial Guinea-Bissau region*, LIT Verlag, Münster, 2006, p. 114.

⁵⁶ Cfr. Christine Henry, *op. cit.*, p. 129.

⁵⁷ Cfr. Avelino Teixeira da Mota, *Inquérito etnográfico: organizado pelo governo da colónia no ano de 1946*, Publicação Comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné, Governo da Colónia, Bissau, 1947, pp. 114-132.

⁵⁸ Cfr. Raúl Mendes Fernandes, “O espaço e o tempo no sistema político bidjogó”, in Soronda - Revista de Estudos Guineenses, INEP, Bissau, n.º 8, 1989, p. 6.

⁵⁹ Cfr. *Idem*, p. 7.



As mulheres complementam certas tarefas em espaços de predominância masculina, como é o caso do mato e do mar. No mato, recolhem o inhame para secarem nas tabancas, e no mar recolhem os moluscos, durante a maré baixa.

O poder das mulheres na tabanca, está representando pelo santuário dos “*orebok*”⁶⁰ (“defunto” em crioulo)⁶¹, colocado num local de destaque dentro da tabanca. Este santuário serve de culto aos espíritos dos jovens mortos, antes da principal iniciação (*manrase*), portanto, antes de se tornarem oficialmente adultos. Estes espíritos irão ser reincarnados pelas mulheres, que se transformam nos *orebok*.

A iniciação nas mulheres diz respeito à capacidade de incorporar o espírito de um jovem não iniciado, e, conseqüentemente tornar-se “*orebok*”. A responsável pelo culto dos “*orebok*”, e a guardiã das divindades (*eramindé*) das mulheres é a “*okinka*”. Ela exerce a mais alta função atribuída às mulheres, e o seu poder equipara-se à do “*oronho*”. Estabelece-se, entre estes dois espaços de organização, um equilíbrio de poderes entre as fracções masculina e feminina, cujo objectivo é eliminar as condições de submissão de uma fracção à outra. Este reequilíbrio constante entre os poderes masculino/feminino faz parte de todas as instituições e mecanismos da realidade política dos bijagós. Cada uma das fracções tem os seus espaços de dominação e de outros, a que podemos chamar de intermediários.

No espaço, dito masculino (*an’oka*), instala-se uma região bem definida do poder feminino (*an’oka-orebok*), onde as mulheres, representando o “*orebok*”, realizam o pagamento das prestações das classes inferiores às classes superiores (*kusina* e o *manrase*).

Os homens são excluídos neste espaço feminino, à excepção dos tocadores de “*bombolom*” (grande tambor cerimonial, feito por escavação num tronco de árvore), dos “*oronho*”, dos “*ué*” e dos “*orasi*” (homens captivos). Os “*orasi*” são homens iniciados, que são simbolicamente raptados pelas mulheres, e que, depois de serem submetidos a uma cerimónia (no *kadibi*), ficam ligados ao destino dos “*orebok*”. São eles os guardiães dos “*orebok*”, quando estes se encontram no mato, ou fazem uma cerimónia na tabanca⁶².

O segundo nível de equilíbrio dos poderes faz-se, no interior do espaço feminino, pela instauração, na praça central, do santuário pequeno (*kabango*), que consiste numa armação feita de troncos de árvores, onde trepa uma planta, com efeitos terapêuticos, e a casa de “*oronho*”. Estes elementos constituem o símbolo de poder do chefe da tabanca. No momento da sua morte, tudo isto deve ser destruído, aquando da cerimónia fúnebre (*katcaba*).

⁶⁰ Sobre o *Orebok*, vide: Barbier, Jean Paul, Jacques Kerchache, *Sculptures: Africa, Asia, Oceania, Americas*, Musée du quai Branly, Paris, 2001, pp. 55-76.

⁶¹ Norberto Lopes, *Terra ardente: narrativas da Guiné*, Editora Marítimo-Colonial, Lisboa, 1947, pp. 58-59.

⁶² Cfr. Raúl Mendes Fernandes, 1989, *op. cit.*, p. 7.



Existem outras estruturas, onde os poderes masculino/feminino se encontram igualmente redistribuídos no espaço. É o caso dos poços (*an'upuê*), e das unidades artesanais de fabricação de óleo de palma (*an'kanhinà*). Os locais de consumo do vinho (*an'odanô*), não fazem parte desta disputa, na medida em que já fazem parte do mato, e, portanto, pertença dos homens.

Entre estes dois espaços, o campo de arroz ocupa um lugar privilegiado. Este, enquanto preparado pelo esforço dos homens na desmatação, de desrame das palmeiras, e na queimada, é, sem dúvida, um espaço masculino. Contudo, após as queimadas, quando as mulheres se ocupam das tarefas posteriores, ou seja, as mondas, a sementeira e a colheita, este espaço torna-se feminino, fazendo parte da tabanca. É, aliás, no seu interior que se instalam os acampamentos provisórios, durante a época das chuvas.

Na fase das colheitas, existe uma cooperação entre os homens e as mulheres no acto da recolha e transporte do produto do trabalho. O arroz é armazenado nos celeiros (*kaurá*), ficando sob a guarda e controlo das mulheres, a quem são entregues as chaves dos mesmos.

Estes espaços, definidos tradicionalmente, constituem, no entanto, domínios de conflito social, onde se fazem sentir as contradições entre os jovens e anciãos, e entre os poderes a linhagem e o Estado, tanto na época colonial como pós-colonial.

1.1. O espaço no mato – *An'oka*

De predominância masculina, é nele que se procede à exploração das palmeiras, a colheita de cachos de chabéu à extracção do vinho e à desmatação com vista à plantação de campos de arroz⁶³. É também neste espaço que têm lugar os rituais, nomeadamente as cerimónias de iniciação, e onde se realiza o pagamento da prestação das classes inferiores às superiores (*kusina*)⁶⁴.

O espaço no mato (*an'oka*) está delimitado por regiões de povoamento das divindades (*eramindé*), que são gradualmente dadas a conhecer aos membros das várias classes de idade, segundo a ordem de promoção. Assim, existem zonas exclusivamente frequentadas pelos anciãos (*otobongo*), que constituem os únicos detentores do conhecimento ritualístico que permite o acesso às divindades (*eramindé*) mais poderosas. Existe uma íntima relação entre a hierarquia das classes de idade e a hierarquia espiritual, e esta estabelece-se segundo os dois sexos⁶⁵.

⁶³ Cfr. Raúl Mendes Fernandes, 1989, *op. cit.*, p. 16.

⁶⁴ Cfr. Lorenzo Ibrahim Bordonaro, 2006, *op. cit.*, p. 46.

⁶⁵ Cfr. Raúl Mendes Fernandes, 1989, *op. cit.*, p. 16.



O mato divide-se em zonas bem definidas, em função da sua localização geográfica, características vegetais e importância cerimonial. Deste modo, existem zonas que nunca são desmatadas, visto serem considerados lugares sagrados, guardados pelas divindades (*eramindé*)⁶⁶.

Cada tabanca tem os seus matos, onde os jovens ainda não iniciados (*kabaro*) procedem à exploração das palmeiras. Cada um escolhe uma ou várias palmeiras para esse fim, em função das que melhor produzem, pois possuem bons conhecimentos do mato. Além disso, o jovem de uma tabanca nunca invade o mato de uma outra tabanca. Na época do pagamento da prestação (*kusina*) aos mais velhos, em que os jovens ainda não iniciados (*cabaro*) não podem beber, estes chegam a furar centenas de palmeiras, com o objectivo de poderem oferecer a maior quantidade de vinho possível. Nestes momentos, as palmeiras estão sujeitas a uma exploração intensiva. Contudo, exceptuando estas ocasiões de exploração intensiva, a extracção do vinho faz-se de modo racional, para não prejudicar a vida das palmeiras. A técnica de extracção exige um conhecimento aprofundado da palmeira. Utiliza-se a corda para subir, que é refeita todos os meses, o machado pequeno e o funil de folhas de palmeira, que só é usado um dia.

A segunda grande actividade é a colheita de cachos de chabéu, que pode ser feita individual ou colectivamente. A colheita individual destina-se, geralmente, ao consumo familiar, quer sob a forma de caldo de chabéu ou chabéu pilado, quer sob a forma de óleo de palma, sendo este produzido pelas mulheres na tabanca. A colheita colectiva faz-se pelos jovens de uma mesma classe de idade em conjunto, ficando cada um com um certo número de cachos rotativamente. Trata-se de uma cooperação simples, onde um grupo trabalha para cada um dos seus membros de forma periódica. O chabéu assim reunido é depois transformado em óleo de palma e destinado exclusivamente à venda no mercado.

A terceira grande actividade é a desmatção e a queimada do mato para formação de campos de arroz. Esta actividade faz-se geralmente por grupos de jovens, pertencentes à mesma unidade doméstica, e nela participam também os anciãos. O desrame das palmeiras é igualmente um trabalho colectivo, e reúne jovens da mesma classe de idade.

Os campos de arroz são posteriormente deixados em pousio durante 10 a 12 anos, transformando-se ao longo deste período de tempo em mato cerrado. As tabancas possuem ao seu redor matos que são cultivados de forma itinerante, e também outros matos situados noutras ilhas ou no continente. O espaço de cultivo é bastante vasto, cobrindo áreas que ultrapassam a superfície de uma só ilha, e as populações deslocam-se no interior destes espaços de cultivo.

⁶⁶ Ver a este respeito, Robert C. Helmholz, "Traditional Bijago Statuary", African Arts, Vol. 6, N.º 1 (Autumn), UCLA, James S. Coleman African Studies Center, Los Angeles, 1972, pp. 52-88.



1.2. O espaço na tabanca – Neguen

O sistema de organização da tabanca é agrupado em quarteirões, localizados em clareiras da floresta, onde as casas se situam perto umas das outras. Em cada um destes quarteirões, há agregados domésticos, dirigidos por homens iniciados, que já dirigiram outros homens na iniciação (*otabango*), e que possuem o direito a ter casa própria (*anko*)⁶⁷.

Nas ilhas, a tabanca constitui a unidade fundamental da vida cultural, da gerência da terra e dos recursos, e é ao nível da aldeia que toda a autoridade, leis, regras e mecanismos se realizam. Constitui igualmente o mais importante recurso da identidade social, e é aí que as decisões-chave são tomadas. A importância da aldeia, como uma unidade social, pode ser comprovada pelo facto de que sempre possuíram um “ *cuduba uam moto*”, ou seja, um clã dono da terra. Uma ilha ou ilhota pode mesmo pertencer a uma aldeia situada numa ilha diferente. Abaixo do nível da aldeia existe pouca autonomia significativa⁶⁸.

Relativamente à habitação, as casas tradicionais bijagós são redondas com os telhados cónicos em colmo e com uma armação em bambu. A presença portuguesa no arquipélago veio alterar a arquitectura bijagó na configuração das casas de uma forma redonda para quadrada ou rectangular, por razões de ordem prática. O modelo rectangular permite um maior espaço interno utilizável. Aprenderam também a fabricar tijolos e a usar um tipo de palmeira para a armação das vigas e traves do tecto.

Paralelamente, continuam a existir as casas tradicionais com paredes feitas de adobe e cobertas de lama, pintadas com cenas da vida diária. O interior da casa possui uma parede dupla, o que a torna mais fresca, na medida em que fica protegida dos raios solares e das chuvas tropicais. Existe uma espécie de corredor e um recinto interior. É neste corredor que decorrem a maior parte das actividades diárias, onde os alimentos são cozinhados, as crianças brincam, os velhos descansam e os animais circulam. Durante a noite, a família dorme no recinto interior, enquanto os animais dormem no corredor.

No recinto interior são guardados os bens mais importantes da família, e também é aí que se encontra um local de culto dedicado aos antepassados, com inúmeras figuras de madeira. Uma delas representa o espírito protector ou o totem da aldeia (*irã*); as outras representam os antepassados do dono da casa. Diariamente fazem-se ofertas a estas figuras. São aspergidas de óleo de palma ou vinho e colocam na sua frente um pouco de comida. As oferendas são feitas com a finalidade de obter a boa vontade do espírito dos seus antepassados, que protegerá a família através do totem da tribo.

O chefe da aldeia possui a estátua de um totem, dotado de poderes mágicos superiores. Para além disso, sendo ele o sacerdote da aldeia, as suas oferendas são consideradas mais eficientes. Noutros

⁶⁷ Cfr. Raúl Mendes Fernandes, 1989, *op. cit.*, p. 11.

⁶⁸ Cfr. Cláudio Carrera Maretti “The Bijagós Islands – culture, resistance and conservation”, in *Policy Matters*, n.º 12, September 2003, Ohio, 2003, p. 125.



tempos, de 4 em 4 ou de 5 em 5 anos, era sacrificado um porco na frente do totem e era-lhe oferecida uma grande quantidade de arroz, farinha e vinho de palma.

Segundo Scantamburlo podemos distinguir quatro tipos de casas com diferentes arquitecturas, em função da sua utilização:

- 1) *A nancú – A principal casa de um de um homem casado;*
- 2) *A cadjoco – Uma casa mais pequena onde habitam os jovens e algumas vezes as raparigas adolescentes;*
- 3) *A candjá – A casa onde as cerimónias sagradas são realizadas, geralmente ainda redonda;*
- 4) *A caora – O celeiro para as colheitas e outros produtos. Tem sido sempre quadrada, com o pavimento elevado para se conservar seca e proteger as colheitas dos animais do subsolo e das térmitas. As mulheres são as suas proprietárias, enquanto os homens possuem todas as outras três espécies de construção da tabanca⁶⁹.*

Para a construção de uma casa é exigido a cooperação de um largo grupo de pessoas. As tarefas dos homens são distintas das mulheres. Estas, tradicionalmente, são as principais construtoras das casas: transportam a água, preparam a lama que retiram de grandes covas na periferia das tabancas, levantam as paredes por sobreposição de camadas de lama, que vão deixando secar, cortam a palha, transportam-na e entrelaçam-na com cordas, feitas de folhas de palmeiras. Os homens preparam as armações de vigas e as outras traves, para sustentar o tecto. Preparam, igualmente, as cordas feitas com tiras de folhas de palmeira que amarram para cobrirem o telhado. Ao dono da casa compete abastecer os trabalhadores de arroz, peixe, vinho e tabaco.

Os jovens (*cabaro*), ou seja, os jovens que ainda não foram iniciados, podem ter acesso a quartos, em casas decoradas com desenhos e pinturas, com o objectivo de estimular e prestigiar o jovem habitante. Os únicos proprietários da casa são homens iniciados (*otobongo*), que possuem casas circulares. Existem ainda outras instalações que são os celeiros (*caora*). Estas últimas são rectangulares, divididas em vários quartos com janelas, e destinadas aos jovens não iniciados. Estes habitam provisoriamente estas casas e não se associam em função dos laços familiares, mas sim segundo as relações de amizade. Os quartos são rotativos entre as gerações de jovens. Devem ser abandonados aquando da iniciação (*manrase*) e são reocupados pelos antigos *canhocám* promovidos a *cabaro*.

Os celeiros (*caora*) são quadrados e suspensos sobre troncos de árvores deitadas por terra. Constituem propriedade das mulheres, e, após serem adaptados com dois compartimentos laterais, que servem de quarto e cozinha, podem receber os maridos – os “*kasuka*” que ainda não têm direito a casa própria.

⁶⁹ Cfr. Luigi Scantamburlo, *op. cit.*, p. 35.



As casas dos “*cabaro*” são rectangulares ou quadradas, enquanto que muitas outras casas são circulares. Os quarteirões das tabancas organizam-se ao redor de uma praça central (*etandi*) onde se situa a casa do *Oronho*, que constitui simultaneamente um local de culto da tabanca. Existem também nas aldeias bijagós construções cúbicas, erguidas em postes, cuja finalidade é servir de reservatório para os cereais e protegê-los dos roedores e das aves.

1.3. O espaço na cidade

Nas áreas periféricas do centro metropolitano de Bissau, bem como nas cidades secundárias das regiões (onde estão baseadas as administrações regionais e do sector estatal), as ocupações interligam-se muito mais com as actividades rurais e agrícolas.

As cidades do Arquipélago dos Bijagós, como Bolama e Bubaque, apresentam uma arquitectura colonial, ao passo que, nas aldeias adjacentes, as habitações mantêm as características tradicionais. A *praça* pode definir-se como uma zona de contacto, onde os europeus, bijagós e outros povos vizinhos vêm realizar as suas actividades comerciais e sociais. Anteriormente, construída pelos portugueses como sede da administração colonial, significa actualmente para os jovens bijagós, oriundos das aldeias em busca de trabalho ou escolarização, a possibilidade de realizar o sonho da emigração.

De facto, na cidade de Bubaque, na ilha do mesmo nome, muitos agregados familiares dedicam-se à pesca e à exploração de recursos florestais (óleo de palma e vinho). Os empregos públicos são escassos, e só uma pequena minoria tem uma profissão remunerada na indústria turística, ainda pouco desenvolvida⁷⁰.

Bubaque é uma ilha de 20 km de comprimento no meio do Arquipélago dos Bijagós. Situada a 53 km a sudoeste de Bissau, é a capital das ilhas. Contudo, não existe nesse local as infra-estruturas turísticas, como poderia esperar-se. Alguns particulares e hotéis possuem luz e água, que retiram de uma bomba. Existe também uma cabine telefónica no posto, mas os horários de abertura são variáveis. Os acampamentos são uma mistura da arquitectura africana tradicional e de conforto interior moderno. Nenhuma casa tem mais do que um andar, e o turismo continua ainda por explorar. O local só é conhecido por alguns aventureiros ou pescadores nessas paragens⁷¹.

Bubaque, simultaneamente porto de negócio e porto industrial e artesanal, apresenta-se como uma encruzilhada das trocas comerciais do Arquipélago dos Bijagós. Desde a chegada por mar, o cais industrial, sempre em actividade, parece querer anunciar a vocação moderna do local. Grandes

⁷⁰ Cfr. Barry Boubacar-Sid (ed.), *Conflict, Livelihoods, and Poverty in Guinea-Bissau*, World Bank Publications, Washington, 2007, p. 66.

⁷¹ Cfr. Dominique Auzias & Alexandra Gazel, *République de Guinée*, Guinée-Bissau, Petit Futé, Paris, 2006, p. 173.



pirogas não param de acostar no porto de Bubaque, para serem descarregadas e reabastecidas de mercadorias. Bubaque é também a porta para as outras ilhas.

O Expresso Bijagós faz o percurso de Bissau às ilhas. As partidas são às terças e sextas-feiras de Bissau chegando a Bubaque 5h depois. O regresso para Bissau verifica-se aos domingos e às quartas-feiras. O preço é de aproximadamente 2.500 CFA (cerca de 4 euros). São necessárias 5 horas aproximadamente para percorrer os 53 km que separam o porto das ilhas.

Os barcos, que asseguram as linhas regulares entre as ilhas, partem do porto de Pidjiguiti (Bubaque). Os barcos encontram-se geralmente em péssimas condições de conservação, pondo em risco a segurança dos passageiros. Em relação aos horários, estes nem sempre são cumpridos, pois a navegação depende da maré alta, o que vai originar a chegada do barco a horas imprevistas.

Os dias da partida variam também e é difícil fixar datas precisas. É preferível dirigir-se ao porto na véspera da partida. De uma maneira geral, o barco partirá uma hora após o horário fixado. O pagamento só é efectuado durante a viagem.

Os bijagós não são comerciantes, apesar do dinheiro da pesca começar a circular em todo o arquipélago. Para eles, o comércio é “trabalho” para os habitantes das ilhas das Galinhas, e não para si próprios, pois não o consideram digno. Aqueles que comercializam o peixe, nomeadamente as mulheres dos pescadores, vêm nos barcos para vender os seus produtos na capital, festejam, durante o percurso cantando, dançando e batucando nas caixas das conservas. É possível encontrar em algumas ilhas como em Bubaque e Bolama pequenas lojas com produtos de base. Outras ilhas possuem um aprovisionamento mais incerto, como a ilha de Orango e Uno. Existem ainda outras que não têm qualquer tipo de comércio, mas os habitantes estão sempre prontos a partilhar os seus alimentos.

A cidade de Bolama constitui uma excepção pelo seu passado histórico, que lhe confere um estatuto à parte. Com efeito, esta cidade foi a primeira capital da Guiné-Bissau até 1930. A elite do país, bem como a burguesia, algumas de origem cabo-verdiana, conservou os laços e influenciou muito a sua história. Desde os anos 40, aí se encontram os palácios da Assembleia e do Governador, um hospital, um liceu, numerosas residências de comerciantes, escritórios, a primeira sucursal do Banco Ultramarino em África Ocidental, um cinema, uma piscina, restaurantes e alguns cafés.

Na grande praça encontra-se a casa do presidente da região, com as suas colunas em estilo neoclássico. Esta praça foi recuperada no tempo de Luís Cabral, mas, posteriormente, caiu de novo no abandono.

Actualmente, a maior parte dos edifícios deste período estão em avançado estado de degradação por razões diversas. Têm sido propostos projectos de reconstrução, para ser preservado este património arquitectónico e histórico, mas sem resultados, face aos elementos apresentados.



O Hospital Regional de Bolama é o estabelecimento sanitário mais importante da região. Dispõe de uma sala de cirurgia e de uma maternidade. Encontra-se num estado de decadência, devido à deficiente manutenção, saneamento, arrumação e degradação de materiais. Há uma necessidade urgente de renovação no edifício e nos materiais em geral.

A maioria dos estabelecimentos do ensino funciona em edifícios de construção precária (em barro ou cabanas) e, quando se trata de uma construção definitiva, esta encontra-se em muito mau estado e, por vezes, em risco de derrocada.

A Guiné-Bissau pode caracterizar-se por certos traços marcantes: uma instabilidade política crónica, uma economia muito frágil, dobrada sobre si própria durante longo tempo, e uma extrema pobreza da população. Quanto a Bolama, pode estar “desmaiada, mas não morta”, como afirmava a campanha da ONG nacional Tiniguena.

A antiga capital do país poderia ver reabilitadas as construções, que datam do período colonial, como por exemplo a sede do Comité de Estado da região, no antigo frontão, que suporta dez colunatas em estilo obsoleto. Está também prevista a construção de uma estátua no centro da praça para homenagear os heróis da guerra da libertação no centro da cidade.

Os barcos que fazem o percurso semanal são geralmente o “Biricumba”, o “Quinara”, o “Esperança”, o “Benvindo” e o “Sidjã” que partem às terças, sextas-feiras e sábados de manhã e regressam ao domingo, quinta e sextas-feiras. Outras canoas públicas asseguram, por vezes, este percurso. À direita do pontão, encontram-se o porto de pesca, com os seus barcos pintados de várias cores. A partir do terreno de andebol, construído pela *Cooperação Francesa*, avistam-se as ruínas de um velho hotel. Atrás da antiga caserna, encontram-se as instalações do comandante militar da época colonial portuguesa, também em estado de avançada degradação. Do centro de reagrupamento de antigos combatentes, faz parte um liceu e uma pista, onde aterram por vezes aviões.

Um outro local importante é o agrupamento “*Iles de Paix*”⁷², criado por cooperantes belgas. Trata-se de um pequeno projecto de desenvolvimento, visando essencialmente as técnicas de pesca, de gestão e de construção de pirogas. Foi aqui instalado em 1986, e tem realizado um importante trabalho, que visa romper o isolamento desta região e procura inserir Bolama na modernidade, fornecendo-lhe o desenvolvimento de actividades económicas rentáveis (incluindo a pesca e os transportes).

Contudo, as cidades como Bolama e Bubaque apresentam ainda muitas dificuldades que necessitam ser ultrapassadas. A generalidade das cidades guineenses apresenta-se marcada pela precariedade e ilegalidade do habitat, e pela segregação sócio-espacial, o que vai gerar graves problemas, não só de degradação ambiental, como da própria pessoa humana, tanto a nível físico como moral. Adolfo

⁷² Vide a este respeito, Îles de Paix, *Infos*, <http://www.ilesdepaix.org/infos/> - Consultado em 15 de Novembro de 2008.

Ramos aponta para alguns aspectos fundamentais em termos de omissão do Estado no que diz respeito à definição de políticas urbanísticas, sendo estas fundamentalmente:

- *Falta de uma política sectorial, em coordenação com outras áreas que intervêm directa ou indirectamente na cidade, que proporcione o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente nos sectores dos transportes colectivos, do comércio e indústria, da educação, da saúde, da segurança, da cultura e do desporto;*
- *Falta de incentivo e mecanismos financeiros que permitam uma participação mais activa do sector privado, através de investimentos no mercado imobiliário, construção civil e obras públicas;*
- *Falta de um plano estratégico de formação de quadros técnicos, a diversos níveis, que possam implementar e executar de forma competente as políticas definidas para o sector, através da utilização dos instrumentos de gestão urbanística, ou seja, das diversas figuras de planos e legislações urbanísticas criadas;*
- *Falta de acções e campanhas que visam a mudança de mentalidade com vista à promoção de comportamentos de cidadania adequados à vida urbana*⁷³.

Os estabelecimentos sanitários da região de Bolama-Bijagós são afectados por uma carência generalizada de equipamentos necessários ao seu funcionamento. As infraestruturas sanitárias de que a região de Bolama-Bijagós dispõe, sobretudo os centros de saúde, apresentam enormes dificuldades de funcionamento. Têm falta de instalações. Há serviços que não podem ser postos em execução, devido à falta de espaço. Tudo isto é acompanhado de uma grande carência de equipamentos em geral.

Os serviços básicos da região desenvolvem-se em condições deploráveis, em razão da falta de energia eléctrica. Não dispõem de outros meios de iluminação, a não ser lâmpadas a petróleo ou combustível e lanternas. São os seus habitantes que se munem deste material pelos seus próprios meios.

O problema de aprovisionamento de água está parcialmente resolvido. Quase todas as localidades dispõem dos seus próprios poços, equipados de bombas e reservatórios⁷⁴. No entanto, continua por solucionar a distribuição de água para consumo da população. Por exemplo, o Hospital sectorial de Bubaque confronta-se com a precaridade de água potável, não só devido à inexistência de poço próprio, mas também porque a cidade de Bubaque não está equipada de um sistema de canalização de água.

⁷³ Adolfo Ramos, "Guiné-Bissau: congestionamentos políticos no desenvolvimento urbano", In AA.VV (Coordenação de Jorge da Cruz Pinto), *Cidades Africanas*, Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, n.º 5, Faculdade de Arquitectura, Lisboa, 2005, p. 149.

⁷⁴ Cfr. Manuel Nassum, "Rapport du Sociologue", in AA.VV (Coordenação de Raúl Mendes Fernandes) *Étude socio economique des îles Bijagós*, INEP e PNUD, Bissau, 1991, p. 73.



A água, considerado como elemento essencial para a vida humana, continua ainda inacessível em mais de metade das ilhas, e o saneamento básico é praticamente inexistente, o que constitui um obstáculo ao desenvolvimento sustentado e é propiciadora de doenças, que limitam muito directamente a qualidade de vida da população.

Quanto ao aprovisionamento de água potável nos estabelecimentos sanitários, o problema é o das frequentes avarias nas bombas que equipam os poços. Isto dificulta o encaminhamento da água para os serviços básicos da região. A maior parte destes serviços é confrontado com este problema.

Os bairros suburbanos das grandes cidades africanas podem apresentar-se aparentemente ingovernáveis e ilógicos, mas, na realidade, sustentam-se e reproduzem-se a partir de uma coexistência entre os indivíduos, apesar das suas diferenças. Apoiam-se no imenso conjunto de informalidades que transformam estes lugares em produtos sociais imperfeitos, em *puzzles* em contínua expansão⁷⁵.

A modernidade não se tem traduzido na melhoria das condições de vida no arquipélago, mas sim no aumento das pressões do exterior, nos domínios da pesca e turismo e na importação de novos valores e hábitos, o que tem favorecido a emigração dos jovens, o alcoolismo e a mendicidade. Esta situação tende a descaracterizar a cultura bijagó⁷⁶.

As estratégias de sobrevivência das famílias pobres em áreas na periferia das cidades e famílias rurais são a de que algumas destas famílias conseguem obter ajuda por parte de familiares que trabalham no sector de assalariados formais. Contudo, a grande maioria da população que habita na periferia urbana, vive da agricultura, como em qualquer tabanca da área rural. O que caracteriza estes dois núcleos familiares – os que vivem primariamente das actividades agrícolas e os que dependem do produto do seu trabalho remunerado em serviços públicos, é a de que nenhum deles consegue obter o suficiente de só uma das actividades, para garantir a sobrevivência. Por conseguinte, muitas famílias são obrigadas a procurar outras fontes de rendimentos, por parte de outros agregados à sua subsistência ao longo de todo o ano⁷⁷.

2. Organização social e administração territorial

Os bijagós consideram-se um povo, mas reconhecem que existem numerosos clãs distintos (*n'aduba*). A posse das ilhas baseia-se naquilo que os clãs descobriram ou estabeleceram nas mais remotas reivindicações. As hierarquias religiosas foram estabelecidas para manter as relações, desde a área da emigração original até à fixação, em particular quando a emigração acontece no arquipélago. A distribuição, em termos de “posse” das ilhas, é provavelmente, em parte, um resultado

⁷⁵ Cfr. Sónia Frias, “Metamorfoses das cidades africanas e recomposições sociais”, In AA.VV (Coordenação de Jorge da Cruz Pinto), *Cidades Africanas*, Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, n.º 5, Faculdade de Arquitectura, Lisboa, 2005, p. 169.

⁷⁶ Cfr. Augusta Henriques, João Vieira Poilão – A nossa dádiva à terra, Bissau, Tiniguena, 2005.

⁷⁷ Cfr. Barry Boubacar-Sid (ed.), *op. cit.*, p. 67.



de séculos de inter-relações de poder e de migração entre ilhas. Contudo, a vida social, política, económica e espiritual e, com estas, o emprego dos recursos naturais, é privilegiadamente organizada, não ao nível do arquipélago como um todo, nem ao nível dos clãs. Em vez disso, é um grupo de ilhas, uma só ilha (elite) ou uma aldeia (*negueve*), que formam as unidades fundamentais da vida cultural dos bijagós e a administração do território⁷⁸. Os bijagós encontram-se integrados em diferentes regulados e chefados, e a sua estrutura obedece à organização política e tradicional bijagó, sendo estes, o de Bubaque, constituído pelas ilhas de Bubaque e Rubane; o de Canhabaque, formado pelas ilhas de Canhabaque, Roxa e Galinhas e o de Orango, formado pelas ilhas de Orango Grande, Imbone, Unhocomo e Unhocomozinho.

O cargo do régulo é determinado pelo “*Conselho dos Anciãos*”. Muitas vezes, após o falecimento de um régulo, surgiram dificuldades em escolher um novo sucessor, passando, por isso, a regência do “reino” a ser exercida por uma mulher - “*okinika*”⁷⁹. Entre essas mulheres, destacaram-se as chamadas rainhas D. Aurélia Correia, Pampa de Orango e D. Juliana que exerceram o cargo de regentes durante longo período de tempo, pois o direito consuetudinário bijagó não permitia que a mulher exercesse o cargo de régulo.

Esta organização política e administrativa bijagó, não foi, durante muito tempo, reconhecida pelas autoridades portuguesas, sendo, muitas vezes, citados em documentos oficiais, como meros chefes de povoação.

Um grupo de ilhas, por exemplo, pode partilhar de uma identificação cultural, influências políticas, relações místicas e hierárquicas, e, conseqüentemente, efectivarem algumas decisões a estes níveis. Este é o caso das ilhas de Caravela, N’ago e Tchediã. Orango é também um exemplo de um grupo de ilhas significativas – herança de um reino bem conhecido no século XIX. Algumas ilhas isoladas são igualmente significativas como unidades de organização do arquipélago. Canhabaque é um exemplo de organização, enfraquecida após as guerras devastadoras dos portugueses, ironicamente, e, de algum modo, tragicamente, conhecidas como “guerras de pacificação”. Um grupo de aldeias partilhava igualmente importantes atributos, realizava em conjunto uma grande variedade de cerimónias, e funcionava como um corpo colectivo nas tomadas de decisão. As ilhas de Uno e Formosa representam um importante exemplo de unidades de direcção, relacionadas com grupos de aldeias.

A aldeia constitui, portanto, a unidade fundamental da vida cultural e a gerência da terra e dos recursos em todo o arquipélago dos bijagós, e é ao nível da aldeia que toda a autoridade, leis, regras e mecanismos existem. A aldeia constitui, igualmente o mais importante recurso da identidade social, é aí que as decisões-chave são tomadas, e é à aldeia que os seres humanos retornam, uma vez que a aldeia é composta por “este” e o “outro mundo”. A importância da aldeia, como uma unidade social,

⁷⁸ Cfr. Cláudio Carrera Maretti, *op. cit.* p. 124.

⁷⁹ Cfr. José Manuel Braga Dias, *Mudança sócio-cultural na Guiné Portuguesa: contribuição para o seu estudo*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Tese de Licenciatura, p. 189.

pode ser comprovada pelo facto de que sempre possuíram um “*cluduba uam moto*”, ou seja, um clã dono da terra, enquanto que as ilhas nem sempre o tiveram. Uma ilha ou ilhota pode mesmo pertencer a uma aldeia situada numa ilha diferente. Abaixo do nível da aldeia existe pouca autonomia significativa⁸⁰.

Os bijagós descendem, através da mãe, de um dos quatro antepassados míticos, cada aldeia pertence a um dos quatro clãs. Sobre este assunto Gallois-Duquette refere:

“O clã proprietário do solo (dono do chão, em crioulo) fornece as autoridades tradicionais da aldeia: o rei, a sacerdotisa, e o tocador de Bombolon (...) Todas as aldeias têm um santuário onde os fiéis rezam ao Grande Espírito da Terra (“Irã Grande do Chão”, em crioulo) (...) Todas as aldeias veneram o Grande Espírito da Terra, e quando os fiéis lhe dirigem votos ou lhe exprimem a sua gratidão, toda a comunidade se reúne no grande templo circular para lhe oferecer comida ou sacrifícios de sangue, habitualmente uma galinha. Quando o assunto atinge proporções graves, como no caso de uma epidemia ou seca, sacrificam-lhe um carneiro ou até mesmo uma vaca, o que constitui um sacrifício extremamente oneroso”⁸¹.

Os fundamentos da coesão da aldeia e as tomadas de decisão colectivas constituem um sistema de crenças místico-secular. Os bijagós acreditam num outro mundo (*ancarebok*), que não se experimenta facilmente. Uma boa relação entre o “*ancarebok*” e o mundo visível é considerado essencial para o bem-estar dos seres vivos. Na teoria, cada indivíduo pode pedir auxílio através dos seus antecessores, rezando ou fazendo ofertas, e acreditam que muitos meios empregados têm o poder de mobilizar forças invisíveis. Na prática, contudo, existem dois mediadores principais de interacção comunitária com o “outro mundo”: o “*oronhô*” e o “*orebok*”.

O “*oronhô*” é o representante do poder dentro da tabanca e o representante do poder masculino, e a “*okinca*” é a representante do poder feminino e a responsável pelo culto aos anciãos e às divindades (*eramindé*)⁸². O “*oronhô*” é o sacerdote da aldeia que possui uma responsabilidade significativa, relacionada com as decisões agrícolas, incluindo a desertificação, as queimadas e o cultivo de arroz. Ele tem o poder ou capacidade de tratar com o “*ancarebok*”. Tipicamente, o “*oronhô*” divide a sua autoridade na tomada de decisões com outro representante da aldeia conhecido como “*uamotó*”. O “*uamotó*” é o clã (*cluduba*) que “possui” a aldeia e constitui a principal autoridade responsável pela terra e pelas decisões na gerência dos recursos naturais, em algumas ilhas e aldeias. A este respeito Maurício Waldeman refere que “*As chefias tradicionais do Arquipélago, denominadas “régulos”, discriminam imemorialmente o uso do solo e dos recursos naturais, apelando para uma sanção*

⁸⁰ Cfr. *Idem*, p. 125.

⁸¹ Danielle Gallois-Duquette, *op. cit.*, p. 157.

⁸² Cfr. Raúl Mendes Fernandes, “Contradições entre linhagens dominantes e classes de idade nos Bijagós”, in Soronda, n.º 20, INEP, Bissau, 1995, p. 76.



*mística, consubstanciada no representante do clã proprietário de cada ilha, o “Uamotó” ou “Odomotó”, não necessariamente um indivíduo vivo, mas sim seu espírito*⁸³.

Para além do “oronhô”, “uamotó” e outras entidades que regem os fundamentos dos costumes locais, os dirigentes da aldeia geralmente incluem um chefe da aldeia mais “secular”, normalmente com poder mais nominal, que está encarregado das relações com o estado e outras entidades exteriores ao país.

Muitos dos papéis desempenhados, que foram mencionados, podem ser encontrados em várias aldeias, mas os nomes dos cargos e os regulamentos entre as posições de chefia, variam de ilha para ilha e de aldeia para aldeia.

Um “orebok” é uma espécie de “espírito” ou “alma”, e o seu símbolo é geralmente representado através de artesanato. Em particular, este refere-se aos espíritos incorporados nas mulheres que se tornam capazes de comunicar o “ancarebok”, após terem passado pela cerimónia de iniciação (*manras*). Mesmo se os “manras” forem praticados por um grupo de aldeias, é, em cada aldeia em particular, que a relação com o “ancarebok” é realizado. Os rituais de iniciação desempenham um papel muito importante na cultura bijagó. A este propósito, Scantamburlo refere:

*“Os Bijagós acreditam que a estátua é a morada do espírito Orebok, um espírito de Deus (“Orebok de Deus”, como me disse um chefe) e de todas as almas dos ancestrais da tabanca. Ninguém sabe o que representa unikán orebok. A explicação mais vulgar é a de que é o espírito guardião chamado por Deus para proteger os habitantes da tabanca. O espírito Orebok é apreciado segundo a sua antiguidade, eficácia e com que responde aos pedidos do povo e consoante também os muitos sacrifícios que lhe são oferecidos*⁸⁴.

A reprodução social dos bijagós é baseada em torno dos géneros definidos e papéis desempenhados, em função das idades, num processo gradual de aquisição de conhecimentos, direitos e diminuição de obrigações físicas com o avanço da idade. Os velhos (*ocotó* e *cabuna*) passam a informação, o conhecimento e algumas punições aos mais novos, e, em troca, recebem respeito, obediência, alimentos e outros benefícios.

Os jovens não iniciados são chamados *cabaro* e não são considerados socialmente adultos com direito a casa, terra, família ou filhos próprios. Estes direitos só são adquiridos após a iniciação, actualmente com a duração de algumas semanas apenas, e tendo lugar num local recluso fora da aldeia, na floresta ou perto do mar. A transição da iniciação é marcada pela tatuagem do corpo. Os jovens que passam pela iniciação (*camabi*) têm de se integrar num grupo de guerreiros, com responsabilidades no que diz respeito à defesa física da aldeia e ao ataque de estranhos. Actualmente, estes jovens podem, em vez disso, passar alguns anos na floresta, assumindo

⁸³ Maurício Waldman, “Africanidade, espaço e tradição. A Topologia do imaginário espacial tradicional africano na fala “griot” sobre Sunjata Keita do Mali, Revista do Centro de Estudos Africanos, Universidade de São Paulo, n.º 20/21, São Paulo, 1997/1998, p. 233.

⁸⁴ Luigi Scantamburlo, *op. cit.*, pp. 67-68.



responsabilidades em lidar com os maus espíritos, tratando de palmeiras e outros recursos naturais e ensinando os segredos da floresta aos rapazes mais novos (*canhocám*). É interessante constatar que “plenos direitos” não são adquiridos imediatamente após a iniciação. Os recém-iniciados que regressam à aldeia, só podem começar a cultivar e a ter uma família “oficial”, depois de servirem como iniciadores do grupo seguinte de jovens a passar pelo rito de iniciação.

Os grupos de idade femininos seguem, de algum modo, divisões semelhantes, mas com diferentes papéis a desempenhar. No passado, poderia ter acontecido que as jovens mulheres não iniciadas não eram consideradas adultas, e portanto, proibidas de ficarem grávidas, mas actualmente, o mais provável é o contrário: a gravidez e o parto constituem meios de atingir o estatuto de adultas. Esta transição é igualmente marcada por escarificações. Elas podem incorporar os “espíritos” de jovens do sexo masculino, que morreram sem ter sido iniciados, e, uma vez que essas “almas não iniciadas” podem constituir uma força maléfica para a comunidade, a capacidade das mulheres para as incorporar é altamente valorizada. Através da incorporação, as almas ficam libertas para poderem passar para o “outro mundo”. Em todas as datas importantes para a aldeia, as mulheres “iniciadas” renovam a sua condição de incorporação e são capazes de agir como um meio de comunicação com “*ancareboc*”. Embora ambos ajam em nome da comunidade da aldeia, um “*orebok*” (o espírito ou a mulher possuída) é, em alguns aspectos, mais importante do que a sua contraparte masculina, o “*oronhô*”, em termos de comunicação com o “*orebok*”. É também possível existir uma simbologia de reprodução importante nos dois casos de género, mas as mulheres são mais consideradas, tanto no papel que desempenham na reprodução biológica, como no social, e, por isso, reconhecidas essenciais para o bem estar da comunidade.

No conjunto, a condução de todo o sistema mobiliza homens e mulheres dos vários grupos de idades, bem como certos dirigentes místicos, clãs e forças espirituais do “outro mundo”. No processo, as relações de poder, referentes à posse do clã e à liderança do “*oronhô*”, são estabelecidas e mantidas. Determinam-se as práticas de agricultura sustentável, as regras de utilização dos recursos naturais, elaboram-se as diferentes designações do uso das terras, incluindo as áreas “abandonadas”. Considerações de carácter místico situam-se no centro de todas as decisões sobre a utilização dos recursos, uma vez que o binómio económico/religioso é indissociável.

Algumas unidades de organização dos recursos naturais e territoriais podem incluir uma espécie de “*Conselho de Anciãos*”, mas a mais importante característica no processo de tomada de decisão é a necessidade que muitos dirigentes comunitários e grupos sociais têm de participar, com as suas opiniões, o que, de uma forma cúmplice e ordenada, vai em grande medida originar o equilíbrio social. Em suma, a estrutura e o funcionamento das comunidades, incluindo as suas variações internas, são fundamentais para a gestão dos recursos naturais e tudo o que se relaciona com a conservação e o desenvolvimento sustentável.

3. A propriedade tradicional dos bijagós

Os bijagós terão chegado a estas ilhas, após terem sido derrotados por outros povos do continente e construído as suas aldeias no centro das ilhas, em plena floresta, para melhor se defenderem. Existe, assim, um elo fundamental entre a floresta e o local de residência dos bijagós, pelo menos desde a sua fixação nestas ilhas, e o clã mantém com o território uma relação muito importante. O clã proprietário (*dono di tchon*) fixa ou autoriza a utilização das terras, do mato, dos recursos e dos espaços.

A propriedade tradicional dos bijagós é reconhecida na grande maioria das ilhas. Possuem um sistema de gestão territorial, fundada numa estrutura complexa de organização social, que depende da religião e define a política. A gestão das terras é colectiva e articula-se em redor das aldeias ou grupos de aldeias. A este respeito, Rosseau refere o que se verifica particularmente em Bolama:

“À Bolama. chaque village contrôle un certain territoire sous la responsabilité du chef qui procède à une répartition égalitaire de celui-ci parmi les chefs de famille du village, selon la force de travail dont ils peuvent disposer et leurs besoins propres. Chaque paysan a le droit d’usage permanent de la terre qui lui a été attribuée et peut en faire bénéficier ses descendants après sa mort. Le chef du village demeure le responsable de la répartition du terroir et, dans le cas de litiges au sujet des terres, comme cela peut arriver pour l’administration d’une rizière par exemple, il lui revient le droit et le devoir de trancher”⁸⁵.

Para simplificar, pode dizer-se que os clãs são proprietários das ilhas, de terrenos e de tabancas (aldeias). Deste modo, estes espaços, terras e florestas possuem sempre um proprietário tradicional. Os bens móveis e imóveis representam um valor proporcional ao das necessidades de sobrevivência. A sua transmissão, exploração e apropriação regem-se por normas consuetudinárias e revestidas de pouco interesse. A importância da terra é tão insignificante, que não chega sequer a ser incluída no rol dos bens afectos à sucessão. O seu cultivo, desbravamento e amanho estão envoltos em práticas religiosas e mágicas. Desde que seja garantida a sua sobrevivência através da extracção do óleo e vinho de palma, dos tubérculos, da apanha de peixe e marisco e de alguma peça de caça abatida, as suas metas terão sido atingidas⁸⁶.

Quando, na era colonial, a administração portuguesa delimitou a área da região de Bolama-Bijagós, não considerou que as suas fronteiras dividiam regiões naturais ou políticas, e as populações e seus chefes. Na opinião de José Manuel Braga Dias, as consequências desta acção foram:

- A desanexação da ilha das Galinhas do reino de Canhabaque e a da área de S. João do restante Quínara se apresentasse fictícia, pois as suas populações continuaram a obedecer aos seus chefes residentes noutras áreas administrativas;

⁸⁵ Alain Rosseau, *Archipel Bolama-Bijagós en Guinée-Bissau; Population locale et développement planifié*, Université du Québec a Chicoutimi, Québec, 1990, p. 108.

⁸⁶ Cfr. António Carreira, op. cit., pp. 81-83.

- A criação e difusão de “chefes administrativos” muitas vezes desintegrados das estruturas tradicionais;
- O não reconhecimento da organização política tradicional existente nas áreas desanexadas⁸⁷.

Actualmente, observa-se a coexistência ou mesmo a sobreposição de facto de dois tipos de territórios contraditórios. Por um lado, um regime territorial (tradicional ou costumeiro), onde não existe direito exclusivo ou absoluto sobre a terra, mas unicamente direitos parciais, relativos e temporários, e por outro, um regime “legal” ou “moderno”, estabelecido pela via regulamentar ou legislativa desde o período colonial, que visa instituir a propriedade privada⁸⁸.

A organização da sociedade bijagó articula-se em torno das “tabancas”, unidades políticas e económicas de base. Cada tabanca goza de uma autonomia de decisão e uma quase auto-suficiência sócio-religiosa e económica. Acontece muitas vezes, que o chefe tradicional de uma aldeia exerce o seu poder numa outra aldeia, enquanto se aguarda a nomeação de novos responsáveis locais. Pode igualmente mencionar-se uma divisão sexual dos espaços, que corresponde à repartição das tarefas: a aldeia e os seus arredores são essencialmente femininos, ao passo que a floresta tem uma predominância masculina. O sistema de organização da tabanca é agrupado em quarteirões, localizados em clareiras da floresta, onde as casas se situam perto umas das outras. Em cada um destes quarteirões, há agregados domésticos, dirigidos por homens iniciados, que já dirigiram outros homens na iniciação (*otabango*), e que possuem o direito a ter casa própria (*anko*)⁸⁹.

Em relação à problemática da sucessão, António Carreira refere a forma como os bens materiais devem ser repartidos e quais os herdeiros do falecido:

- 1) *Gado, canôas, géneros enceleirados e outros e tudo quanto não for referido nas categorias seguintes – para o irmão, quer seja consanguíneo ou uterino, segundo o grau mais elevado que ocupar na “classe de idades” respectiva;*
- 2) *Os objectos e instrumentos de uso do autor da herança: o pilão, o caldeirão, o furador da palmeira, a corda para subir à palmeira, metade das cabeças destinadas à lavra, à sura da palmeira e metade das produções e dos feitiços (estes últimos constituindo dádiva espontânea e livre do primeiro dos herdeiros (o irmão) – para os filhos;*

⁸⁷ José Manuel Braga Dias, *op. cit.*, pp. 182-183.

⁸⁸ Cfr John W. Bruce et al., *A New Land Law for Guinea Bissau: Needs and opportunities. Report prepared for USAID/Guinea Bissau*, Land Tenure Center, University of Wisconsin, Wisconsin, Madison, 1992, p. 93.

⁸⁹ Cfr. Raúl Mendes Fernandes, 1989, *op. cit.*, p. 11.



- 3) *O canhaco, o machado, o barcafão, uma mala e uma garrafa com água – para o morto, e com os quais correntemente se faz enterrar*⁹⁰.

Os filhos são herdeiros forçados, *“Nem as filhas, nem as mulheres, nem as irmãs herdaram, tenham estas últimas a natureza do parentesco que tiverem”*⁹¹. Contudo, é a mulher que *“tudo faz, enquanto o homem passa o dia no mato a bebericar vinho de palma ou na orla marítima a pescar...mais para se distrair. A verdadeira administradora dos negócios familiar é ela”*⁹².

Existem também nas aldeias bijagós construções cúbicas, erguidas em postes, cuja finalidade é servir de reservatório para os cereais e protegê-los dos roedores e das aves. Uma mulher, não tendo o acesso directo à terra, trabalha, em função da regra no campo do seu pai, mesmo quando se liga ao campo do seu marido⁹³.

No que diz respeito à propriedade tradicional das terras, sabe-se que uma ilha ou parte desta, identifica ou conquista o seu *“irã”* (alma ou espírito local), ou estabelece uma aliança com o mesmo, através de cerimónias específicas. A ilha é então considerada propriedade deste clã, e o *“irã”* como seu guardião, não podendo, ser conduzida qualquer actividade sem a autorização deste, solicitada pelo senhor do *“tchon”*, através de uma cerimónia organizada por ele e pelos seus sacerdotes.

Entre os bijagós, é o *“oronhô”* que, em conjunto com o *“uamotó”* e o *“ancareboc”*, decide e autoriza o tempo certo para se ir para os campos, seja para cortar ou queimar mato, seja para começar a plantação do arroz. Em alguns locais e ocasiões, toda a população de uma aldeia, ou grande parte dela, muda-se para a área de plantação, e lá permanece durante a estação agrícola, em cabanas improvisadas, às vezes transformando-se, de facto, numa pequena aldeia temporária. Alguns terrenos são postos de parte por algum tempo, para poderem descansar e melhorar as culturas, quando plantadas novamente.

Outras áreas são consideradas sagradas, o que significa que ninguém se pode estabelecer nelas, sendo interdito o seu uso continuado. Este é o caso de certos espaços em Rubane, Enu e outras ilhas e ilhotas. Para além disso, partes de algumas ilhas são *“abandonadas”*, como a área de Etebadju, na ilha de Caravela, a área de Cadiguira na ilha Formosa e a área de Ancagumba, na ilha de Meneque. As áreas *“abandonadas”* são consideradas sagradas e destinadas às cerimónias místicas, sociais e económicas, que fazem parte da vida das comunidades bijagós. Na opinião de R.C., natural de Formosa, a *“definição do espaço sagrado tem vantagem para quem o define. Na ilha onde se realizam as cerimónias, a contribuição “paga garandeza” irá para o “dono do tchon”*. A mesma salienta: *“cada ilha tem os seus costumes e certas ritualidades semelhantes, mas a maneira de fazer*

⁹⁰ António Carreira, *Do regime de propriedade indígena na Guiné Portuguesa*, Dissertação à cadeira de Instituições Nativas do Curso de Altos Estudos Coloniais, Escola Colonial, Lisboa, 1949, p. 17.

⁹¹ Augusto Santos Lima, *Organização Económica e Social dos Bijagós*, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Bissau, 1947, p. 106.

⁹² Fernando Rogado Quintino, *Prática e utensilagem agrícolas na Guiné*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1972, p. 41.



as cerimónias difere de ilha para ilha⁹⁴. Para C.C.T., natural da Ilha de Soga, diz-nos que em “cada ilha existe um espaço sagrado conforme a pretensão do regulado. Há espaços em que apenas os elementos do sexo masculino podem lá “ir ou estar”. O mesmo poderá acontecer com os elementos do sexo oposto. Em determinadas “cerimónias de defunto” e de “fanado” é interdita a presença de elementos do sexo masculino⁹⁵.

Para Raúl Mendes Fernandes “todas as ilhas têm os seus espaços sagrados e autonomia no seu grupo de decisão. Cada um tem os seus chefes, a sua liderança e ciclos cerimoniais. Há toda uma cerimónia de “pagamento de garandez”, aspecto muito importante para compreendermos as relações entre jovens e velhos. Raúl Mendes Fernandes acrescenta ainda que “é fundamental olharmos para o ancião, não apenas como uma pessoa, mas como uma “colectividade”. As classes de idade definem os direitos e as relações com “outros antigos”, através da oralidade. Existem regras de delimitação do direito, certos locais do mato, não são permitidos aos jovens...⁹⁶.

Existem regulamentos que envolvem o uso das áreas protegidas. Um grupo de mulheres pode decidir, por exemplo, que as ostras, numa determinada área, precisam de mais tempo para crescer, antes de serem apanhadas e assim proibir a sua colheita de momento. Certas actividades são igualmente vedadas em alguns bancos de areia ou lodaçais, como os da aldeia de Ancumbo, perto da costa de Uracane, ou os que se situam a sudeste de Soga. Algumas ilhas, ilhotas ou áreas estão sujeitas a protecções permanentes ou temporárias, baseadas, não em considerações de produtividade, mas, sobretudo, porque constituem importantes locais sagrados para a realização de cerimónias, sobretudo dos “manras”. Este é o caso da área de Inhando, na ilha Formosa e das ilhotas Maju Inorei e Maju Anchorupe, possessões de aldeias na ilha de Canhabaque⁹⁷.

Existem outras áreas com restrições específicas ou parciais, como por exemplo, a ilhota de Bias, (Poilão) para sul, que pertence à aldeia de Canhabaque de Ambeno, que está interdita a pessoas do sexo masculino não iniciadas, e a ilhota de Canuopa, restringida unicamente aos iniciados” donos” do clã (*cluduba uamotó*), durante a época das cerimónias. Entre as áreas mais significativas, que foram consideradas sagradas pelos bijagós, por razões místicas, económicas ou sociais, situam-se as ilhas do grupo Orango e a zona ocidental da ilha de Carache.

Estas áreas são particularmente importantes para a conservação da natureza, uma vez que misturam vários tipos de ambientes, desde as savanas e mangueirais até aos bancos de areia, entre os canais de mar. Muitas das ilhas ao sul do Arquipélago são igualmente protegidas pelas comunidades locais, tais como Codotch (João Vieira), Noponoque (Meio), Anchenem (Cavalos) e Bias (Poilão), que pertencem às aldeias de Menegue de Canhabaque (clã de Onoca), Inhoda (Onoca), Bine (Onoca) e Mabeno (clã de Orácuma). Nestas ilhas existem restrições, relacionadas com as cerimónias do “manrase”, ou com outras cerimónias, ou porque são consideradas a residência de determinados

⁹⁴ Entrevista com R.C., natural da ilha Formosa – 25 de Janeiro de 2009.

⁹⁵ Entrevista com C.C.T., natural da ilha de Soga – 08 de Fevereiro de 2009.

⁹⁶ Entrevista a Raúl Mendes Fernandes – 30 de Janeiro de 2009.

⁹⁷ Cfr. Cláudio Carrera Marreti, *op. cit.*, p. 127.



orebok. Sob a direcção de “*Onhaqui*” (Bijagós de Canhabaque), estas ilhas e as áreas circundantes conseguiram manter uma vasta diversidade de espécies de peixe, e algumas centenas de tartarugas verdes (*chelonina mydas*), que voltam todos os anos aqui para desovar, pois esta área constitui, em toda a costa atlântica de África, o local privilegiado para este fim⁹⁸.

No caso de Rubane, a ilha pertence às tabancas de Bijante, Enen e Ancadona (tabancas de Bubaque). A ilha das Galinhas pertence à tabanca de Inorei em Canhabaque. Em Orango, a tabanca de Imbone pertence à tabanca de Eticoga. Em todos os casos, a utilização do espaço é sempre determinada pelos anciãos⁹⁹.

⁹⁸ Sobre este assunto, vide: Renato Sales, (Rel.), *Gestão tradicional dos espaços e dos recursos naturais na Região de Bolama-Bijagós, relatório de consultoria*, IUCN e INEP, Bubaque, 1994; e ainda, o quadro “Densité de population et propriétaires traditionnels”, em Abílio Rachid Said & Luis Paulo M. Ferraz, *op. cit.*, p. 10.

⁹⁹ Entrevista com Justino Biai, Coordenador de Programa do IBAP – 30 de Janeiro de 2009.



IV.

Os bijagós e a utilização dos recursos naturais

1. Utilização e conservação dos recursos naturais

A conservação dos recursos naturais garante a permanência do desenvolvimento do arquipélago. Apesar da riqueza dos recursos haliêuticos e da incitação à prática da pesca, a actividade principal dos povos insulares incide na agricultura, que privilegia a cultura do arroz e as culturas secundárias tais como o feijão e o amendoim. A forma de rizicultura mais corrente é a cultura itinerante do arroz pluvial sobre queimadas (*m pam-pam*).

A gestão das terras é colectiva e articula-se em redor das aldeias ou grupos de aldeias. Este sistema permite, a cada família, possuir terras muito esparsas, por vezes situadas em várias ilhas, o que dá lugar a migrações periódicas e temporárias de famílias ou de aldeias. A este respeito, Rosseau (1990) refere o que se verifica particularmente em Bolama:

“À Bolama. chaque village contrôle un certain territoire sous la responsabilité du chef qui procède à une répartition égalitaire de celui-ci parmi les chefs de famille du village, selon la force de travail dont ils peuvent disposer et leurs besoins propres. Chaque paysan a le droit d’usage permanent de la terre qui lui a été attribuée et peut en faire bénéficier ses descendants après sa mort. Le chef du village demeure le responsable de la répartition du terroir et, dans le cas de litiges au sujet des terres, comme cela peut arriver pour l’administration d’une rizière par exemple, il lui revient le droit et le devoir de trancher”¹⁰⁰.

A produção global dos cereais revela-se muitas vezes insuficiente, porque as populações das ilhas decidiram intensificar as suas plantações de anacardeiros, para poderem trocar o caju, principal produto de exportação da Guiné-Bissau, pelo arroz necessário à sua alimentação. O incentivo à monocultura do cajú tem conduzido à desmatção, de uma forma muito mais acentuada, e a uma redução drástica das áreas do cultivo de arroz. Meio-Dia Sepa Maria lé Có refere que *“A corrida ao rendimento fácil, faz com que a exploração dos solos férteis seja substituída por uma função agrícola inadequada como é o caso da monocultura do cajú”¹⁰¹*. Também a este respeito Said e Ferraz referem:

“On notera toutefois que la production globale, et en particulier céréalière, reste insuffisante, le déficit avoisinant chaque année 1.000 tonnes de riz. C’est pourquoi les populations insulaires ont cherché à développer leurs plantations d’anacardiens, afin de troquer des noix de cajou, principal produit d’exportation de la Guinée-Bissau, contre le riz nécessaire. Dans les zones peu orientées vers le commerce, l’exploitation forestière et la cueillette représentent un complément indispensable pour combler le déficit céréalier”¹⁰².

¹⁰⁰ Alain Rosseau, *op. cit.*, p. 108.

¹⁰¹ Meio-Dia Sepa Maria lé Có, *Mudanças recentes da linha de costa e dos ecossistemas costeiros da ilha de Bubaque (Arquipélago dos Bijagós)*, Universidade do Algarve, UCTRA, Faro, Dissertação apresentada à Universidade do Algarve para obtenção do grau de mestre, 1994, p. 43

¹⁰² Abílio Rachid Said & Luis Paulo M. Ferraz, *op. cit.*, p. 14.



Bolama, capital do país entre 1900 a 1939, possui uma tradição de cultura frutífera e de horticultura. O desenvolvimento das culturas hortícolas é praticado por uma comunidade multi-étnica em Bolama, composta essencialmente pelas etnias bijagó, mancanha e papel, excelentes horticultores.

Na região de Bolama-Bijagós, a criação de gado vem complementar a agricultura, e constitui um recurso alimentar substancial para as famílias, sem esquecer o seu papel nas cerimónias tradicionais, com particularidades únicas na Guiné-Bissau. Ainda recentemente, os animais eram largados em ilhas desabitadas e viviam em estado selvagem, sem qualquer intervenção humana, constituindo a caça o único meio de os recuperar. Actualmente, durante a estação seca, os animais são deixados sem qualquer vigilância nas ilhas votadas à agricultura, e durante a estação das chuvas são recolhidos e presos, para que não danifiquem as culturas.

A exploração das palmeiras desempenha um papel fundamental na vida do arquipélago¹⁰³. O vinho de palma, os frutos e óleos produzidos pelas palmeiras constituem a moeda de troca mais comum com o arroz.

As palmeiras servem, também, para preparar substâncias medicinais e alimentos para cerimónias. Os limites impostos à exploração das palmeiras dependem da situação económica das ilhas, do número de habitantes de cada região, da localização e da extensão das florestas de palmeiras. São geralmente os *camabidos* (adultos jovens) que emitem as autorizações, isto é, os representantes da última classe de idades iniciada aquando do *fanado*, que, após esta cerimónia, passam vários anos na floresta para fazer a sua gestão. Acontece também, que as autoridades superiores das “tabancas” e os proprietários das terras destinadas à exploração participem na gestão das florestas de palmeiras. Assim, como acontece com a rizicultura, as autoridades e os *camabidos* de algumas ilhas podem interditar temporariamente o acesso a certas zonas antes das cerimónias importantes, a fim de maximizar a produção do vinho de palma, principal bebida cerimonial. Todo aquele que é autorizado a explorar numa floresta de palmeiras, goza da exclusividade temporária para esta actividade. É importante que nos detenhamos nos aspectos religiosos e cerimoniais que, entre os bijagós, desempenham uma influência determinante na ocupação do espaço e exploração de recursos, traduzindo-se, sobretudo, pela existência de locais sagrados, com diversas restrições de utilização (temporais ou permanentes) e com sanções no caso de transgressão.

“Os planos de gestão ambiental são no fundo documentos consagradores de medidas de políticas e estratégias ambientais (...) e é esta a razão que explica o facto de, ainda hoje, se encontrarem num estado de conservação muito valorizados ecossistemas complexos ou frágeis, que ao longo dos séculos suportaram a acção do homem, numa interacção baseada nesse saber. O melhor exemplo, dessa atitude conservacionista são os ecossistemas da Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós, a ponto de, por exemplo, a identificação de

¹⁰³ Tim Dodman & Joãozinho Sá, *Monitorização de Aves Aquáticas no Arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau*, Dakar, Wetlands International; Bissau, Gabinete de Planificação Costeira (GPC) & Organização para a Defesa e o Desenvolvimento das Zonas Húmidas na Guiné-Bissau (ODZH), Bissau, 2005, p. 12.



*sítios ecológicos sensíveis e de grande importância para a biodiversidade, a converter em áreas de especial protecção, já estarem pré-definidas pelas populações residentes*¹⁰⁴.

Os elevados locais religiosos ou cerimoniais são, nomeadamente, os do *fanado* (principal cerimónia iniciática masculina/feminina), do *fanadozinho* (preparação para o fanado), do *pagamento da garandeza* e do *defunto*, bem como os lugares de *passagem das almas* e de residência dos *irãs*. A mais extensa, mas também a mais estritamente controlada e submetida às restrições e sanções mais rigorosas, que podem ir até à condenação à morte, é o local reservado ao fanado.

O estatuto sagrado que prefigura as actuais áreas protegidas, contribuiu em grande medida para preservar certos locais (braços de mar, cabos ou ilhas), utilizados pelos Bijagós para cerimónias e iniciações. Na óptica de Maurício Waldman, as áreas protegidas são responsáveis pela preservação das ilhas do arquipélago:

*“Perfazendo uma fracção ponderável da espacialidade tradicional, tais modalidades de natureza mantida “intocada” são notadas, por exemplo, nas sociedades que consideravam sacralizadas determinadas parcelas do espaço habitado, nas quais transcorriam cerimónias de índole mágico-religiosa. É o que tem lugar, por exemplo, no arquipélago dos bijagós, no litoral da República da Guiné-Bissau. Nesse sentido, ilhas, ou trechos de sua extensão, são governadas por vários “tabus” religiosos, alimentares, sexuais, etc., interditas total ou parcialmente, com acesso estipulado apenas a determinados períodos de tempo e sendo percorridas unicamente por ocasião de rituais ou festividades. O espaço dos bijagós foi articulado em conformidade com preceitos culturais engastados a práticas tradicionais de agricultura, pecuária, pesca e colecta”*¹⁰⁵.

As ilhas de João Vieira, Meio, Cavalos, Bane e Engumbane são locais de iniciação (fanado). Em Rubane e Anaguru não é permitido enterrar os mortos, nem edificar-lhes uma sepultura permanente. Muitas ilhas têm restrições específicas, outras parciais. Mesmo no caso das tabancas totalmente desertas, as *balobas* continuam a ser respeitadas e sagradas por toda a população bijagó.

*“Les Bijagos, animistes, entretiennent des liens magico-religieux forts avec les différents constituants de leur environnement naturel. Certains sites présentent un caractère sacré et ne peuvent être visités que dans des circonstances particulières. Toutes ces particularités «culturelles» ont une fonction déterminante dans l’organisation traditionnelle de l’espace et de l’accès aux ressources”*¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Cruz Graciano Anildo, “Direito do Ambiente e Teoria da Normaçaõ na Guiné-Bissau: de uma teoria do Direito do Ambiente guineense ao seu contributo para a teoria e prática da normaçaõ na Guiné-Bissau”, in AA.VV (Eds. CYSNE, Maurício; Amador, Teresa) *Direito do Ambiente e Redacçaõ Normativa: Teoria e prática nos países lusófonos*, Bona, The World Conservation Union (IUCN), Bona, 2000, p. 143.

¹⁰⁵ Maurício Waldman, *Meio ambiente & antropologia*, n.º 6, Editora Senac, São Paulo, 2002, p. 99.

¹⁰⁶ Programme Regional de Conservation de La Zone Côtiere et Marine en Afrique de L’Ouest, *Gestion participative des ressources côtières des îles Urok (Guinée Bissau)*, in

Há também outros locais, onde os aspectos sagrados são construídos e administrados pelos *camabis* ou, mais raramente, pelos anciãos. Contudo, fora dos períodos de cerimónia, as *cambuas* (barragens em material vegetal ou pedras, destinadas a apanhar os peixes, quando a maré baixa) podem utilizar-se sem autorização especial dos responsáveis para a pesca, destinada a alimentar as famílias. A utilização das *cambuas*, que pressupõe um bom conhecimento do meio, tende a desaparecer com a diminuição das densidades de peixe.

1.1. A actividade agrícola

Em algumas ilhas, em função das tradições e condições locais, cultiva-se o arroz de baixo (*bolanhas*)¹⁰⁷, sobretudo em água doce. Outrora muito espalhada na ilha de Bolama, a rizicultura inundada em água salgada e que exige uma grande intensidade de mão-de-obra, foi abandonada por causa da diminuição da pluviosidade e do êxodo de mão-de-obra, indispensável para manter os sistemas de irrigação.

Em relação à cultura do arroz, registam-se duas variedades: cultivo *anngademo* e *anngatou*¹⁰⁸. No que respeita ao primeiro, ocorre no início da época da seca em que se procede ao corte das matas com a finalidade de preparar o solo para a agricultura.

Nos meses de Abril e Maio, o terreno é preparado com a devastação do mato, a queimada de árvores e arbustos e posteriormente o revolvimento da terra. No mês de Junho, após as primeiras chuvas, procede-se à sementeira do arroz. Em Agosto, Setembro e Outubro, quando ocorre a germinação das sementes, os adolescentes são incumbidos de guardar os campos, espantar as aves, os macacos e outros animais que possam prejudicar a produção da sementeira¹⁰⁹.

Quanto à segunda forma de cultivar o arroz, em *anngatou* (*bolanhas*), este é fertilizado com ramos de palmeiras, arbustos ou capim devido à falta de fertilizantes químicos.

A agricultura itinerante caracteriza-se por uma alternância de períodos de cultivo e de pousio. Ao cabo de um ano de cultura, o solo fica em pousio durante 6 a 12 anos, em função da densidade da população. Assim, as várias unidades de produção devem dispor de terras que não se cultivam todos os anos. Esta é a razão pela qual os bijagós elaboraram um sistema de gestão de terras para a rizicultura pluvial e também técnicas eficazes de queimadas e de devastamento do solo. Durante os períodos de pousio, a vegetação retoma espontaneamente a posse da terra e assegura a estabilidade do solo, renovando-lhe a fertilidade.

http://www.prcmarine.org/index.php?option=com_content&task=view&id=155&Itemid=76 - Consultado a 13 de Novembro de 2008.

¹⁰⁷ Sobre este assunto, vide Maria Cristina Duarte et al., *Aspectos Fitogeográficos das Gramíneas na Guiné-Bissau*, Portugaliae Acta Biologica, Lisboa, 2000, p. 429-442.

¹⁰⁸ Cristina Magro, *A solidariedade bijagó na produção agrícola e de bens de consumo*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004, in <http://www.lettras.ufmg.br/bay/sites/territorios/utiron3.htm> - Consultado a 06 de Novembro de 2008.

¹⁰⁹ Cfr. Dilma de Melo Silva, *op. cit.*, p. 59.



Na época da seca, os agricultores cortam os arbustos e os ramos das palmeiras e transportam-nos até às suas propriedades, para posteriormente serem queimados. Quando concluída a fase das queimadas, começam então a preparar o *m'bama* (viveiros) para os grãos de arroz, que são lançados no solo durante o mês de Junho. Todas estas actividades são precedidas por rituais orientados para divindades, no sentido de garantir o êxito da produção.

Os sacerdotes solicitam autorização dos *irãs* antes de procederem às colheitas dos grãos, e só após os agradecimentos, intercessões e súplicas de bençãos é que se poderá ter acesso aos bens semeados. Se não for feito dessa forma, existe a crença de que poderão cair maldições sobre a comunidade.

Todo aquele que não respeitar a tradição, que viole ou usufrua do seu labor antes da cerimónia, poderá vir a sofrer de alguma doença grave, ou cairá sobre ele uma maldição. Para se livrar dessas punições terá que participar numa outra cerimónia, a da clemência e purificação, que implica o pagamento de valores em géneros diversos (animais ou outros produtos). Estes valores não se destinam ao sacerdote, mas sim ao *irã*. No dia da cerimónia de clemência e purificação, os animais trazidos ao sacerdote serão sacrificados. É, através do sacrifício, ou seja, do sangue desses animais, que se faz a restauração e a reintegração do infractor na comunidade. Deve ressaltar-se que aqueles que se converteram ao cristianismo não respeitam essas crenças.

Os bijagós dedicam-se à criação de bovinos, caprinos, porcos e galinhas. Estes animais crescem livremente ao redor dos aldeamentos sem qualquer cuidado especial ou local específico para a sua criação. Algumas aldeias possuem ilhas desabitadas onde estes animais vivem praticamente em estado selvagem, e sendo caçados quando é necessário abatê-los, normalmente para cerimónias religiosas. O consumo da sua carne, só ocorre nestas ocasiões¹¹⁰.

A extração do óleo e do vinho de palma é uma importante actividade desenvolvida na região. O óleo de palma é utilizado em quase todas as confecções culinárias (consumo familiar), e também para fins comerciais. Dada a sua importância na culinária guineense e como elemento na fabricação de sabão e derivados foi, desde a época colonial, uma importante actividade lucrativa de exportação. O óleo de palma possui ainda um outro significado na cultura bijagó. É o único que pode ser utilizado nos rituais, caso contrário, as preces não poderão ser aceites pelo *irã*.

Para além disto, o óleo de palma possui poderes medicinais e é dotado de grande riqueza nutricional. Além de servir para a preparação dos alimentos, para as cerimónias e para a produção de sabão e seus derivados, é também empregue em processos terapêuticos, uma vez que funciona como analgésico. Este tipo de óleo é ainda utilizado nos enfeites do cabaro (homens jovens) durante a cerimónia de emancipação, que consiste num ritual, a partir do qual o adolescente já pode partilhar dos segredos do universo feminino.

¹¹⁰ Cfr. Dilma de Melo Silva, *op. cit.*, p. 60.

Aliada à produção de óleo, acrescenta-se a extracção do vinho de palma. Trata-se de uma seiva extraída da palmeira. É indispensável para a realização de cerimónias e de rituais, especialmente o *isamo* (cerimónia em que são feitos pedidos de perdão, de cura, benção e consagração). Acredita-se que, sem ele, as preces poderão não ser aceites pelo *irã*.

1.2. A actividade piscatória

Para os Bijagós, a pesca permanece, essencialmente, uma actividade de subsistência voltada para o consumo familiar, com uma tecnologia simples e barata (piroga sem motor e com redes do tipo “tresmalho” para pesca da tainha, linhas para pescar peixes de fundo, e barragens de pedra ou de vegetais. A pesca artesanal tradicional é uma pesca de fraco raio de acção, por ser muito costeira, utilizando, quase sempre, uma embarcação de um tronco de árvore (tipo monóxilo) ou movido pelo vento (vela). Os seus instrumentos predilectos são as redes, as barragens em pedra, bambu ou folhas paliçadas, as armadilhas feitas de folhas entroncadas ou à linha com anzol¹¹¹. As zonas de pesca situam-se, frequentemente, na área geográfica dos mangueirais, dos bancos de areia ou nos canais dos pequenos cursos de água¹¹². A este propósito, Rosseau refere “*La pêche n'y fait pas exception, même chez une population insulaire, entourée d'eaux riches en poissons comestibles. Par conséquent, à Bolama, la pêche sera pratiquée surtout sur une base artisanale, tant du point de vue des techniques et de l'équipement employés, que de la finalité de cette pêche, l'autoconsommation*”¹¹³.

As espécies capturadas são muito variadas, na maior parte das vezes juvenis, pois a zona de pesca situa-se numa área de crescimento das espécies. A zona costeira da Guiné-Bissau constitui uma zona de concentração e de evolução de diversas espécies, de significativa importância comercial.

Durante a época de crescimento, os camarões permanecem nas zonas costeiras dos rios. A migração para os fundos de pesca industrial, só ocorre após certo estágio de crescimento. Por essa razão, a exploração intensiva desta espécie, em idade de crescimento, é prejudicial para a pesca industrial. O alvo dos pescadores artesanais especializados (em particular as mulheres), é o camarão destas zonas costeiras do crescimento.

As técnicas de captura tradicionais são variadas, e o seu produto destina-se quase exclusivamente para colmatar as necessidades de sobrevivência do grupo familiar ou da tabanca, pouco restando para o comércio. Segundo Dilma de Melo Silva, estas técnicas são essencialmente as seguintes:

- a) *Rede emalhar (radia, em crioulo) – é lançada durante o anoitecer e retirada na manhã seguinte, em lugares de passagem de cardumes;*

¹¹¹ Sobre as diferentes técnicas que os bijagós utilizam na pesca, vide Inge Tvedten & Bjørn Hersoug, *Fishing for Development: Small-scale Fisheries in Africa*, Nordic Africa Institute, Uppsala, 1992, p. 182.

¹¹² Cfr. Domingos de Barros, *op. cit.*, p. 61.

¹¹³ Alain Rosseau, *op. cit.*, p. 126.



- b) *Rede redonda ou rede de mão – essa rede, quando aberta, tem forma circular e é lançada sobre o cardume. Tendo pesos nas bordas, ela forma como que um saco captor de peixes. Essa técnica exige grande perícia por parte do pescador e é muito difundida;*
- c) *Linha de fundo – numa linha são colocados vários anzóis, uma de suas pontas é amarrada a uma árvore e a outra a uma pedra que a mantém submersa. Periodicamente, as linhas são verificadas para recolhimento do peixe capturado e renovação das iscas;*
- d) *De varas – com cerca de 3 metros, são usadas com linha e anzol do modo como nos é bastante familiar;*
- e) *Arpão (ou canhaco) – é uma espécie de lança para fisgar peixes grandes em lugares rasos. Exige extrema habilidade e velocidade por parte do pescador;*
- f) *Esteira – consiste num traçado de palha, ou de fibras, usado para fechar um canal, sendo colocado de acordo com as marés;*
- g) *Filho de impande – é uma espécie funil trançado de palmeiro, empregado de preferência ao lado ou debaixo da esteira. Uma armadilha na qual o peixe entra e não pode sair;*
- h) *Gamboa – uma das técnicas mais antigas relatadas pelos informantes: cerco, feito de pedras ou madeira, que aprisiona os peixes quando a maré desce, permitindo assim sua colecta¹¹⁴.*

Esta pesca de subsistência permite que uma determinada parte das capturas, possa, se necessário, ser trocada por outros produtos alimentares, no seio da aldeia. O comércio, no sentido lucrativo do termo, não era habitual. Actualmente, a finalidade destas capturas passou a ser mais abrangente: não se destina somente à subsistência alimentar familiar, mas também à comercialização do produto, quer “ao natural”, quer após transformação (secagem e salga). Isto correspondeu a um maior esforço no âmbito da pesca, sobretudo nos pequenos cursos de água, onde se pratica a pesca especializada do camarão costeiro.

No que se refere a “peixes de primeira categoria”, os locais de maior produção são no fundo dos rochedos, cuja identificação exige conhecimentos mais aprofundados. Os pescadores que encontram estes locais tentam, por isso, manter a exclusividade, para evitar a concorrência. Chegam mesmo a utilizar filtros mágicos (*messinhos*), para impedir que outros pescadores acedam ao local.

Para a exploração dos moluscos, principal recurso de proteína animal da população local, as normas e restrições tradicionais são mais flexíveis, provavelmente porque estes recursos são mais abundantes, e porque os bancos de areia se situam na periferia das aldeias.

¹¹⁴ Dilma de Melo Silva, *op. cit.*, pp. 65-66.



Se esta região é considerada com um dos principais recursos de produção da pesca artesanal, isto deve-se, sobretudo, à presença dos pescadores senegaleses (nhominças), que estão localizados em numerosos acampamentos no arquipélago.

“Nombreuses communautés de pêcheurs artisanaux sénégalais s’installent dans les pays voisins pour profiter des ressources encore abondantes dans certains endroits. Dans l’archipel des Bijagos, réserve marine de Guinée-Bissau, des villages de pêcheurs sénégalais se sont créés. Ces derniers ne sont soumis à aucun contrôle et exercent leurs activités libres de toute réglementation. Ce phénomène pose des problèmes en termes de contrôle de l’effort de pêche et de protection des ressources, surtout dans des réserves marines où la pêche est interdite, ou très réglementée”¹¹⁵.

Os *nhominças* praticam a pesca com um objectivo bem definido, que consiste, essencialmente na captura de tubarões e de raias, cujas barbatanas uma vez secas, são destinadas ao mercado asiático. Os peixes de fundo são destinados ao mercado de Bissau, aos hotéis e acampamentos turísticos. Os moluscos começam a constituir uma fonte importante de exportação, sobretudo para o Senegal.

A pesca industrial clandestina, realizada por embarcações estrangeiras, aumenta, a um ritmo cada vez mais acelerado, no Arquipélago¹¹⁶. Esta pesca, essencialmente nocturna, concentra-se nas zonas dos canais e traz enormes prejuízos à pesca artesanal, pondo em risco numerosas espécies como é o caso das tartarugas marinhas. A este respeito, Kaczynski e Djassi referem:

“The illegal fishing and wood extraction activities are disturbing because of their impact on aquatic and land biodiversity, decline in abundance of the coastal resources, deprivation of coastal communities caused by disappearance of the coastal resources used as a basis for subsistence and food security of this country and erosion of a great potential natural resources could have as a basis of development, job creation and improved wellbeing of the local poor”¹¹⁷.

Recentemente, os habitantes de algumas ilhas, essencialmente os de Canhabaque e Orango Grande, começaram a enfrentar esta presença estrangeira fortemente prejudicial, organizando manifestações e cerimónias, e pedindo às autoridades nacionais a interdição do acesso destes à pesca em determinadas zonas.

¹¹⁵ OECD, Objectif Développement Cohérence Des Politiques En Matière de Développement Dans Le Secteur Des Pêches En Afrique de L’Ouest, OECD Publishing, Paris, 2008, p. 76.

¹¹⁶ Delegação da U.E. na Guiné-Bissau <http://ec.europa.eu/delegations/delqnb/guia/4.htm> - Consultado em 07 de Novembro de 2008.

¹¹⁷ Vlad. M Kaczynski & Sulejman Djassi, *Illegal Activities in Marine Protected Areas: The Case of Guinea-Bissau*, West Africa, School of Marine Affairs and Jackson School of International Studies, University of Washington e Ministério do Interior, Guiné-Bissau, Bissau-Seattle, 2006, pp. 2-3.



V.

Vulnerabilidades

no Arquipélago dos Bijagós



1. Principais vulnerabilidades

O arquipélago, outrora fechado sobre si mesmo, é, actualmente, sujeito a numerosas influências exteriores, afectando o seu equilíbrio secular. As ilhas nunca foram abrangidas pelo desenvolvimento colonial, com excepção de dois portos muito modestos, Bubaque e Bolama, esta última outrora capital da Guiné-Bissau.

Os bijagós sobreviveram até agora praticamente sem ajuda do exterior. A produção local, visando unicamente a subsistência, mantinha-se através de uma exploração extensiva e diversificada dos recursos, tais como o arroz, óleo e vinho de palma, caju, peixe, marisco, etc. O arroz constitui a base da alimentação, enquanto que as palmeiras fornecem frutos, óleo e vinho, bem como uma vasta gama de produtos usados na alimentação. A sua madeira é utilizada na construção de habitação e para a realização de variados utensílios domésticos e de artesanato.

O estatuto sagrado, que prefigura as actuais áreas protegidas, contribuiu, em grande medida, para preservar certos locais (braços de mar, cabos ou ilhas), utilizados pelos bijagós para cerimónias e iniciações. Contudo, o arquipélago tem vindo a ser cobiçado por pressões humanas desde há alguns anos, ameaçando o equilíbrio secular das ilhas e contribuindo para a fragilização do ecossistema. Embora a classificação como Reserva da Biosfera já tivesse sido definida pela UNESCO em 1996, as regras de gestão durável tardam em ser aplicadas.

O problema dos “ponteiros”, sobretudo desde 1986, tornou-se muito preocupante, uma vez que a legislação territorial actual não oferece qualquer quadro jurídico operacional aos direitos territoriais tradicionais e não permite a transição das dependências tradicionais para com o sistema da propriedade territorial. A lei não reconhece a apropriação colectiva das terras (mas unicamente por uma pessoa física ou moralmente conhecida). Este sistema exclui, portanto, de facto, as comunidades rurais. Os dois terços das concessões obtidas entre 1985 e 1990 têm superfícies de 50 a 500 hectares. A superfície média por concessão passou de 24 hectares, antes de 1975, a 245 hectares em 1986 e a 419 hectares em 1990, o que confirma o desenvolvimento rápido actual do curso ao território, muitas vezes com fins especulativos¹¹⁸. Existe igualmente uma condução de um local de residência agrícola em Varela, na base de Casurina, nas margens do mar *Encalyptuys* e *Melalencá* (que têm a particularidade de suportar longos períodos de inundações).

Segundo Vaz e Said alguns dos problemas que o arquipélago, na sua generalidade, enfrenta são:

- Grande fluxo migratório e taxa elevada de mortalidade;
- Grandes carências ao nível da educação;
- Nível muito baixo de técnicas e equipamentos de produção;
- Nível de saúde muito precário;
- Carência de água potável;

¹¹⁸ Vide a este respeito, Annie Chéneau-Loquay, “Le poids des grands domaines en Guinée-Bissau”, in AA.VV (Direcção de Philippe Lavigne Delville) *Quelles politiques foncières pour l’Afrique rurale ? – Réconcilier pratiques, légitimité et légalité*, Éditions Karthala – Coopération Française, Paris, 1998, pp. 668-683.

- Insuficiente produção alimentar;
- Insularidade, grande vulnerabilidade dos ecossistemas;
- Dificuldade de transporte e comunicação inter-ilhas;
- Comércio insuficiente e inadequado;
- Fragilidade das estruturas de gestão e falta de quadros técnicos;
- Falta de recursos para o investimento;
- Dificuldade de adaptação de projectos à realidade sócio-económica e cultural (calendários religiosos, estrutura social e nível técnico, etc.);
- Decepções anteriores¹¹⁹.

Para além destes problemas, Bráz de Pina, Governador da Região de Bolama-Bijagós, aponta outros problemas como a falta de meios de transportes marítimos e dificuldades que se prendem com a administração local. As infraestruturas do Estado encontram-se em avançado estado de degradação, o abastecimento de água às populações é um outro problema grave. Neste momento, o governo fez um levantamento das águas da região e espera-se que a mesma chegue às populações. Para além disto, a região não beneficia de muitos projectos e parceiros de desenvolvimento, como acontece com a “parte continental”¹²⁰.

A pobreza é uma componente significativa na vida do arquipélago. A utilização tradicional dos recursos permite (com os limites de uma certa dependência em relação ao exterior), as condições mínimas de subsistência. Por outro lado, as carências nos sectores da saúde, educação, transportes e comunicações constituem um verdadeiro entrave ao desenvolvimento duradouro. Desde já alguns anos, a organização não-governamental guineense *Tiniguena* publica anualmente um calendário sobre uma determinada área protegida da Guiné-Bissau. Os calendários são divulgados por todo o território da Guiné-Bissau. Em 2005, o calendário tem como tema de fundo os Bijagós, com especial incidência, as espécies marinhas que habitam na área das ilhas de João Vieira e Poilão. Sobre os Bijagós, vale a pena referir a seguinte comentário:

“A excepcional riqueza do Arquipélago contrasta com a pobreza em que vivem os seus habitantes. A modernidade não se tem traduzido na melhoria das suas condições de vida, mas no aumento das pressões do exterior (...) na importação de novos valores e hábitos. Isso tem favorecido a emigração dos jovens, o alcoolismo e a mendicidade e tende a descaracterizar a cultura bijagó”¹²¹.

O sentimento de isolamento é mais amargamente expresso pelos jovens, sendo que uma das queixas mais frequentes é a falta de meios de transportes eficientes e seguros que lhes garanta a ligação ao continente. O único meio de transporte seguro das ilhas para a cidade de Bissau funciona apenas uma ou duas vezes por semana, com a duração de várias horas. Isto, naturalmente, constitui uma das principais causas do subdesenvolvimento das ilhas. O mar, separando o arquipélago dos centros urbanos, retarda o seu progresso. A este respeito Vanda Medeiros refere:

¹¹⁹ Lourenço António Vaz e Abílio Rachid Said, *op. cit.*, p. 87.

¹²⁰ Entrevista a Bráz de Pina, Governador da Região de Bolama-Bijagós – 10 de Fevereiro de 2009.

¹²¹ Augusta Henriques, *op. cit.*, p. 8.



“Um obstáculo ao trabalho no Arquipélago dos Bijagós é o seu isolamento, a distância entre a capital é muito mais do que física (...) A travessia para o arquipélago é quase “uma viagem no tempo”, o estádio de desenvolvimento tecnológico ilustra-se com o facto de apenas na ilha de Bubaque existir linha telefónica...”¹²².

A falta de meios de transporte entre o continente e o arquipélago é entendido como mais uma evidência do desinteresse do estado pelo povo do arquipélago. A promessa de melhoria dos transportes e meios de comunicação com o continente sempre constituiu um ponto alto nos discursos nas campanhas eleitorais. Estas promessas eram sempre negligenciadas após as eleições, mas os povos das ilhas não as esquecem, reforçando o seu descrédito pelos projectos do governo, que os votava ao isolamento e ao abandono.

A escola, apesar de funcionar com graves lacunas, tanto do ponto de vista científico-pedagógico, como devido à falta de docentes, continua a representar um meio de promoção social no contexto urbano. Frequentar uma escola significa a inserção no mundo do progresso, não tanto pelas noções estudadas e apreendidas, mas como uma marca que distingue o estudante do resto da população rural. Neste sentido, a escola possibilita a aquisição de noções de modernidade e de uma visão mais alargada do mundo.

Contrariamente à visão dos jovens, para os quais a escola significa uma promoção social e cultural, a perspectiva pessimista, partilhada pelos mais velhos, é a de que a escola não constitui uma necessidade, pois o sistema de transmissão de conhecimentos assegura a satisfação das necessidades básicas diárias. Isto retrata a dualidade do mundo moderno versus tradicional. Vanda Medeiros constata:

“Em lugares como a ilha de Canhabaque, no arquipélago dos Bijagós, onde não há electricidade, não há água canalizada, o dinheiro praticamente não circula e o único meio de comunicação acessível é o rádio, ler e escrever são capacidades que não se utilizam, que não são necessárias à sobrevivência e portanto não constituem uma necessidade. A problemática da assiduidade escolar deve-se a que, para a substituir, as famílias têm muitas vezes que se deslocar para outras ilhas, para o cultivo, plantação e colheita dos produtos agrícolas, obrigando ao abandono escolar por parte das crianças”¹²³.

A emigração constitui um luxo que só alguns podem concretizar. Em muitos casos, o desejo de sair do país frustra-se e os jovens permanecem entre a aldeia e o sonho da Europa, adoptando estratégias de sobrevivência em Bissau. Bordonaro e Pussetti salientam que a *“migração, em Bubaque como no resto do mundo, é um luxo que nem todos se podem permitir. Na maioria dos*

¹²² Vanda Medeiros, “Desenvolvimento educativo e formação de professores na Guiné-Bissau”, in AA.VV (Organizado por Maria Helena Mira Mateus e Luísa Teotónio Pereira) *Língua Portuguesa e Cooperação para o Desenvolvimento*, Lisboa, Ed. Colibri e CIDAC, 2005, p. 85.

¹²³ Idem, p. 83.

*casos o desejo de fuga é frustrado e os jovens ficam bloqueados entre a aldeia e a Europa, nas estruturas deficitárias do Estado pós-colonial, cativos nos espaços urbanos da capital*¹²⁴.

Em alguns casos, mesmo a mudança para Bissau pode constituir uma enorme dificuldade, pois muitos não possuem um parente na capital com capacidade de os sustentar durante os seus estudos, ao passo que encontrar trabalho se torna cada vez mais difícil.

Os jovens do Arquipélago dos Bijagós deparam-se com menos oportunidades de sair do país do que os que residem na capital. Segundo constatei na minha experiência nos bijagós, todos os que conseguiram realizar esse objectivo são olhados com admiração e elevados a um estatuto de quase heróis, tornando-se invejados e respeitados. Os jovens estão a par de tudo o que se passa no estrangeiro no que se refere às mais recentes tecnologias, e como lá a sua vida se poderia modificar substancialmente. Contudo, esta mesma percepção, com características imaginárias, vai originar sentimentos de frustração e exclusão, que os leva a considerarem-se presos no seu próprio país. A ideia de emigrar torna-se uma obsessão, mas as oportunidades são de tal modo escassas, que este desejo dá lugar a um conjunto de lendas urbanas irreais.

1.1. A utilização descontrolada dos recursos naturais

Desde 1975 a sociedade guineense tem sido responsável pela utilização descontrolada dos recursos naturais em todo o território nacional e sobretudo na zona costeira. Tendo em conta o potencial da região, o arquipélago dos bijagós tem suscitado numerosos interesses, dos quais, muitos deles, são incompatíveis com a garantia de um desenvolvimento duradouro.

*“Neste momento, assistimos a uma forte pressão exercida sobre as formações florestais naturais, devido à grande dependência económica das populações em relação a esses mesmos recursos. Mas toda essa pressão sobre as florestas tem as suas consequências directas no estado das zonas húmidas. O fluxo da água em Julho-Agosto-Setembro mostra a irregularidade das chuvas. Esta irregularidade é responsável por grandes escoamentos superficiais. As águas das chuvas que correm encontram o solo sem coberto florestal, provocando forte erosão do solo. As águas da chuva arrastam a areia e restos de plantas e pedras para as zonas húmidas, o que provoca o assoreamento considerável dos baixios, lagoas, rios e a sedimentação (envasamento) de áreas entre-marés no Arquipélago dos Bijagós. O que há anos eram estuários perfeitamente navegáveis por embarcações (barcos) costeiras, são um exemplo acabado de como as actividades humanas podem provocar danos nos habitats naturais, sobretudo nas zonas húmidas”*¹²⁵.

¹²⁴ Lorenzo Ibrahim Bordonaro & Chiara Gemma Pussetti, “Da utopia da migração à nostalgia dos migrantes: percursos migratórios entre Bubaque (Guiné-Bissau) e Lisboa”, in AA.VV (Organizadores Antónia Pedrosa Lima e Ramon Sarró), *Terrenos Metropolitanos: ensaios sobre produção etnográfica*, Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, 2006, p. 131.

¹²⁵ Meio Dia Sepa Maria lé Có et al., *As Aves Aquáticas na Guiné-Bissau e a Construção das Zonas Húmidas*, Wetlands International e Gabinete de Planificação Costeira (GPC), Dakar e Bissau, 2003, p. 12.



As paisagens harmoniosas e selvagens do arquipélago têm atraído promotores turísticos, raramente preocupados em respeitar o meio ambiente ou a sociedade tradicional.

O complexo de ilhas Formosa é a que tem sofrido maiores pressões, pelo facto de se situar perto do continente. Por esta razão, o governo da Guiné-Bissau conferiu-lhe o estatuto de “área comunitária protegida”, que deve obedecer a regras de utilização tradicionais, face às realidades modernas. Estas protecções regulamentares têm por objectivo reforçar a sacralização de alguns locais (braços de mar, cabos ou ilhas) que prefiguram as actuais áreas protegidas, contribuindo para a sua preservação.

Contudo, o equilíbrio secular do arquipélago continua ameaçado pelas seguintes razões:

- Intrusão ilegal de pescadores industriais da Europa e da Ásia;
- Presença de pescadores migrantes estrangeiros pouco preocupados com os costumes locais, perseguindo os tubarões só pelas suas barbatanas;
- Utilização de redes de nylon não degradáveis;
- Actividade de pesca nas embocaduras, lugares de criação e passagem do peixe-boi;
- Tentativas de implantações turísticas ameaçando o equilíbrio da sociedade tradicional;
- Monetização progressiva da economia bijagó atraída pelas culturas de rendimento como o caju, que tendem a ser substituídas por palmares e espaços não cultivados;
- Ameaça de exploração petrolífera offshore, estaleiros de desmantelamento de velhos navios, provocando grande poluição e miséria social¹²⁶.

Assistimos globalmente a um empobrecimento em termos de conservação dos recursos, devido à pressão demográfica interna (a população quase duplicou desde 1981) e externa (sobretudo devido às migrações de senegaleses), que trouxeram consequências negativas, sobretudo na extracção dos recursos não renováveis.

Têm-se desenvolvido novas formas de relacionamento com o meio natural, baseadas em lógicas, mais viradas para modos de exploração comercial, do que de subsistência alimentar. Este tipo de relação tem resultado no devastamento de florestas, por vezes virgens, com um único objectivo: a prática da agricultura, da qual sobressai a plantação de caju, virada unicamente para a exportação.

¹²⁶ Cfr. Laurent Mignaux, *Archipel des Bijagos: Un patrimoine à préserver*, e-meddiat webzine, in http://www.ecologie.gouv.fr/emeddiat/article.php3?id_article=114, – Consultado em 05 de Novembro de 2008.

1.2. Pesca artesanal versus industrial

A indústria de pesca tem-se expandido com grande rapidez desde os finais de 1970. No ano de 2000, a Guiné-Bissau registou a sua mais alta taxa de exportação, que totalizou 807.000 U.S. Dls., tendo declinado em 2001 para 508.000 U.S. Dls. e em 2003 para 200.000 U.S. Dls.¹²⁷

Mapa n.º 2 - Sector da Pesca na Região dos Bijagós e Rio Grande de Buba



Fonte: Eric Baran & Philippe Tous, *Pêche artisanale, développement et cogestion durable des ressources, Analyse d'un succès en Afrique de l'Ouest*, UICN, Cambridge, 2000, p. 5.

A actividade da pesca cobre cerca de 43% da economia nacional da Guiné-Bissau¹²⁸. A garantia na perenidade dos recursos haliêuticos, bem como a pesca artesanal e industrial, constituem o equilíbrio dinâmico e a gestão durável e sustentada da zona costeira.

O sector piscatório local era fundamentalmente artesanal, enquanto que a pesca industrial era sobretudo conduzida por embarcações estrangeiras, que operavam sob licenças, cujos os lucros obtidos cresceram de 13M U.S. Dls. em 1999 para 17M U.S. Dls. em 2004, com uma totalidade de 193 barcos estrangeiros registados.

“Foreign fishers, operating both artisanal and industrial fishing vessels, have historically caught most of the fish in Guinea-Bissau, and continue to do so. Although open to the sea, Guinea-Bissau is essentially an agricultural country, in which traditional farmers in coastal improve the protection of local marine parks and development of artisanal fisheries. The African

¹²⁷ Miles Smith-Morris, “Guinea-Bissau Economy”, in AAVV (ed. Lain Frame), *Africa South of the Sahara 2007*, Routledge, London, 2007, p. 584.

¹²⁸ Domingos de Barros, “La Gestion Durable des Pêcheries dans L’Archipel des Bijagos et dans le Rio Grande de Buba”, in AA.VV (Organização de Hendrike A. Van de Linde e Melissa H. Danskin), *Enhancing Sustainability: Resources for Our Future, Proceedings of a Workshop Held at the World Conservation Congress Organised by the Sustainable Use Initiative, 17-20 October 1996, Montreal, Canada Sustainable Use Initiative (Organization)*, IUCN Publishing, 1998, p. 57.

*Development Bank has also approved a project that includes a component in support of small-scale fisheries*¹²⁹.

Se fosse possível impedir a pesca ilegal, esta zona marítima considerada uma das mais ricas de toda a África Ocidental, poderia vir a constituir o principal recurso de rendimento da Guiné-Bissau.

Em 1980, a Guiné-Bissau entrou num acordo com a Comunidade Europeia (hoje União Europeia), que permitiria aos barcos europeus pescarem nas águas da Guiné-Bissau, em troca de ajuda¹³⁰. Em 2004, a U.E. renovou o seu acordo com a Guiné-Bissau, estabelecendo o pagamento anual de 7.100 euros no período compreendido entre 2004-2006 para obter licenças para 81 barcos de pesca de camarão nas suas águas. O acordo inclui igualmente a assistência da U.E. para melhorar o patrulhamento das águas, com a finalidade de controlar a pirataria e evitar a pesca selvagem.

Em 2006 estendeu-se o acordo até Junho de 2007, para permitir ao governo da Guiné-Bissau ter oportunidade de preparar as negociações num acordo de parceria que deveria substituir o anterior acordo. Constitui uma prioridade para a U.E. assegurar o acesso aos recursos de peixe na África Ocidental, visto que nos últimos anos tem sido forçada a reduzir as suas quotas de pesca nas águas marítimas da U.E.

Convém assinalar que existe um acordo desde 1993 entre o Governo da Guiné-Bissau e do Senegal, que consiste na administração conjunta das zonas marítimas dos dois territórios, sendo os recursos piscatórios divididos de acordo com a determinação de uma diligência de administração conjunta estabelecida em 1995.

A pesca artesanal é uma actividade que desde sempre ocupou um lugar importante na costa ocidental africana. Em menos de vinte anos, o crescente uso de motores nos barcos de pesca e as facilidades de armazenamento em frigoríficos, tanto a bordo como em terra, proporcionaram aos pescadores uma melhor organização do espaço e do tempo. Para além disso, a globalização criou uma procura de novos produtos, influenciando assim o comportamento dos pescadores e, conseqüentemente, a preservação de alguns peixes, tartarugas e mamíferos marinhos.

As políticas de desenvolvimento para a pesca artesanal, não reflectem, adequadamente, a importância destas mudanças. Tendem a usar escalas de referência não apropriadas, seja no espaço (as fronteiras nacionais precedem os ecossistemas), ou no tempo (as conseqüências a longo prazo dos planos de desenvolvimento são raramente consideradas).

Os recursos naturais do arquipélago ainda abundantes, atraem a pesca industrial da Europa e da Ásia que, apesar das proibições, vêm lançar as redes durante a noite nos canais que separam as ilhas. As

¹²⁹ Barry Boubacar-Sid, op. cit, pp. 70-71.

¹³⁰ Vide, a este propósito "O Acordo com a Guiné-Bissau", in (Publicação da Comissão Europeia n.º 35, Agosto de 2007, Direcção Geral da Pesca e dos Assuntos Marítimos) A Pesca e a aquicultura na Europa - Alterações climáticas: o impacto sobre a pesca, 2007, , pp. 12, in http://ec.europa.eu/fisheries/publications/magaz/fishing/mag35_pt.pdf - Consultado em 13 de Novembro de 2008.



pirogas artesanais vêm de diferentes países para pescar, em particular tubarões, cujas barbatanas são muito apreciadas nos mercados asiáticos. *“A maior ameaça é a pesca artesanal e industrial. Existem 13.000 pirogas motorizadas. Mais de 650.000 pescadores vivem da pesca artesanal. Esta situação tem vindo a afectar as zonas centrais de produção, o que tem vindo a trazer efeitos à pesca de arrasto”*¹³¹.

*“Today the archipelago is a target for many who wish to exploit its resources. Its fisheries resources are a magnet to industrial-scale fishing vessels from Europe and China, while artisanal pirogue fishermen flock to the area from neighbouring countries where fish stocks are already well on the way to being depleted. The later come in search of vulnerable quarry such as sharks, whose fins are in high demand on Asian markets”*¹³².

O Arquipélago dos Bijagós e o Rio Grande de Buba representam 36% do efectivo dos pescadores, 27% do parque de pirogas, 30% das embarcações motorizadas e 28% dos desembarques anuais das espécies. A embarcação utilizada é geralmente do tipo monoxilo, mas existem igualmente em grande número as pirogas do tipo senegalês ou ganiano¹³³.

Contrariamente à pesca de subsistência, a pesca artesanal comercial cobre toda a zona que lhe é juridicamente reservada. A grande maioria das embarcações explora a zona dos estuários e dos rios, apresentando-se assim, na área de pesca, um aumento da captura das espécies sedentárias ou de fraca migração, o que irá traduzir-se numa redução drástica das mesmas.

A despeito dos grandes esforços que a Administração das Pescas tem vindo a desenvolver, graças à ajuda do exterior, a pesca artesanal comercial continua a ser prejudicada pela insuficiência de disponibilidade de gelo para conservação. A reacção dos pescadores a esta situação é a de destinar as capturas à transformação: fumagem, secagem e salga.

A transformação dos produtos por fumagem, para além de constituir um processo moroso, contribui para a destruição progressiva da cobertura vegetal (dos magueirais em particular).

As embarcações autorizadas¹³⁴ estão sobretudo situadas no extremo sul do país, mas existem igualmente algumas a norte, em função do país de origem mais próximo. Os pescadores instalam-se em acampamentos de pesca permanentes ou temporários, sobretudo nas ilhas do Arquipélago dos Bijagós.

Existem igualmente embarcações não autorizadas, com motores de grande potência, cujo equipamento não corresponde à envergadura do motor, por serem extremamente precárias. Estas

¹³¹ Entrevista com Néelson Dias, Chefe de Missão da UICN – 30 de Janeiro de 2009.

¹³² Augusta Henriques & Pierre Campredon, “From sacred areas to the creation of marine protected areas in the Bijagós archipelago (Guinea Bissau, West Africa)”, in http://www.unesco.org/csi/smis/siv/Forum/BijagosArquipelago_Henriques-Campredon.pdf - Consultado a 05 de Novembro de 2008.

¹³³ Cfr. Domingos de Barros, *op. cit.*, p. 62.

¹³⁴ Sobre as estratégias utilizadas para a obtenção de licenças de pesca, vide Ame Tostensen et al., *Associational Life in African Cities: Popular Responses to the Urban Crisis*, Nordiska Afrika Institutet, Uppsala, 2001, p. 38.



embarcações têm capacidade para se deslocarem de um país para outro. As suas actividades ilegais são denunciadas por navios, que passam ao largo da costa e por agentes de vigilância de pesca artesanal. Algumas destas embarcações chegam a acostar ao nível do porto mais próximo. A grande maioria executa uma pesca especializada sobre os fundos rochosos, geralmente à linha, mas visando, ao mesmo tempo, a captura de espécies nobres da comunidade dos *sparidae* (grandes carpas vermelhas ou grandes douradas), bem como os selácios (tubarões ou raias), pelo lucrativo comércio das suas barbatanas¹³⁵.

A maioria das expedições efectua-se no final do dia. O período onde se regista uma maior actividade de pesca ocorre na estação seca (Outubro a Maio). Durante a estação das chuvas, assiste-se a uma pesca particular, especialmente a das barracudas. É no Rio Grande de Buba que estas espécies efectuam as suas migrações de reprodução.

Considera-se a pesca artesanal avançada como uma actividade efectuada por embarcações, munidas de um potente motor. Trata-se de pirogas do tipo senegalês, de grande porte, equipadas de contentores de refrigeração, algumas com aparelhos de detecção de posicionamento. Este tipo de pesca avançada executa a sua actividade para além do Arquipélago dos Bijagós. Algumas embarcações apresentam-se sob a forma de barcos abertos, a maior parte das vezes feitos de fibra de vidro. A potência dos motores pode atingir 60 km/h.

Na Guiné-Bissau não existe uma frota nacional de pesca industrial, existem sim muitas empresas de pesca que se limitam a comprar peixe e a vender os produtos de pesca, e outras apenas para a conservação. Uma vez que não possuem navios, algumas empresas fretam navios estrangeiros para a captura dos peixes, sobretudo pelágicos, segundo um acordo de pesca. As espécies mais capturadas são a *sardinela aurita*, que se encontra com maior abundância entre os meses de Dezembro a Abril. Outros pequenos pelágicos capturados são *trachurus trachurus*, *trachurus trecae* e os *scombreomorus tritor*¹³⁶.

O objectivo de promoção deste tipo de pesca visa, por um lado, iniciar e promover a exploração da zona marítima muito afastada da costa, e, por outro, aumentar os desembarques, sem por isso aumentar o esforço da pesca ao nível da franja costeira.

A U.E. tem apoiado projectos de investimento necessários para garantir o processamento de refrigeração de peixe, para mercados directos na Europa. Contudo, é necessário uma maior ajuda financeira para melhorar as infra-estruturas dos seus portos e atrair investimentos estrangeiros.

Em Maio de 2007, a IUCN reuniu investigadores, oficiais de governo da Guiné-Bissau, pescadores e residentes das ilhas, para se reflectir sobre a ameaça que esta indústria pode constituir para o

¹³⁵ A propósito de algumas das espécies marinhas capturadas no arquipélago dos Bijagós, vide Enda Diapol, *Libéralisation du commerce et gestion durable des secteurs halieutiques en Afrique de l'Ouest: étude de cas de la Guinée Bissau*, Programme pêche, commerce et environnement en Afrique de l'Ouest, REPAO, Commerce et Environnement en Afrique de l'Ouest Programme pêche, Centro de Investigação Pesqueira Aplicadas, WWF Organization, ENDA, Dakar, 2007, p. 38 ss.

¹³⁶ Cfr. Abel Júlio dos Santos, *Situação de pesca de algumas espécies pelágicas na República da Guiné-Bissau*, Ministério das Pescas, Centro de Investigação Pesqueira Aplicada, Bissau, 1993, in <http://www.fao.org/docrep/003/T4586F/T4586F19.htm>, Consultado em 07 de Novembro de 2008.



ambiente, tanto marítimo como terrestre e discutir a melhor forma de regular estrategicamente, esta indústria, de modo a garantir um desenvolvimento sustentável. O principal problema reside no facto de o governo da Guiné-Bissau não dispôr de recursos para reforçar os regulamentos. A falta de combustível restringe o número de viagens necessárias para o patrulhamento das águas do território. A sua armada dispõe de uma pequeníssima frota, de deficientes meios técnicos, logísticos e de comunicação, o que dificulta a apreensão das embarcações em actividades ilícitas.

1.3. Globalização dos mercados

Desde há alguns anos, numerosas influências exteriores têm interferido com o equilíbrio da sociedade bijagó. O arquipélago, outrora fechado ao exterior, é hoje sujeito a muitas cobiças. As paisagens harmoniosas e selvagens do arquipélago têm vindo a atrair os promotores turísticos, pouco preocupados em respeitar o meio ambiente ou a sociedade tradicional.

A globalização dos mercados tem vindo a encorajar a monetarização progressiva da economia dos bijagós, que se orienta pouco a pouco para culturas comerciais, como o caju e derivados de palma. Com o desenvolvimento das trocas comerciais, dos transportes e da informação, os jovens das ilhas mostram-se cada vez mais atraídos para a emigração, o que põe em risco a organização social e a cultura tradicional bijagó.

Face a esta situação, as instituições nacionais e internacionais têm vindo a mobilizar-se no sentido de promover a fixação da população, a preservação das áreas protegidas e regulamentação das quotas de peixe. O Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) e as ONG nacionais e internacionais têm apoiado a comunidade insular no reforço da aplicação das leis locais tradicionais. Doravante, os objectivos de preservação dos ecossistemas e de eficácia económica alargar-se-ão numa lógica de desenvolvimento durável, de que resultará, igualmente, o melhoramento das condições de vida das populações locais.

1.4. Turismo

O Arquipélago dos Bijagós suporta uma componente significativa da biodiversidade e da produtividade natural do país. Representa um enorme potencial para o turismo, em particular para o ecoturismo, embora esta área tenha sofrido um impacto negativo, devido à instabilidade política. A fragilidade do meio natural é incompatível com o turismo em massa. Face ao fluxo de pedidos de construção de complexos hoteleiros, impõem-se regulamentos e critérios estritos, a fim de que estas actividades sejam controladas, reduzindo ao mínimo os conflitos e os impactos no meio ambiente. Deste modo, poderá assegurar-se uma utilização duradoira dos recursos naturais, a conservação das espécies e da diversidade biológica, bem como a durabilidade das actividades turísticas propriamente ditas.



Alguns hotéis têm cumprido as normas e requisitos ambientais dos Planos de Gestão Ambiental. No caso do Orango Parque Hotel, propriedade de Luc Hoffman (Presidente da Multinacional Roche), *“as receitas revertem-se a favor das comunidades locais, sobretudo na saúde, educação, horticultura, artesanato e transportes”*¹³⁷.

1.5. Narcotráfico

Tem vindo a verificar-se nos últimos anos uma tendência crescente e preocupante do tráfico de droga em África, pelo que, os esforços, empreendidos no combate a esta tendência, urgem ser intensificados, para responderem às preocupações em matéria de segurança nos Estados da União Europeia.

A Guiné-Bissau está a ser cada vez mais utilizada como uma placa giratória do tráfico e como um destino de depósito de droga e de consumo. Basta uma viagem de dois dias para leste ao longo do 10.º paralelo da América do Sul para o Golfo da Guiné. Os traficantes de droga da América Latina começaram a utilizar as ilhas isoladas do arquipélago como local de contrabando ilegal de drogas para a Europa. Não só, o isolamento do local propícia um paraíso para esconder facilmente grandes armazenamentos de droga e barcos, como também o governo não tem capacidade para patrulhar convenientemente a costa, e proceder à perseguição dos traficantes¹³⁸.

Não são somente estes atractivos que contribuíram para que o Arquipélago dos Bijagós se tornasse em "placa giratória" do tráfico de droga internacional. A situação socioeconómica da população, associada à falta de capacidades institucionais e operacionais para combater o tráfico ilícito internacional e o crime organizado, constituem factores prováveis de atracção de organizações e redes de crime organizado. O Estado guineense enfrenta uma situação de "colapso", por incapacidade de assegurar a soberania do território, face ao narcotráfico e ao crime organizado, levando o governo da Guiné-Bissau a procurar apoio financeiro internacional para combater este flagelo¹³⁹.

¹³⁷ Entrevista com Nélson Dias, Chefe de Missão da UICN – 30 de Janeiro de 2009.

¹³⁸ Agência Lusa, "Bijagós, um arquipélago na rota internacional do tráfico", Agência Lusa - 10 de Fevereiro de 2007.

¹³⁹ Agência Lusa, "Guiné/Narcotráfico: País à beira do "colapso" devido ao crime organizado – Nações Unidas, Agência Lusa, 19 de Dezembro de 2007.



VI.

Papel e organização das Áreas Protegidas:

O contributo das Organizações Não-Governamentais

1. O papel, organização e funcionamento das Áreas Protegidas

Um projecto de conservação e desenvolvimento apoia-se nos conhecimentos existentes nas diferentes ramificações das ciências naturais. Nas ilhas do arquipélago, o papel do conhecimento é ampliado na razão da fragilidade ecológica e das particularidades locais.

Para se poder categorizar áreas protegidas, tem primeiramente de se definir em que consiste uma área protegida. O sistema da categoria de gestão das áreas protegidas da IUCN baseia-se na seguinte definição, acordada no Quarto Congresso Mundial dos Parques Nacionais e Áreas Protegidas¹⁴⁰. Uma área protegida é “*uma área de terra e/ou mar, especialmente dedicada à protecção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados e gerida através de meios legais ou de outros meios efectivos*”¹⁴¹. Esta definição engloba o universo das áreas protegidas. Mas, apesar de todas as áreas protegidas irem ao encontro das propostas gerais contidas nesta definição, na prática, as finalidades precisas para as quais as áreas protegidas são geridas diferem largamente. As finalidades são as seguintes:

- *Investigação científica;*
- *Protecção contra a utilização selvagem;*
- *Preservação das espécies e diversidade genética;*
- *Manutenção de serviços ambientais;*
- *Protecção de características específicas naturais e culturais;*
- *Turismo e recreação;*
- *Educação;*
- *Uso sustentável dos recursos dos ecossistemas naturais;*
- *Manutenção dos atributos culturais e tradicionais*¹⁴².

O Arquipélago dos Bijagós goza de uma grande produtividade, que se explica, principalmente, pela sua localização no ponto de confluência das duas principais correntes marinhas costeiras e dos estuários do Rio Grande de Buba. Este arquipélago é igualmente um lugar de migração para numerosas aves. Esta diversidade biológica, para além de ser relevante do ponto de vista científico,

¹⁴⁰ Vide a este respeito, David Harmon & George Wright Society, Science and Management of Protected Areas Association, *IVth World Congress on National Parks and Protected Areas, Caracas, Venezuela*, IUCN, Cambridge, 1994.

¹⁴¹ Graeme Kelleher, “Coastal Marine Protected Areas”, in AA.VV (Editores Jeffrey A. McNeely et al.), *Protecting Nature: Regional Reviews of Protected Areas*, IUCN, Cambridge, 1994, p. 29 (trad. minha).

¹⁴² IUCN Commission on National Parks and Protected Areas, *Guidelines for Protected Area Management Categories: Lignes Directrices Pour Les Catégories de Gestion Des Aires Protégées*, IUCN – World Conservation Monitoring Center, Gland, 1994, p. 7. (Trad.minha).



desempenha igualmente uma importância económica considerável, se for bem gerida, podendo vir a constituir uma garantia para um desenvolvimento durável.

É por estas razões, entre outras, que a UNESCO classificou estas ilhas de “Reserva da Biosfera” em 1996, a fim de que, as decisões sobre este território, pudessem ser postas em consideração, nomeadamente, desenvolvimento, conservação e valorização do conhecimento científico e tradicional.

A UNESCO considera vir a nomear o Arquipélago como uma Herança Mundial. Uma das razões porque se mantiveram tão preservadas as ilhas dos Bijagós, deve-se à fé animista dos seus habitantes, que proíbe actividades económicas e de subsistência em muitas das áreas consideradas sagradas.

Os princípios elaborados pela UNESCO são compatíveis com as perspectivas de um desenvolvimento, adaptado às condições da região. Uma reserva da biosfera pode servir de instrumento de aplicação a longo prazo, e transformá-lo num exemplo de um novo modelo de desenvolvimento. O arquipélago constitui um dos principais locais de reprodução dos recursos haliêuticos do país, representando a pesca um pilar da economia nacional.

As autoridades da Guiné-Bissau estão sensibilizadas para a preservação dos recursos naturais. Diversos esforços têm sido desenvolvidos, no sentido de promover uma estratégia nacional de conservação e de protecção do ambiente. O governo da República da Guiné-Bissau, através do Ministério da Agricultura, Floresta, Caça e Pecuária (MAFCP), a Direcção Geral do Ambiente (DGA), a Direcção Geral de Florestas e Caça (DGFC), o Gabinete de Planificação Costeira (GPC), o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) e o Centro de Investigação Pesqueira Aplicada (CIPA), tem vindo a zelar pela aplicação efectiva das diferentes acções de protecção, de gestão do ambiente e dos projectos de desenvolvimento.

O IBAP coordena o Parque Nacional de João Vieira Poilão (PNMJVP) e o Parque Nacional de Orango (PNO). O primeiro foi criado em Agosto de 2000 pelo Decreto-Lei n.º 6-A/2000¹⁴³. As quatro ilhas que compõem PNMJVP não são habitadas permanentemente. Constituem propriedade tradicional das quatro tabancas do sul da Ilha de Canhabaque que as utilizam periodicamente para fins agrícolas e cerimoniais. O Parque Nacional de Orango (PNO) foi criado em Dezembro de 2000 pelo Decreto-Lei n.º 11/2000¹⁴⁴. Este parque foi criado com o objectivo de proteger, valorizar os ecossistemas, assegurar a conservação da diversidade biológica, a utilização racional dos recursos naturais que promovam o desenvolvimento social e económico das populações. O IBAP está presente na Direcção Executiva de cada parque. Cada *Direcção do Parque* tem o seu programa anual de funcionamento que, por norma, é validado pelo Conselho de Gestão dos Parques. Nesse conselho, estão presentes 26 membros, dos quais 13 são constituídos por comunidades locais e outros 13 por estruturas estatais e outras ONG. A eleição dos membros do conselho de gestão cabe às respectivas

¹⁴³ Vide em anexos, o Decreto n.º 6-A/2000, de 23 de Agosto – Parque Nacional Marinho João Vieira Poilão.

¹⁴⁴ Vide em anexos, o Decreto n.º 11/2000 – Criação de Parque Nacional do Grupo de Ilhas de Orango.



comunidades locais, estes serão os porta-vozes e representantes das comunidades na gestão dos parques. As Direcções dos Parques reúnem-se semestralmente, normalmente no início e no final do ano. O IBAP garante a coerência da gestão das áreas protegidas.

A Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Formosa, Nago e Tchedia (Urok) apresenta uma estrutura diferente relativamente aos parques supracitados. Criada em 2005 pelo Decreto-Lei n.º 8/2005¹⁴⁵, é a ONG guineense “Tinguena” que faz todo o enquadramento, desde a criação à gestão do próprio parque. Estão presentes neste quadro a *Assembleia das Ilhas*, a *Assembleia das Tabancas* e a *Assembleia de Urok*. Neste última, estão presentes o IBAP, a RBABB, o GPC, a CIPA e Capitania do Porto. Paralelamente a isto, existem também colaboradores que participam de forma voluntária ou apenas quando são solicitados¹⁴⁶.

A coordenação dos esforços das instituições e dos indivíduos, a favor da conservação do litoral dos países costeiros das sub-regiões (Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Cabo Verde e Serra Leoa), é efectuada pelo Programa Regional de Conservação da Zona Costeira e Marinha da África Ocidental (PRCM). Foi criado por iniciativa da UICN, da FIBA, do WWF e da Wetlands International, em parceria com a Comissão Sub-Regional das Pescas (CSRP). Esta coordenação *“visa reforçar a coerência global das intervenções, juntar os recursos disponíveis, valorizar as competências regionais, favorecer os intercâmbios de experiências, desenvolver acções de pesquisa, formação, comunicação e lobbying, com a finalidade de promover uma dinâmica de desenvolvimento sustentável da zona costeira, em benefício das sociedades”*¹⁴⁷.

No caso da RBABB, os poderes que regulam o acesso às terras são exercidos pelas autoridades tradicionais, através de um processo de decisão (*Conselho de Anciãos*, cerimónias tradicionais e classes de idades), caracterizado por uma transferência de direitos de acesso e uma regulação, por parte do Estado e ONGs nacionais e/ou internacionais, às autoridades da aldeia.

O termo de *“gestão participativa”* ou *“co-gestão”*, *“gestão conjunta* ou *mista”*, *“gestão multi-partilhada”* ou *“acordo conjunto de gestão”*, descreve uma situação, na qual “todas as partes interessadas por uma área protegida, ou uma parte delas, estão associadas a um grau importante nas actividades de gestão¹⁴⁸.

Num processo de gestão participativa, o organismo competente, no que se refere à área protegida (em geral um organismo público), estabelece uma parceria com as outras partes, incluindo os habitantes da zona e os utilizadores dos recursos. Esta parceria estipula e garante as funções, as responsabilidades e os direitos respectivos de cada um, em relação à área protegida. Os regimes de gestão participativa aplicam-se a todos os tipos de recursos naturais, bem como aos territórios que não gozam de um estatuto de protecção. Os acordos de gestão, existentes entre as diferentes partes,

¹⁴⁵ Vide em anexos, o Decreto n.º 8/2005 – Criação da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Formosa, Nago e Chediã (Ilhas Urok).

¹⁴⁶ Entrevista com Justino Biai, Director do IBAP – 30 de Janeiro de 2009.

¹⁴⁷ Programa Regional de Conservação da Zona Costeira e Marinha da África Ocidental, Relatório Anual de Actividades, Nouakchott, 2006, p. 3.

¹⁴⁸ Cfr. Grazia Borrini-Fayerabend, *Gestion participative des aires protégées: l’adaptation au contexte*, IUCN, Gland, 1997, p. 14.



englobam florestas, as pescas, os recursos costeiros, as terras de pasto, a fauna e a flora selvagens e até os recursos não renováveis (como o petróleo e os jazigos naturais)¹⁴⁹. Também Fisher enfatiza que o conceito básico de gestão colaborativa, relacionada com a gestão florestal, leva a que a população local assuma a responsabilidade pelo trabalho de protecção e gestão. Em contrapartida, os mesmos têm acesso aos produtos florestais e conseguem beneficiar de um rendimento¹⁵⁰.

O conceito de gestão participativa é também utilizado para descrever uma situação, na qual alguns ou todos os investidores (incluindo residentes locais e utilizadores de recursos), que especificam e garantem as suas respectivas funções, direitos e responsabilidades, relacionadas com as áreas protegidas¹⁵¹. O elemento chave nesta definição é a colaboração com os investidores, com particular referência à participação dos residentes locais. Dentro desta definição, a gestão colaborativa pode incluir casos de parceiros, envolvendo a população local numa decisão, feita sobre a gestão das áreas protegidas para consulta¹⁵². É importante que se faça uma distinção entre os investidores e os detentores dos direitos. Por exemplo, as comunidades locais, que tradicionalmente possuíam, ocupavam e usavam as terras e os recursos dentro de uma área protegida, podem exigir os direitos consuetudinários e/ou legais para tais terras e recursos, baseados numa antiga possessão, continuidade de parentesco, ligações históricas, ligações culturais e dependência directa dos recursos. Não seria justo atribuir a recém-chegados ou utilizadores oportunistas dos recursos os mesmos direitos na partilha dos benefícios.

Um meio eficaz de envolver as comunidades é através de um processo, pelo qual as mesmas analisam as condições, problemas e oportunidades que enfrentam, exploram estratégias e direccionam as suas opções. É essencial dar poder (*empowerment*) às populações e às comunidades locais, no sentido de participarem na organização das áreas protegidas, com vista à condução de uma auto-organização e capacidade de construção, de acordo com as suas necessidades¹⁵³. As comunidades locais e as suas organizações requerem novas capacidades e recursos para poderem assumir novos papéis e responsabilidades¹⁵⁴. Estas relações implicam que todos os indivíduos estejam conscientes das suas habilidades, para poderem reconhecer o que está a acontecer em seus nomes, e que tenham capacidade para expressar as suas necessidades e reacções, de modo a poderem ser ouvidos com respeito. Estas condições implicam a capacidade de “*dar poder*”. O pluralismo e o poder impõem condições rígidas em qualquer sistema representativo.

¹⁴⁹ Cfr. Idem, p. 14.

¹⁵⁰ Cfr. Robert J. Fisher, *Cogestion des forêts pour la conservation et le développement*, IUCN, Forest Conservation Programme, WWF, Forest Programme, Gland, 1995, pp. 2-3.

¹⁵¹ Cfr. Grazia Borrini-Feyerabend, *Collaborative management of protected areas: tailoring the approach to the context*, IUCN, Gland, 1996, p. 12.

¹⁵² Cfr. Robert J. Fisher, “Experiences, Challenges, and Prospects for Collaborative Management of Protected Areas: An International Perspective”, in AA.VV (editado por Louise Buck et al.) *Biological Diversity: Balancing Interests Through Adaptive Collaborative Management*, CRS Press, London, 2001, 83.

¹⁵³ Cfr. Grazia Borrini-Feyerabend et. al., *Indigenous and Local Communities and Protected Areas: Towards Equity and Enhanced Conservation: Guidance on Policy and Practice for Co-managed Protected Areas and Community Conserved Areas*, IUCN, University College, Cardiff, 2004, p. 43.

¹⁵⁴ Cfr. Idem, p. 43.

Em princípio, devem ser aplicadas as seguintes condições:

- 1) *Através de um poder socio-económico, as comunidades conseguem criar uma responsabilidade colectiva para o seu próprio futuro e tornam-se autores do seu próprio desenvolvimento;*
- 2) *Através do empowerment político e educacional, os indivíduos devem ter a capacidade de compreender a democracia e a justiça para a realização das suas ideias e objectivos, e sentir que são capazes de conseguir os níveis desejados de bem-estar;*
- 3) *Através do “empowerment” tecnológico, uma combinação de conhecimento da natureza e habilidades indígenas com as tecnologias e organização, o que irá criar uma combinação inovadora de estilos de utilização dos recursos, que aumentará o bem-estar humano e minimizar as pressões ambientais;*
- 4) *Através do empowerment cultural e espiritual, a percepção do significado da existência humana e a união e a confiança entre as comunidades e sociedades, que vai resultar na percepção de uma finalidade e significado para as suas vidas¹⁵⁵.*

Num estabelecimento de co-administração estão presentes elementos representativos do governo, das comunidades locais e investidores relevantes. Os peritos internacionais nas diferentes áreas dos recursos locais naturais de base, sobretudo no âmbito biológico e ecológico, podem ser vistos como aliados. Se as populações se sentirem confiantes, o resultado poderá redundar em alianças a longo prazo, com vista a desenvolver uma co-administração mais eficaz dos recursos.

As autoridades das áreas protegidas têm um papel fundamental no diálogo com as comunidades locais, devendo utilizar uma linguagem que estas reconheçam, e promover o encorajamento e aconselhamento técnico, bem como o apoio financeiro para ajudar as comunidades a organizarem-se a si próprias¹⁵⁶. A assistência às comunidades passa por discutir soluções, decidir prioridades e estratégias a seguir, identificar os seus representantes, facilitar as informações sobre os membros da comunidade, e, se possível, conseguir um estatuto legal como uma associação local.

1.1. Valores reconhecidos para a aproximação da paisagem protegida

A Comissão Mundial em Áreas Protegidas da UICN tem como objectivo a promoção dos valores culturais e espirituais, que definem, como herança intangível, o “*valor intrínseco da natureza, bem como aquilo que enriquece os aspectos criativos, intelectuais, psicológicos, emocionais, espirituais e*

¹⁵⁵ Cfr. Timothy O’Riordan & Susanne Stoll-Kleemann, *Biodiversity, Sustainability and Human Communities: Protecting Beyond the Protected*, Cambridge University Press, Cambridge, 2002, pp. 91-92 (trad. minha).

¹⁵⁶ Cfr. Elliott A. Norse, *Global Marine Biological Diversity: A Strategy for Building Conservation Into Decision Making*, Center for Marine Conservation, Island Press, Washington, 1993, p. 170.



culturais da existência humana e do bem-estar¹⁵⁷. Em muitos casos, as definições de diferentes valores intangíveis coincidem. O objectivo aqui é identificar os conceitos mais importantes que estes diferentes termos procuraram transmitir. David Harmon e Allen D. Putney criam uma tipologia de onze valores intangíveis, que incluem os valores artísticos e identitários, entre outros. Esta tipologia de valores intangíveis complementa uma lista seleccionada dos mesmos:

- 1) *Valores recreativos: as qualidades intrínsecas de áreas naturais que interagem com as pessoas para restaurar, renovar ou criar de novo, através da estimulação e exercício da mente, corpo e alma (isto é, re-criação);*
- 2) *Valores espirituais: aquelas qualidades que as áreas protegidas inspiram aos seres humanos para se relacionarem com reverência à sacralidade da natureza;*
- 3) *Valores culturais: as qualidades tanto positivas, como negativas, atribuídas a locais naturais, culturais e mistos por diferentes grupos sociais, tradições, crenças, ou sistemas de valores que preenchem a necessidade da humanidade de compreender e fazer a ligação em vias significativas ao ambiente de origem e o resto da natureza;*
- 4) *Valores de identidade: aqueles locais naturais que ligam as pessoas à sua paisagem através do mito, lenda ou história;*
- 5) *Valores existenciais: a satisfação e importância simbólica, derivado pelo facto de saberem que paisagens importantes, quer natural, quer culturalmente, têm sido protegidas, e existem como espaços físicos e conceptuais, onde todas as formas de vida e cultura são valorizadas e consideradas sagradas;*
- 6) *Valores artísticos: as qualidades da natureza que inspiram a imaginação humana para a expressão criativa;*
- 7) *Valores estéticos: apreciação da harmonia, beleza e significado profundo encontrado na natureza;*
- 8) *Valores educacionais: as qualidades da natureza que inspiram o observador atento, no que diz respeito à relação humana com o ambiente natural, e, por extensão às relações entre as pessoas, gerando assim o respeito e compreensão;*
- 9) *Valores de investigação e instrução: a função das áreas naturais como refúgios, marcos e referências, que fornecem pistas aos cientistas e outras pessoas interessadas no assunto, para estudo de locais naturais menos influenciados por mudanças e conversões induzidas pelo homem;*

¹⁵⁷ Apud Nora Mitchell et al., "Conclusions – the protected landscape approach: conservation for a sustainable future", in AA.VV (Organizadores Jessica Brown, Nora Mitchell, Michael Beresford), *The Protected Landscape Approach: Linking Nature, Culture and Community*, IUCN World Commission on Protected Areas, Cambridge, 2005, p. 239.

- 10) *Valores de paz: a função das áreas protegidas de incentivar a paz e estabilidade na região, através de uma organização cooperativa, ao longo de fronteiras terrestres ou marítimas (áreas de conservação transfronteiras), ou como “espaços interculturais”, para o desenvolvimento da compreensão entre as sociedades tradicionais e modernas, ou entre diferentes culturas;*
- 11) *Valores terapêuticos: a relação entre as pessoas e o ambiente em áreas protegidas, que cria o potencial para curar ou melhorar o bem-estar físico e psicológico*¹⁵⁸.

Os financiadores e comissários das áreas de conservação encontram-se, desde diferentes níveis de governo e ONGs, até proprietários e comunidades. As parcerias multi-sectoriais e de diferentes níveis, são essenciais para uma aproximação à conservação inclusiva e participatória. A solução encontra-se no envolvimento das comunidades locais. Barrow e Pathak sublinham que *“onde as comunidades locais foram mobilizadas e envolvidas responsabilmente, ajudou frequentemente a salvar uma área protegida ou outro habitat de vida selvagem, com muito mais eficácia do que se a acção fosse proposta unicamente pelo governo”*¹⁵⁹. Os padrões tradicionais de utilização da terra, que têm criado muitas paisagens culturais do mundo, contribuem para a biodiversidade, apoiam processos ecológicos, provêm importantes serviços ambientais, e têm-se mostrado sustentáveis ao longo dos séculos. As paisagens protegidas podem servir como modelos vivos do uso da terra e dos seus recursos, e dão importantes lições do desenvolvimento sustentável.

1.2. Integrar práticas e conhecimentos locais/tradicionais e nacionais/modernos

Em áreas com profundas tradições de organização dos recursos naturais, torna-se necessário a adopção de práticas e políticas locais/tradicionais e nacionais/modernos, nas quais as agências das áreas protegidas possam estudar os valores de conservação da comunidade, os conhecimentos, habilidades, recursos e instituições, de modo a compreender os diferentes valores ou sistemas de crenças. Os resultados deveriam ser discutidos entre as partes interessadas, começando pelos próprios detentores do conhecimento tradicional. É importante considerar o planeamento, como e quando os sistemas de organização dos recursos naturais podem ser adaptados ao conhecimento científico, no sentido de solucionar os problemas concretos da comunidade em cada área protegida.

As comunidades podem ser envolvidas nas tomadas de decisão, fazendo parte de um corpo técnico autorizado, para desenvolver planos, leis e regulamentos das áreas protegidas. É essencial a existência de um fórum para a comunicação, de modo a facilitar o processo de negociação, no que respeita à conservação e uso dos recursos, arrendamentos e incentivos financeiros.

¹⁵⁸ David Harmon & Allen D. Putney, *The Full Value of Parks: From Economics to the Intangible*, Rowman & Littlefield, 2003, Lanham, pp. 7-8. (Trad. Minha).

¹⁵⁹ Apud Nora Mitchell, et al., *op. cit.*, p. 239.



A negociação de planos de co-organização devem ser vistos como um processo, no qual os trabalhadores das áreas protegidas e as comunidades locais planeiam e implementam actividades em conjunto, fazendo no final o balanço dos custos e benefícios da gestão de uma área protegida, no sentido de definir políticas apropriadas, em subseqüentes planos de co-administração.

Em determinados países, foi possível, no passado, impôr o estatuto de áreas protegidas, retirando dessas áreas os habitantes locais, sem qualquer forma de consulta, acordo ou compensação. A restituição da terra e dos recursos pode ser acompanhada pelo apoio às comunidades, para que estas possam organizar novas formas de conservação. As comunidades locais deixam de ser meros participantes nas iniciativas, passando a ser agentes autónomos e responsáveis, que utilizam uma variedade de meios, desenvolvem as suas próprias iniciativas de conservação e decidem se é, ou não vantajoso, aceitar as formas de apoio e incentivos que o governo, instituições ou ONG's lhes proporcionam.

A aprendizagem contínua é o passo necessário da organização em áreas protegidas, que passa pelo aumento do conhecimento e capacidades técnicas relevantes das equipas das áreas protegidas. É necessário apelar para o poder de iniciativa, capacidade de relacionamento com os locais e ecossistemas de vida selvagem.

Muitas vezes, quando uma área protegida ainda não está definida, as autoridades nacionais tratam de apressar decisões, como por exemplo, assinar um acordo com doadores internacionais, e pôr de lado as reuniões de negociação com os representantes das comunidades locais, desrespeitando suas próprias capacidades, prioridades e valores.

Um regime de co-organização deve seguir as suas crenças e valores. Quanto mais os agentes da co-gestão investirem em processos de aprendizagem conjunta, mais a sua colaboração é conseguida de forma relevante e efectiva. Os benefícios da aprendizagem institucional de relações, baseadas no respeito mútuo, constituem um passo para o sucesso. Isto pode ser promovido a um nível individual da área protegida, através de uma monitorização participativa e exercícios de avaliação. Pode também ser encorajado, através do uso de uma atitude de abertura à aprendizagem, partilhada entre os locais em circunstâncias similares. O trabalho de rede, a troca de oportunidades e experiências, constituem um elemento de apoio, tanto para os agentes de conservação como para os seus parceiros, a maior parte dos quais representantes de comunidades envolvidas na co-gestão de áreas protegidas.

A aprendizagem em trabalho de rede, em particular, pode ser promovida entre os gestores de áreas protegidas e áreas conservadas da comunidade que irá beneficiar, tanto da conjuntura biológica, como do desenvolvimento de novas linhas de apoio social e técnico. Estes trabalhos de rede, podem ser promovidos a nível regional, nacional e internacional. Impulsos de mudanças metodológicas, como, por exemplo, os trabalhos de rede, executados por profissionais, incluíram na UICN o apoio a programas de mudança, que abrangiam áreas protegidas em diferentes regiões.

Envolvendo as equipas da área protegida, as comunidades e financiadores relevantes, numa inspecção dos trabalhos realizados na área protegida, podem ajudar a clarificar resultados e identificar oportunidades para uma acção conjunta. Muitas destas revisões tinham a ver com resultados do ambiente, mas podem também incluir práticas de gestão e aproximações (por exemplo através da aplicação do critério de boa governação). Uma opção interessante, recentemente proposta, considera importante uma inspecção regional e internacional de práticas de gestão, adoptadas em áreas protegidas. Tais inspecções deveriam ser adoptadas positivamente, com vista a promover-se a obtenção de um rótulo de qualidade às áreas de protecção mais bem geridas, e não segregar as que têm resultados mais fracos. Isto representa uma proposta poderosa, através da qual, a eficácia da boa gestão se poderá transformar, mais amplamente compreendida e promovida, para o benefício dos grupos/partidos de todas as áreas protegidas.

2. O papel das Organizações Não-Governamentais que actuam no âmbito da monitorização dos recursos naturais no Arquipélago dos Bijagós

As ONGs estão actualmente a desenvolver programas de gestão de recursos de forma mais sustentável e a restaurar os ecossistemas degradados. Os pescadores residentes devem ter a garantia de direitos especiais de acesso. É necessária uma estreita colaboração com a administração e as agências de cooperação para o desenvolvimento, visando a optimização dos recursos.

As principais ONG's nacionais que actuam no Arquipélago dos Bijagós no âmbito da monitorização dos recursos naturais são: *Tiniguena*, *Acção para o Desenvolvimento (AD)* *Ton'joron*, *Nantinyan*, *ADIM*, *Tankakan*, *ADEMA*, *Biligert*, *Fashpebi*, *Totokan* e *Tepenny*. Quanto às ONG's internacionais destacam-se a *UICN*, a *FIBA*, *NOE Conservation*, a *MAVA*, *CBD Habitat* e a *Swissaid*.

A *Tiniguena* (Esta terra é nossa), a *UICN* (União Internacional para a Conservação da Natureza), e a *FIBA* (Fundação Internacional do Banc d'Arguin) actuam no arquipélago, em colaboração com as tabancas (aldeias) bijagós, para a restauração dos ecossistemas degradados e a gestão de recursos de forma mais sustentável. Cada proposta é apresentada à assembleia dos régulos e à população. Os seus objectivos são essencialmente a educação, a prevenção sanitária, a defesa do meio ambiente e a gestão dos recursos naturais, de modo a assegurar o desenvolvimento duradouro do arquipélago e ajudar as populações a assegurar o respeito pelos seus costumes e pelo meio ambiente. Vejamos então, algumas destas ONG's:

- 1. Nantinyan:** no dialecto bijagó significa: "Ajudem-nos". ONG sem fins lucrativos, laica, filantrópica, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, possuindo a sua sede principal em Bubaque (ponto estratégico e centro do Arquipélago dos Bijagós), que coordena as actividades no terreno e uma Delegacia Central em Bissau, que funciona como Centro de Coordenação das actividades centrais e estratégicas da Organização;

2. **Palmeirinha - Grupo de Apoio à Educação e Comunicação Ambiental:** Em 2007, estabelecida através da IUCN da Guiné-Bissau, levou a cabo um projecto de educação pública, denominado “*Para melhor administração da biodiversidade e dos recursos naturais*”, em que foram divulgadas informações através da rádio, visitas a escolas, debates sobre a vida animal, etc em várias ilhas do arquipélago.
3. **Tiniguena – “Esta terra é nossa”:** criada a 5 de Junho de 1991, por um grupo de 6 quadros que quiseram, desta forma, dar o seu contributo para a promoção de um desenvolvimento participativo e durável. “Esta terra é Nossa”, é o significado da palavra “Tiniguena” em Cassanga, uma etnia do norte da Guiné-Bissau actualmente ameaçada de extinção;
4. **Organização para a Defesa e o Desenvolvimento das Zonas Húmidas na Guiné-Bissau (ODZH):** criada em Julho de 2002, sob a égide do projecto de cooperação Wetlands International/Cooperação Trilateral para o Mar de Wadden. É uma organização não governamental, fundada por entidades nacionais, que trabalham na investigação e conservação das zonas húmidas e das aves aquáticas;
5. **Swissaid:** fundada em 1948, é uma das principais organizações de ajuda, envolvidas em projectos de desenvolvimento cooperativo em nove países, entre os quais a Guiné-Bissau. A Swissaid procura intervir nas políticas de desenvolvimento e informar sobre as causas da pobreza e subdesenvolvimento;
6. **Fundação Internacional de Banc d’Arguin (FIBA):** ONG sedeadada em Nouakchott, na Mauritânia. Apoia actividades de investigação e analisa os factores de evolução e os meios de utilização das áreas costeiras e dos recursos marinhos. A FIBA ajuda, técnica e financeiramente, a reserva da biosfera no Arquipélago Bolama-Bijagós, nomeadamente o Parque Nacional de João Vieira Poilão e o Parque Nacional de Orango;
7. **União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN):** Fundada em 1948, com sede em Gland, Suíça, reúne actualmente 84 países, 112 agências de governo, 735 ONGs e milhares de especialistas e cientistas de 181 países. É considerada a principal organização internacional de conservação da natureza, que tem trabalhado na Guiné-Bissau. A UICN tem por missão da influenciar, encorajar e assistir sociedades em todo o mundo, na conservação da integridade e biodiversidade da natureza, e assegurar, que todo e qualquer uso dos recursos naturais, seja equitativo e ecologicamente sustentável. No arquipélago dos Bijagós, a UICN tem liderado e/ou coordenado um vasto leque de actividades de pesquisa, de conservação e de divulgação em todo o país, a partir da sua sede em Bissau, em estreita colaboração com as entidades governamentais e outras ONGs. A UICN tem apoiado iniciativas relacionadas com a monitorização de zonas húmidas e aves aquáticas, especialmente na Cufada e nos Arquipélago dos Bijagós.



É importante referir ainda o trabalho desenvolvido entre 2001 e 2003 pela ONG Wetlands International no arquipélago dos Bijagós, com o projecto intitulado “Waden Sea Project”, que abrangia os seguintes parceiros: ODZH (Organização para a defesa e desenvolvimento nas zonas húmidas), CESAG (Centro de Estudo e Seguimento de Aves na Guiné-Bissau), o CECA (Centro de Educação e Comunicação Ambiental), o CDPIIL (Centro de Promoção do Desenvolvimento das Iniciativas Locais), o Centro de Estudo e Seguimento da Fauna e da Flora (CESFF), o Gabinete de Planificação Costeira (GPC), a BirdLife International e o Common Wadden Sea Secretariat. O principal objectivo deste trabalho, visava trabalhar conjuntamente pela conservação do mar de Waden na Europa e as zonas entre correntes da Guiné-Bissau, em particular no Arquipélago dos Bijagós, com base em sólidas ligações ecológicas, existentes nestas duas zonas¹⁶⁰.

Embora não actuando no âmbito da monitorização dos recursos naturais, existem outras ONGs, que têm vindo a desenvolver um importante trabalho, no apoio às populações do arquipélago. Destaco, por exemplo, a Fundação AML, o Instituto Marquês Vale Flor, a Île de Paix e a Coopération Néerlandaise.

Em Julho de 2007, a ONG Palmeirinha, estabelecida através da IUCN da Guiné-Bissau, levou a cabo um projecto de educação pública, denominado “*Para melhor administração da biodiversidade e dos recursos naturais*”, em que foram divulgadas informações, através da rádio, visitas a escolas, debates sobre a vida animal, etc. Além disso, o PRCM (Regional Coastal and Marine Conservation Program) organiza, continuamente, acções de formação com as ONGs e os governos dos países costeiros da África Ocidental visando a conservação e o desenvolvimento sustentável. Há ainda a destacar o importante contributo do *Centro de Estudo e Seguimento das Aves na Guiné-Bissau (CESAG)*, criado em Setembro de 2000, que engloba técnicos de várias instituições e voluntários de diversos sectores da sociedade.

A Área Marinha Protegida (AMP) Comunitária do Complexo das Ilhas Urok (Formosa, Nago e Chedia), organizou em 06 de Julho de 2008 em Abu (Formosa) a sua 7.ª Assembleia Geral¹⁶¹. Este encontro anual constitui, não somente uma ocasião para analisar a situação e os aspectos ligados à gestão das Áreas Marinhas Protegidas e de outras actividades em curso na zona, mas também de propôr e validar eventuais medidas de gestão dos recursos na AMP. Os participantes discutiram primeiramente o balanço técnico e financeiro das actividades realizadas em 2007, nomeadamente o apoio aos pescadores, a vigilância marítima, o reforço das estruturas de gestão, o apoio à educação, a comunicação ambiental, a promoção de produtos locais e o apoio ao transporte entre ilhas. Uma proposta de regulamento interno foi igualmente discutida. No decurso desta assembleia, os resultados e as recomendações de avaliação externa do “*Projecto de gestão participativa dos recursos costeiros das ilhas Urok*”, executada pela ONG Tiniguena, com o apoio técnico e Financeiro da FIBA (Fundação

¹⁶⁰ Para mais informações sobre a Waden Sea Project, vide <http://global.wetlands.org/Whatwedo/AllourProjects/tabid/59/mod/601/articleType/ArticleView/articleId/1947/Wadden-Sea-Project.aspx> - Consultado em 15 de Novembro de 2008.

¹⁶¹ Foundation Internationale du Banc d’Arguin, 7ème AG de l’AMP communautaire des îles Urok (Guinée-Bissau), in http://www.lafiba.org/fr/actualites/archives/7eme_ag_de_l_amp_communautaire_des_iles_urok_guinee_bissau - consultado em 04 de Novembro de 2008.



Internacional do Banc d'Arguin), foram apresentadas às comunidades. A comissão técnica da AMP apresentou igualmente recomendações, ligadas a esta avaliação.

A AMP comunitária das ilhas Urok foi oficialmente criada em 2005, após um longo processo de negociação entre os diferentes actores locais e sob a coordenação da ONG Tiniguena. Cerca de uma centena de representantes das comunidades das três ilhas, que constituem o complexo de Urok, participaram nos trabalhos desta assembleia, na qual estiveram presentes os representantes das instituições estatais e dos serviços técnicos, implicados na conservação da biodiversidade e gestão dos recursos, nomeadamente o Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas (IBAP), da Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós (RBABB), do Gabinete de Planificação Costeira, do Serviço de Fiscalização de Pesca (FISCAP), do Centro de Investigação de Pesca Aplicada (CIPA), bem como a administração local. Todas estas parceiras se comprometeram no envolvimento activo e no apoio aos esforços das comunidades das ilhas Urok e da ONG Tiniguena, principal animador do processo, com vista a consolidar a experiência da governação participativa e a reforçar a cooperação institucional no estabelecimento e gestão concertada da AMP comunitária das ilhas Urok.

O objectivo deste projecto, desencadeado pela ONG Tiniguena, consiste em reforçar o processo de apropriação e de gestão participativa e durável dos recursos naturais e da diversidade biológica da zona costeira das ilhas Urok, para benefício das populações residentes e do país. O projecto visa, essencialmente, apoiar as populações residentes para pôr em prática o plano de gestão da Área Marinha Protegida (AMP) Urok, promover um crescimento significativo das receitas e da qualidade de vida das comunidades residentes das ilhas Urok, e implementar uma animação cultural intensiva, para acompanhar as transformações sociais que se operam no seio das comunidades, em particular junto dos jovens. Por último, o projecto visa, também, o aproveitamento das lições, em prol da dinâmica envolvida e de iniciativa semelhantes na Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós (RBABB)¹⁶².

O *Conselho de Gestão* dos Parques Nacionais de João Vieira Poilão e Orango, representantes das comunidades locais, de administração dos serviços técnicos e da sociedade civil, têm vindo a debater a situação dos dois parques e das actividades e programas, de modo a melhorar a governação dos dois parques, a eficácia das medidas de gestão, onde a fiscalização, a colaboração das autoridades e o nível de informação e sensibilização são utilizadas. Neste caso, um apoio em organização e gestão dos stocks de mercadorias permitiu às comunidades melhorar a gestão das lojas de mercado comunitárias nas aldeias de Mengue e Ambaro, na ilha de Canhabaque, através da implementação de controle adaptados. No parque nacional de Orango, as comunidades ribeirinhas da lagoa de Ângor efectuaram reuniões de reflexão sobre o desenvolvimento do ecoturismo em torno dos hipópotamos. Foram formados estruturas de gestão e aprovado um calendário de actividades. A formação de agentes do Parque tem sido feita, sobretudo, no domínio de reconhecimento das colónias de aves. O

¹⁶² Foundation Internationale du Banc d'Arguin, Gestion participative des ressources côtières des îles Urok, archipel des Bijagos, Guinée-Bissau, in http://www.lafiba.org/fr/le_programme/amp_afrique_de_l_ouest/iles_d_urok_guinee_bissau - consultado em 04 de Novembro de 2008.



modelo ecológico é também utilizado nas missões de observação das aves aquáticas e recolha de fotos de espécies de peixes presentes no parque, com vista à publicação de um catálogo.

As missões de fiscalização conseguiram dissuadir, e, em muitos casos, interceptar embarcações que pescavam ilegalmente no interior do parque, a maior parte das quais, originárias de países vizinhos. Realizaram-se esforços em colaboração com a administração local, com vista a expulsar pescadores ilegalmente instalados em acampamentos na zona central do Parque Nacional de Orango.

Nestes últimos anos, múltiplos micro-projectos diversificados foram lançados, fazendo apelo às ONG's e departamentos de estado especializados. Estes micro-projectos têm permitido multiplicar as fontes de rendimentos, e consolidar, deste modo, a economia local.

O sistema de crédito para os micro-projectos posto em prática mobilizou a população e funcionou, em alguns casos, de forma eficaz, sobretudo graças aos seus princípios de aplicação simples. Em primeiro lugar, conseguiu estender-se a um grande número de actividades económicas (pesca, valorização dos produtos, horticultura e de comercialização), e em segundo, constituir um apoio aos pescadores, conduzindo a um dinamismo mais vasto, e beneficiando progressivamente um grande número de pessoas da comunidade.

A diversificação das actividades e a sua apropriação pela comunidade, por exemplo, a comercialização do peixe e do óleo de palma, conduziu, espontaneamente, ao estabelecimento de um mercado semanal em algumas ilhas do arquipélago.

A UICN desenvolveu um projecto de alfabetização para adultos na Guiné-Bissau, e viu a sua acção oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação Nacional em 1996. Por outro lado, após ministrada a alfabetização de adultos, uma colaboração entre os ministérios permitiu incentivar a realização de trabalhos temáticos (pesca, tecnologias melhoradas, entre outros), que passaram a ser utilizados à escala nacional¹⁶³.

O conjunto destas actividades tem cimentado a confiança nas populações. Isto conduziu, por um lado, a uma maior confiança nas instituições governamentais e, por outro, nas organizações de base, capazes de gerir os seus recursos.

Contudo, numerosos projectos, sobretudo os da pesca, fracassaram, porque o isolamento das ilhas, entre elas, e em relação ao continente, acrescido à escassez, em termos de serviços de saúde, educação e transportes, constituiu um forte entrave ao desenvolvimento económico. Para além disso, a fraca implicação das instituições governamentais, não tem permitido garantir a viabilidade deste tipo de iniciativas. Alguns dos projectos postos em prática na Região de Bolama-Bijagós falharam nos seus objectivos e recursos utilizados. Said e Ferraz (1996: 28) resumem as principais causas destes insucessos:

¹⁶³ Cfr. Eric Baran e Phillipe Tous, *op. cit.*, p. 27.



1. *Falta de planificação regional na elaboração de projectos de desenvolvimento e integração insuficiente entre as actividades dos diferentes projectos e instituições;*
2. *Falta de participação efectiva da população-alvo na escolha de prioridades e sobretudo na falta de comunicação entre os projectos, as instituições e a população;*
3. *Ausência de mecanismos de regulamento de conflitos e de tomada de decisões (no plano prático e jurídico) na utilização dos recursos naturais.*

As ONGs existentes na Guiné-Bissau são incapazes de assegurar eficazmente, a uma grande escala, uma sequência de projectos, o que lhe permitiria, em determinado tempo, desligar-se da UICN¹⁶⁴. No entanto, o trabalho desenvolvido por estas ONGs e por outras associações locais, muitas vezes implementando programas de preservação e de protecção em parceria, tem-se revelado de importância determinante, privilegiando a vertente pedagógica em área protegida, envolvendo grupos comunitários na prossecução de acções diversificadas de sensibilização e de programas de formação específicos. Estas medidas são consideradas dinamizadoras de mudanças e mobilizadoras de esforços, revelando preocupação com a sustentabilidade, promovendo alterações nos hábitos de consumo e nas práticas culturais das comunidades, adaptando as mentalidades às necessidades locais e aos riscos ambientais.

Por mais de 20 anos, doadores como a Cooperação Japonesa, a Cooperação Francesa, a União Europeia e o Banco Africano para o Desenvolvimento, financiaram, em larga escala, o desenvolvimento das pescas, com efeitos positivos na segurança, emprego e alimentação. Contudo, a implementação destes vários projectos, conduziram a um crescimento exponencial da capacidade de pesca em pequena escala, em particular na periferia das Áreas Marinhas Protegidas. Uma vez que, os pescadores e as suas comunidades, constituem os principais consumidores dos recursos costeiros, deveriam também usufruir de um papel mais significativo na implementação de acções sobre a administração da pesca.

¹⁶⁴ Idem, p. 37.

Conclusão

As normas sociais das aldeias bijagós sofreram nos últimos anos profundas transformações. Os numerosos contactos culturais e as sucessivas mudanças da situação política e económica desde o período pós-independência, reflectiram-se nas suas comunidades. O arquipélago tem vindo a ser penalizado pela situação contemporânea, sobretudo no que respeita à sobreexploração dos recursos da pesca e do turismo. O potencial das ilhas para a economia depende da manutenção dos seus primitivos ecossistemas.

O espaço do Arquipélago dos Bijagós articula-se, ainda hoje, em conformidade com preceitos culturais, adaptados às práticas tradicionais da agricultura, pecuária, pesca e colecta de moluscos. As chefias tradicionais desempenham um importante papel na organização do território, na discriminação da utilização do espaço e no aproveitamento do solo e dos recursos naturais, sempre apelando para uma sanção mística, consubstanciada no representante do clã proprietário de cada ilha (o uamotó ou odomotó), que não corresponde necessariamente a uma pessoa, mas sim ao seu espírito.

O sistema tradicional da propriedade bijagó tem vindo a sofrer alterações desde a época colonial. Nestas últimas décadas, tem-se registado uma tentativa de adaptação deste sistema nos vários sectores das actividades sociais. Uma série de práticas tradicionais tendem a proteger o trabalho das famílias rurais e promover uma cooperação económica na aldeia. Todos os seus habitantes têm direito à posse de uma terra. Estas concessões já eram praticadas na época colonial. Os proprietários destas fornecem materiais aos agricultores locais, para desenvolverem a sua actividade, em troca de salário ou de uma percentagem nos lucros.

O apelo à tradição por parte dos mais velhos é, hoje, contestado pelos jovens, que abandonam as aldeias para viver na cidade, uma vez que se opõem às normas e instituições tradicionais, que impedem a realização das suas ambições e o desenvolvimento social e económico do arquipélago. O pagamento aos anciãos (*paga garandeza*) e os rituais de iniciação têm vindo a ser constantemente adiados, por pressão governamental, de modo a evitar interrupções nas actividades escolares e de subsistência.

Nestas últimas décadas, o acesso à escola e o afastamento do meio rural tem constituído um instrumento de acesso ao poder urbano, político, à promoção no estatuto social e económico. A escolaridade tem vindo a ser apercebida como um importante elemento de sobrevivência e de posição social.

Relativamente à gestão do espaço e salvaguarda do meio ambiente, o arquipélago constitui desde 1996, uma Reserva da Biosfera, tendo surgido da necessidade de salvaguardar a fauna e a flora na sua mais ampla biodiversidade. Com esta finalidade o Estado da Guiné-Bissau criou dois Parques Nacionais em duas zonas ou grupos de ilhas: o grupo sul de Orango (Parque Nacional de Orango



(PNO), centro de hipopótamos de água salgada e o grupo leste de João Vieira Poilão (Parque Nacional de João Vieira Poilão (PNMJVP), centro de tartarugas marinhas e ainda, uma Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Formosa, Nago e Tchedia (Urok). O governo preocupa-se em planear e proteger a flora e a fauna para a conservação das espécies raras (como é o caso das tartaruga bebé) e garantir os recursos genéticos necessários às gerações futuras.

A gestão espaço tradicional está integrada nos valores, comportamentos e atitudes dos bijagós, o que permitiu que estes vivessem durante séculos num ambiente saudável. Este comportamento é verificado pelos ambientalistas e pelos turistas que visitam as ilhas. A gestão tradicional tem sido adequada na salvaguarda do meio ambiente. Contudo, muitas vezes o Governo e as Organizações Não-Governamentais nacionais e internacionais não o fazem de forma articulada, o que leva a que alguns dos projectos de desenvolvimento caminhem em sentido contrário. Uma vez que as Reservas da Biosfera assentam em conceitos de durabilidade e gestão, é fundamental que as sociedades autóctones participem em todas as etapas e que estejam fortemente implicadas no processo de decisão, desde a sua criação até à gestão e vigilância contínua. A conservação é um meio de garantir a utilização duradoura dos recursos, a que se associa a investigação (para melhorar a compreensão do sistema) e a educação-comunicação (para tornar a informação acessível tanto aos responsáveis da gestão, como às populações e aos utilizadores).

O pedido do Estado da Guiné-Bissau, e a aceitação, por parte da UNESCO, da designação do Arquipélago como uma Reserva da Biosfera, traduzem o reconhecimento da importância e do valor desta região a nível internacional. Além disso, a implantação da Reserva pode ajudar o governo (e indirectamente a população) a respeitar os compromissos fundamentais: melhoramento da gestão da região em, cooperação com as sociedades tradicionais e organizações locais, especialmente no que diz respeito à conservação e desenvolvimento; definição jurídica das áreas protegidas, investigações que visam avaliar e sustentar as evoluções naturais; apoio à comunicação-educação, com a finalidade de difundir as informações e conhecimentos tradicionais. Deste modo, poderá ser possível coadunar outros mecanismos de participação popular. A Guiné-Bissau considera que o Arquipélago dos Bijagós venha a constituir Património Mundial da UNESCO.

Um sistema de co-gestão deve seguir as suas crenças e valores. Quanto mais os intervenientes investirem em processos de aprendizagem conjunta, mais a sua colaboração é conseguida, de forma relevante e efectiva. Um balanço deve ser aprofundado entre o significado local e os valores que enriquecem e melhoram o bem-estar, preservando valores maiores, tais como o respeito pela diversidade biológica e os direitos humanos.

O estabelecimento de uma co-gestão nas Áreas Marinhas Protegidas (AMP) é determinado pelo que os actores locais consideram importante, e que pode afectar as suas vidas. Os resultados da co-gestão devem ser tangíveis, no sentido de que as partes relevantes consigam compreender se o acordo que têm estado a desenvolver resolve de facto, os seus problemas. Nas iniciativas de educação continuada, isto pode incluir sessões de treino convencional, em particular para aumentar o



conhecimento dos valores de conservação da comunidade, aprendizagem, habilidades, recursos e instituições. A aprendizagem de campo, trocas entre profissionais envolvidos e o “aprender, fazendo” no trabalho, são os métodos mais eficientes.

A difusão de ONG’s nacionais na Guiné Bissau é um exemplo da função de estruturação socio-profissional das organizações e associações sociais. O crescimento é alimentado pelo papel dominante das ONG’s Internacionais, que notificaram as carências na Guiné-Bissau nos últimos anos. O papel dominante dessas ONG’s explica uma conotação conservacionista, que privilegia acções a que o desenvolvimento sustentável se refere, tais como a criação de Parques Nacionais, promoção de organização participativa e técnicas adaptadas para a exploração sustentável e desenvolvimento da herança cultural.

Com vista a realizar as apostas e responder às saídas de desenvolvimento emergente na região, a IUCN deveria, na sua acção futura, colocar um ênfase especial na redução da pobreza, no desenvolvimento e na gestão sustentável dos recursos partilhados. O contexto corrente da África Ocidental oferece muitas oportunidades para o sucesso de tal aproximação.

A cooperação entre as agências internacionais de conservação, como a UNESCO e a UICN e outras, através de programas de conservação marinha, da costa regional e de investimentos internacionais, deveria resultar num desenvolvimento de uma indústria piscatória sustentável. O desenvolvimento poderia permitir ao povo bijagó continuar o seu modo de vida tradicional, ao mesmo tempo que beneficiavam de um crescimento económico.

Os projectos de baixo teor financeiro permitem satisfazer as preocupações quotidianas das populações, sem provocar alterações nas estruturas tradicionais, no seu funcionamento e produção. O desenvolvimento não pode, nem deve efectuar-se, senão em conformidade com o respeito aos valores locais e à participação da população. Desde então, torna-se evidente que o desenvolvimento não é tanto quantitativo, mas sim qualitativo.

O Ecoturismo, implementado correctamente, poderia vir a constituir um meio de minimizar a pobreza dos habitantes das ilhas, sem sacrificar os seus locais sagrados e os recursos naturais. O arquipélago dos Bijagós é um dos poucos locais do mundo, onde podem ver-se hipopótamos a nadar no oceano. O mar é também o lar de cinco espécies de tartarugas marinhas e de raras aves migratórias. Isto poderia atrair turistas interessados em “*turismo de aventura*” e de contemplação da natureza.

O desenvolvimento económico sustentável constitui o principal desafio para a Guiné-Bissau, caso o país consiga obter as condições necessárias à protecção da população e do ambiente, e receber a necessária atenção das instituições internacionais e da União Europeia.

A temática ambiental deverá ser formalmente integrada nos programas oficiais do sistema educativo para os grupos mais jovens. Por outro lado, a divulgação de informação sobre a preservação ambiental e a protecção de espécies, principalmente no que respeita a medidas, acções específicas e



procedimentos adequados a tomar em situações concretas, deverá ter uma maior abrangência, para aumentar na população o nível de consciência ambiental.



Bibliografia

- ANILDO, Cruz Graciano, “Direito do Ambiente e Teoria da Normaçoão na Guiné-Bissau: de uma teoria do Direito do Ambiente guineense ao seu contributo para a teoria e prática da normaçoão na Guiné-Bissau”, in AA.VV (Edição de Maurício Cysne e Teresa Amador) *Direito do Ambiente e Redaçção Normativa: Teoria e prática nos países lusófonos*, Bona, The World Conservation Union (IUCN), Bona, 2000, pp. 123-147.
- AUZIAS, Dominique & GAZEL, Alexandra, *République de Guinée*, Guinée-Bissau, Pétit Futé, Paris, 2006.
- BARAN, Eric & TOUS, Phillipe, *Pêche artisanale, développement et cogestion des ressources: analyse d’un succès en Afrique de l’Ouest*, IUCN, Cambridge, 2000.
- BARBIER, Jean Paul, Jacques Kerchache, *Sculptures: Africa, Asia, Oceania, Americas*, Musée du quai Branly, Paris, 2001.
- BARROS, Domingos de, “La Gestion Durable des Pêcheries dans L’Archipel des Bijagos et dans le Rio Grande de Buba”, in AA.VV (Organizaçoão de Hendrike A. Van de Linde e Melissa H. Danskin), *Enhancing Sustainability: Resources for Our Future*, Proceedings of a Workshop Held at the World Conservation Congress Organised by the Sustainable Use Initiative, 17-20 October 1996, Montreal, Canada Sustainable Use Initiative (Organization), IUCN Publishing, 1998, pp. 57-74.
- BARROS, Marcelino Marques de, “*Guiné Portuguesa ou breve notícia sobre alguns dos seus usos, costumes, língua e origem dos seus povos*”, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 3.ª Série, n.º 12, Lisboa, 1882.
- BATISSE, Michel, “Development and Implementation of the Biosphere Reserve Concept and its Applicability to Coastal Regions”, in AA.VV (ed. Andrew Price e Sarah Humphrey), *Application of the Biosphere Reserve Concept to Coastal Marine Areas: papers presented at the UNESCO/IUCN San Francisco Workshop of 14-20 August 1989*, San Francisco, IUCN, The World Conservation Union, Cambridge, 1993, p. 1-12.
- BELTRAN, Gonzalo Aguirre, “The Rivers of Guinea, The Journal of Negro History”, vol. 31, n.º 3. (Jul. 1946), Association for the Study of African-American Life and History, Washington, 1946, pp. 290-316.
- BESSA, António Marques, *Quem Governa?*, ISCSP/UTL, Lisboa, 1993.
- BRAILLARD, Philippe, *Teoria das Relações Internacionais*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1990.
- BRUCE, John W. et al., *A New Land Law for Guinea Bissau: Needs and opportunities. Report prepared for USAID/Guinea Bissau*, Madison, Land Tenure Center, University of Wisconsin, Wisconsin, 1992.



- BORDONARO, Lorenzo Ibrahim, *Living at the Margins - Youth and Modernity in the Bijagó Islands*, ISCTE, Lisboa, 2006, Dissertação de Doutoramento.
- BORDONARO, Lorenzo Ibrahim & PUSSETTI, Chiara Gemma, “Da utopia da migração à nostalgia dos migrantes: percursos migratórios entre Bubaque (Guiné-Bissau) e Lisboa”, in AA.VV (Organizadores Antónia Pedrosa Lima e Ramon Sarró), *Terrenos Metropolitanos: ensaios sobre produção etnográfica*, Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, 2006, pp.125-153.
- BORRINI-FAYERABEND, Grazia, *Collaborative management of protected areas : tailoring the approach to the context*, IUCN, Gland, 1996.
- BORRINI-FAYERABEND, Grazia, *Gestion participative des aires protégées : l’adaptation au contexte*, IUCN, Gland, 1997.
- BORRINI-FAYERABEND, Grazia et. al., *Indigenous and Local Communities and Protected Areas: Towards Equity and Enhanced Conservation : Guidance on Policy and Practice for Co-managed Protected Areas and Community Conserved Areas*, IUCN, University College, Cardiff, 2004.
- BOUBACAR-SID, Barry (ed.), *Conflict, Livelihoods, and Poverty in Guinea-Bissau*, World Bank Publications, Washington, 2007.
- BRAILLARD, Philippe, *Teoria das Relações Internacionais*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1990.
- BRITO, Eduíno, “O direito costumeiro e o conceito especial de personalidade”, Separata do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Vol. 20, n.º 79, Bissau, 1965, pp. 213-234.
- BRUCE, John W. et al., *A New Land Law for Guinea Bissau: Needs and opportunities. Report prepared for USAID/Guinea Bissau*, Land Tenure Center, University of Wisconsin, Madison, 1992.
- BULL, Benjamim Pinto, *O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, INEP, Bissau, 1989.
- CARMO, Hermano & FERREIRA, Manuela Malheiro, *Metodologia de Investigação, Guia para a auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa, 1998.
- CARREIRA, António, *Do regime de propriedade indígena na Guiné Portuguesa*, Dissertação à cadeira de Instituições Nativas do Curso de Altos Estudos Coloniais, Escola Colonial, Lisboa, 1949.
- CHÉNEAU-LOQUAY, Annie, “Le poids des grands domaines en Guinée-Bissau”, in AA.VV (Direcção de Philippe Lavigne Delville) *Quelles politiques foncières pour l’Afrique rurale ? – Réconcilier pratiques, légitimité et légalité*, Éditions Karthala – Coopération Française, Paris, 1998.



CÓ, Meio-Dia Sepa Maria lé, *Mudanças recentes da linha de costa e dos ecossistemas costeiros da ilha de Bubaque (Arquipélago dos Bijagós)*, Universidade do Algarve, UCTRA, Faro, 1994, Dissertação apresentada à Universidade do Algarve para obtenção do grau de mestre.

CÓ, Meio Dia Sepa Maria lé et al., *As Aves Aquáticas na Guiné-Bissau e a Construção das Zonas Húmidas*, Wetlands International e Gabinete de Planificação Costeira (GPC), Dakar e Bissau, 2003.

D'ALMADA, André Álvares de, *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde: desde o Rio Sanaga até aos Baixos de Sant'Ana*; publ. Diogo Kopke, Porto, Typographia Commercial Portuense, 1841.

DAHOU, Tarik et al, "La Gouvernance des Aires Marines Protégées: leçons ouest-africaines, Vertigo – La revue en sciences de l'environnement", Vol5, No3, Montréal, Québec, 2004, pp. 1-13.

DIAPOL, Enda, *Libéralisation du commerce et gestion durable des secteurs halieutiques en Africa de l'Ouest: étude de cas de la Guinée Bissau*, Programme pêche, commerce et environnement en Afrique de l'Ouest, REPAO, Commerce et Environnement en Afrique de l'Ouest Programme pêche, Centro de Investigação Pesqueira Aplicadas, WWF Organization, ENDA, Dakar, 2007.

DIAS, José Manuel Braga, *Mudança sócio-cultural na Guiné Portuguesa: contribuição para o seu estudo*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Tese de Licenciatura.

DODMAN, Tim & SÁ, Joãozinho, *Monitorização de Aves Aquáticas no Arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau*, Dakar, Wetlands International; Bissau Gabinete de Planificação Costeira (GPC) & Organização para a Defesa e o Desenvolvimento das Zonas Húmidas na Guiné-Bissau (ODZH), Bissau, 2005.

DUARTE, Maria Cristina et al., *Aspectos Fitogeográficos das Gramíneas na Guiné-Bissau*, Portugaliae Acta Biologica, Lisboa, 2000.

EROUART, Patrick, *La Guinée-Bissau aujourd'hui*, Paris, Les Editions du Jaguar, 1998.

FERNANDES, Raúl Mendes, "Contradições entre linhagens dominantes e classes de idades Bijagós", in Soronda - Revista de Estudos Guineenses, INEP, Bissau, n.º 20, 1995, pp. 73-79.

FERNANDES, Raúl Mendes, "O espaço e o tempo no sistema político bidjogó", in Soronda - Revista de Estudos Guineenses, INEP, Bissau, n.º 8, 1989, pp. 5-23.

FLICK, Uwe, *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor, 2005.

FISHER, Robert J., *Cogestion des forêts pour la conservation et le développement*, IUCN, Forest Conservation Programme, WWF, Forest Programme, Gland, 1995.

FISHER, Robert J., "Experiences, Challenges, and Prospects for Collaborative Management of Protected Areas: An International Perspective", in AA.VV (editado por Louise Buck et al.) *Biological*



Diversity: Balancing Interests Through Adaptive Collaborative Management, CRS Press, London, 2001, pp. 81-96.

FRIAS, Sónia, “Metamorfoses das cidades africanas e recomposições sociais”, In AA.VV (Coordenação de Jorge da Cruz Pinto), *Cidades Africanas*, Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, n.º 5, Faculdade de Arquitectura, Lisboa, 2005, pp. 164-169.

GALLOIS-DUQUETTE, Danielle, “Introdução aos Bijagós da Guiné Bissau”, in AA.VV (Coordenação da Versão Portuguesa: Marques, Rita Sá) *Na Presença dos Espíritos*, Arte Africana do Museu Nacional de Etnologia, Lisboa, 2000, pp. 155-182.

GHIGLIONE, Rodolphe & MATALON, Benjamin, *O Inquérito - Teoria e Prática*, Lisboa, Celta Editores, 2001.

GRAÇA, Pedro Borges, *A Construção da Nação em África*, Almedina, Lisboa, 2005.

HAIR, Paul Edward Hedley, “Ethnolinguistic Continuity on the Guinea Coast”, *The Journal of African Story*, Vol. 8, n.º 2, Cambridge, Cambridge University Press, 1967, pp. 247-268.

HARMON, David & George Wright Society, Science and Management of Protected Areas Association, *IVth World Congress on National Parks and Protected Areas*, Caracas, Venezuela, IUCN, Cambridge, 1994.

HARMON, David & PUTNEY, Allen D., *The Full Value of Parks: From Economics to the Intangible*, Rowman & Littlefield, Lanham, 2003.

HAVIK, Phipp J., *Silences and Soundbites: The Gendered Dynamics of Trade and brokerage in the pre-colonial Guinea-Bissau region*, LIT Verlag, Münster, 2006.

HELMHOLZ, Robert C., “Traditional Bijago Statuary”, *African Arts*, Vol. 6, N.º 1 (Autumn), UCLA, James S. Coleman African Studies Center, Los Angeles, 1972, pp. 52-57.

HENRIQUES, Augusta, *João Vieira Poilão – A nossa dádiva à terra*, Bissau, Tiniguena, 2005.

HENRY, Christine, *Les iles ou dansent les enfants defunts: Age, sexe et pouvoir chez les Bijago de Guiné-Bissau*, CNRS Éditions, Editions de la Maison des Sciences de l’Homme, Paris, 1994.

IUCN Commission on National Parks and Protected Areas, *Guidelines for Protected Area Management Categories: Lignes Directrices Pour Les Catégories de Gestion Des Aires Protégées*, IUCN – World Conservation Monitoring Center, Gland, 1994.

JORGENSEN, Danny L., *Participant Observation*, London, Sage, 1989.

KACZYNSKI, Vlad. M & DJASSI, Sulejman, *Illegal Activities in Marine Protected Areas: The Case of Guinea-Bissau, West Africa*, School of Marine Affairs and Jackson School of International Studies, University of Washington e Ministério do Interior, Guiné-Bissau, Bissau-Seattle, 2006.



KELLEHER, Graeme, “Coastal Marine Protected Areas”, in AA.VV (Jeffrey A. McNeely et al.), *Protecting Nature: Regional Reviews of Protected Areas*, IUCN, Cambridge, 1994, pp. 29-42.

KELLEHER, Graeme & KENCHINGTON, Richard, *Guidelines for establishing Marine Protected Areas – A Marine Conservation and Development Report*, Cambridge, IUCN, The World Conservation Union, 1991.

KIPP, Eva, *Guiné-Bissau, Aspectos da Vida de um Povo*, União Nacional de Artistas e Escritores, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1994.

LIMA, Augusto Santos, *Organização Económica e Social dos Bijagós*, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Bissau, 1947.

LINDE, Hendrike A. Van de & DANSKIN, Melissa H., *Enhancing Sustainability: Resources for Our Future*, Proceedings of a Workshop Held at the World Conservation Congress Organised by the Sustainable Use Initiative, 17-20 October 1996, Canada Sustainable Use Initiative (Organization), IUCN Publishing, Montreal, 1998.

LOPES, Norberto, *Terra ardente: narrativas da Guiné*, Editora Marítimo-Colonial, Lisboa, 1947.

MARETII, Cláudio Carrera “The Bijagós Islands – culture, resistance and conservation”, in Policy Matters, n.º 12, September 2003, Ohio, 2003, pp. 121-131.

MEDEIROS, Vanda, “Desenvolvimento educativo e formação de professores na Guiné-Bissau”, in AA.VV (Organizado por Maria Helena Mira Mateus e Luísa Teotónio Pereira) *Língua Portuguesa e Cooperação para o Desenvolvimento*, Lisboa, Ed. Colibri e CIDAC, 2005., pp. 79-85.

MENDY, Peter Karibe, *Colonialismo Português em África: A Tradição da Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, INEP, Bissau, 1994.

MILLER, Robert L. Miller & BREWER, John D., *The A-Z of Social Research: A Dictionary of Key Social Science Research Concepts*, Sage, London, 2003,.

MITCHELL, Nora et al., “Conclusions – the protected landscape approach: conservation for a sustainable future”, in AA.VV (Organizadores Jessica Brown, Nora Mitchell, Michael Beresford), *The Protected Landscape Approach: Linking Nature, Culture and Community*, IUCN World Commission on Protected Areas, Cambridge, 2005, pp. 231-244.

MOREIRA, Carlos Diogo, *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*, ISCSP/UTL, Lisboa, 1994.

MOREIRA, José Mendes, “Breve ensaio etnográfico acerca dos Bijagós”, Bissau, Separata do Boletim Cultura da Guiné Portuguesa, n.º 1, Bissau, 1946, pp. 69-115.



- MOTA, Avelino Teixeira da, *Inquérito etnográfico: organizado pelo governo da colónia no ano de 1946*, Publicação Comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné, Governo da Colónia, Bissau, 1947.
- MUNHALL, Patricia L., *Nursing Research: A Qualitative Perspective*, John & Bartlett Publishers, Sudbury, 2007.
- NASSUM, Manuel, "Rapport du Sociologue", in AA.VV (Coordenação de Raúl Mendes Fernandes), *Étude socio économique des îles Bijagós*, in NEP e PNUD, Bissau, 1991, pp. 51-78.
- NÓBREGA, Álvaro, *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2003.
- NORSE, Elliott A., *Global Marine Biological Diversity: A Strategy for Building Conservation Into Decision Making*, Center for Marine Conservation, Island Press, Washington, 1993.
- O'RIORDAN, Timothy & STOLL-KLEEMANN, Susanne, *Biodiversity, Sustainability and Human Communities: Protecting Beyond the Protected*, Cambridge University Press, Cambridge, 2002.
- OECD, *Objectif Dveloppement Cohrence Des Politiques En Matire de Dveloppement Dans Le Secteur Des Pches En Afrique de L'Ouest*, OECD Publishing, Paris, 2008.
- PLOTKIN, Pamela T., *Biology and Conservation of Ridley Sea Turtles*, Baltimore, John Hopkins University Press, 2007.
- QUINTINO, Fernando Rogado, "Os povos da Guiné", Separata do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Vol. 24, n.º 96, Bissau, 1969, p. 861-916.
- QUINTINO, Fernando Rogado, *Prática e utensilagem agrícolas na Guine*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1972.
- QUINTINO, Maria Celeste Rogado, *Migrações e Etnicidades em Terrenos Portugueses – Guineenses: Estratégias de Intervenção de uma comunidade*", ISCSP/UTL, Lisboa, 2004.
- QUINTINO, Maria Celeste Rogado, *Revisão de Agendas Etnográficas. Convéns, varandas, aldeias e cidades*, Lisboa, ISCSP/UTL, 2004.
- RAMOS, Adolfo, "Guiné Bissau: congestionamentos políticos no desenvolvimento urbano", In AA.VV (Coordenação de Jorge da Cruz Pinto), *Cidades Africanas*, Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, n.º 5, Faculdade de Arquitectura, Lisboa, 2005, pp. 148-151.
- ROSSEAU, Alain, *Archipel Bolama-Bijagós en Guinée-Bissau; Population locale et développement planifié*, Université du Québec a Chicoutimi, Québec, 1990.



SÁ, Joãozinho, *Migração das Aves Aquáticas na Guiné-Bissau*, Dakar, Wetlands International e Gabinete de Planificação Costeira, 2003.

SAID, Abílio Rachid e FERRAZ, Luis Paulo M., *La réserve de la biosphère de l'archipel des Bijagos (Document D'Information)*, Bissau, Union Mondiale pour la Nature – Institut National d'Études et de Recherche, Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture, 1996.

SALES, Renato (Rel.), *Gestão tradicional dos espaços e dos recursos naturais na Região de Bolama-Bijagós, relatório de consultoria*, IUCN e INEP, Bubaque, 1994.

SCANTAMBURLO, Luigi, *Etnologia dos Bijagós da ilha de Bubaque*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1991.

SILVA, Dilma de Melo, *Por entre as Dórcades Encantadas: Os Bijagó da Guiné-Bissau*, Terceira Margem, São Paulo, 2000.

SMITH-MORRIS, Miles, "Guinea-Bissau Economy", in AAVV (ed. Lain Frame), *Africa South of the Sahara 2007*, Routledge, London, 2007.

SOUSA, Alexandra Oliveira de, *Le Maternité Chez les Bijagó de Guinée-Bissau: Une analyse épidémiologique et son contexte ethnologique*, Paris, Centre Français sur la population et le développement, 1995.

TOSTENSEN, Arne et al., *Associational Life in African Cities: Popular Responses to the Urban Crisis*, Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, 2001.

TVEDTEN, Inge & HERSOUG, Bjørn, *Fishing for Development: Small-scale Fisheries in Africa*, Nordic Africa Institute, Uppsala, 1992.

VAZ, Lourenço António e SAID, Abílio Rachid, "Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós. Caracterização e directrizes do desenvolvimento e conservação, in Reunião Internacional para o fomento do desenvolvimento sustentável nos PALOP mediante a Cooperação Internacional", 17 a 22 de Maio de 1998, Sesimbra, in Documento de Trabalho n.º 28, 1999, Paris, UNESCO, 1999.

VICENTE, João Dias, *Guinea-Bissau*, Associazione Rete Guinea Bissau Onlus, Verona, 2004.

VOGEL, Charles, *Le Portugal et ses colonies*, Paris, Guillaumin, 1860.

WALDMAN, Maurício, "Africanidade, espaço e tradição - A Topologia do imaginário espacial tradicional africano na fala "griot" sobre Sunjata Keita do Mali", Revista do Centro de Estudos Africanos, Universidade de São Paulo, n.º 20/21, São Paulo, 1997/1998, pp. 219-268.

WALDMAN, Maurício, *Meio ambiente & antropologia*, n.º 6, Editora Senac, São Paulo, 2002.



Sítios electrónicos

Amy Corbin & Ashley Tindall, *The Bolama-Bijagos Archipelago*

http://www.sacredland.org/world_sites_pages/Bijagos.html

Comissão Europeia, “O Acordo com a Guiné-Bissau”, in Publicação da Comissão Europeia n.º 35, Agosto de 2007, Direcção Geral da Pesca e dos Assuntos Marítimos, *A Pesca e a aquicultura na Europa - Alterações climáticas: o impacto sobre a pesca*, 2007, p. 12

http://ec.europa.eu/fisheries/publications/magaz/fishing/mag35_pt.pdf

Convention on Biological Diversity, *Guinea-Bissau – Details*

<http://www.cbd.int/countries/profile.shtml?country=gw>

Cristina Magro, *A solidariedade bijagó na produção agrícola e de bens de consumo*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004,

<http://www.letas.ufmg.br/bay/sites/territorios/utiron3.htm>

Delegação da U.E. na Guiné-Bissau

<http://ec.europa.eu/delegations/delqnb/guia/4.htm>

Guiné-Bissau Acção para o Desenvolvimento

<http://www.adbissau.org/guinebissau/areasprotegidaseparques.htm>

HENRIQUES, Augusta & CAMPREDON, Pierre “From sacred areas to the creation of marine protected areas in the Bijagós archipelago (Guinea Bissau, West Africa)”, in

http://www.unesco.org/csi/smis/siv/Forum/BijagosArchipelago_Henriques-Campredon.pdf

Îles de Paix, *Infos*

<http://www.ilesdepaix.org/infos/>

Foundation Internationale du Banc d’Arguin

7ème AG de l’AMP communautaire des îles Urok (Guinée-Bissau)



http://www.lafiba.org/fr/actualites/archives/7eme_ag_de_l_amp_communautaire_des_iles_urok_guinee_bissau

Gestion participative des ressources côtières des îles Urok, archipel des Bijagos, Guinée-Bissau

http://www.lafiba.org/fr/le_programme/amp_afrique_de_l_ouest/iles_d_urok_guinee_bissau

Mignaux, Laurent, *Archipel des Bijagos: Un patrimoine à préserver*, e-meddiat webzine, in http://www.ecologie.gouv.fr/emeddiat/article.php3?id_article=114

Programme Regional de Conservation de La Zone Côtière et Marine en Afrique de L'Ouest, *Gestion participative des ressources côtières des îles Urok (Guinée Bissau)*

http://www.prcmarine.org/index.php?option=com_content&task=view&id=155&Itemid=76

RESED.ORG

<http://resed.org/consdev/resultats/synth3/p04758ai.html>

SANTOS, Abel Júlio dos, *Situação de pesca de algumas espécies pelágicas na República da Guiné-Bissau*, Ministério das Pescas, Centro de Investigação Pesqueira Aplicada, Bissau, 1993

<http://www.fao.org/docrep/003/T4586F/T4586F19.htm>

UNESCO – World Heritage Center, *Réserve de Biosphère de l'Archipel des Bijagos*
<http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5081/>

UNESCO, *Biosphere Reserve Information*

<http://www.unesco.org/mabdb/br/brdir/directory/biores.asp?code=GBS+01&mode=all>

VERTIGO

http://www.vertigo.uqam.ca/vol5no3/art10vol5no3/tarik_dahou_et_al.html



Legislação

Lei Quadro das Áreas Protegidas (LQAP) - Decreto-Lei n.º 2/97, de 26 de Maio

Decreto n.º 8/2005 – Criação da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Formosa, Nago e Chediã (Ilhas Urok)

Decreto n.º 11/2000 – Criação de Parque Nacional do Grupo de Ilhas de Orango

Decreto n.º 6-A/2000, de 23 de Agosto – Parque Nacional Marinho João Vieira Poilão

Jornais

Agência Lusa “Bijagós, um arquipélago na rota internacional do tráfico”, Agência Lusa - 10 de Fevereiro de 2007

Agência Lusa “Guiné/Narcotráfico: País à beira do “colapso” devido ao crime organizado – Nações Unidas, Agência Lusa, 19 de Dezembro de 2007

Entrevistas realizadas

A.C. – natural de Bijante, Ilha de Bubaque – 15 de Fevereiro de 2009

Bráz de Pina – Governador da Região de Bolama-Bijagós – 10 de Fevereiro de 2009

C.C.T. – natural da Ilha de Soga – 08 de Fevereiro de 2009

Justino Biaí – Coordenador do Programa do IBAP – 30 de Janeiro de 2009

M.P. – natural da Ilha das Galinhas – 22 de Fevereiro de 2009-05-09

Raúl Mendes Fernandes – 30 de Janeiro de 2009

R.C. – natural da Ilha Formosa – 25 de Janeiro de 2009

R.C.C. – natural de Eticoga, Ilha de Orango Grande – 15 de Fevereiro de 2009



Anexos